

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 74

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

Presidente: Deputado Luís Garcia

Secretários: Deputados Paulo Silveira (substituído no decorrer da sessão pelo

Deputado Paulo Gomes) e Tiago Branco

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos/as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com o <u>Debate</u> <u>de urgência sobre "Plano de Reestruturação da SATA e a situação financeira do Grupo SATA"</u>, tendo o mesmo sido apresentado pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Pediram para usar da palavra as/os Sras. e Srs. Deputados: Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

De seguida, passou-se à apresentação do <u>Projeto de Decreto Legislativo</u> <u>Regional n.º 61/XII – "Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros"</u>, apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

A Sessão continuou, com a apresentação levada a cargo pela Representação Parlamentar do IL, do <u>Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII – "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/A, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores".</u>

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), participaram no debate as/os Sras. e Srs. Deputados: Patrícia Miranda (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vitória Pereira (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Gustavo Alves (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

No final foram proferidas declarações de Voto pelas/os seguintes Sras. e Srs. Deputados: Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vitória Pereira (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Posteriormente, foi apresentada a <u>Proposta de Decreto Legislativo Regional</u>

n.º 36/XII – "Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de <u>descongelamento da carreira especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica"</u>, tendo a mesma, em votação final global, sido aprovada por unanimidade.

Após apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Regional, levada a cabo pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses), participaram no debate as Sras. e os Srs. Deputados: Rui Martins (CDS-PP), Salomé Matos (PSD), Alexandra Manes (BE), Tiago Lopes (PS), Pedro Neves (PAN), Paulo Estêvão (PPM) e Nuno Barata (IL), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses).

No final foram proferidas declarações de Voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Por fim, iniciou-se o debate da <u>Proposta de Resolução n.º 3/XII – "Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020"</u>, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Feita a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), pediram para usar da palavra os Srs./as Deputados/as: António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Rui Martins (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário, faça favor.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Paulo Serôdeo Melo

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vílson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

XII Legislatura

II Sessão Legislativa

Número: 74

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme também deliberado na Conferência de Líderes, esta manhã está reservada ao debate de urgência, o nosso primeiro ponto da Agenda, <u>Debate de urgência sobre "Plano de Reestruturação da SATA e a situação financeira do Grupo SATA".</u> Um debate apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos são os seguintes: O Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Governo dispõem para este debate de 28 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, o PPM de 12 minutos, as representações Parlamentares do CH, IL e do PAN dispõem cada de 10 minutos e o Sr. deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. deputado António Lima. Faça o favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado António Lima (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate, mais do que um debate sobre a SATA, é um debate sobre a democracia e sobre decisões centrais para os Açores.

Aguardamos que o governo regional tivesse ele próprio tomado a iniciativa de agendar um debate para dar explicações acerca da decisão da Comissão Europeia sobre o plano de reestruturação da SATA.

Mas, pelos vistos, o governo, que se diz da transparência, considera que mais de 1000 trabalhadores, uma companhia aérea e mais de 453 ME em ajudas não justificam explicações ao parlamento.

Seja pela importância da empresa para o transporte aéreo, para a mobilidade em geral e para a economia dos Açores, seja pelo impacto financeiro envolvido, o escrutínio da decisão tomada é um imperativo democrático.

Mas acima de tudo este debate exige-se porque é um debate também sobre a nossa democracia. Vejamos:

"As empresas (do Grupo SATA) são essenciais para os Açores" - diz o Programa do atual Governo Regional

"Queremos uma SATA pública, recuperada, ao serviço dos açorianos" - diz o Programa eleitoral do PSD

"O controlo total da empresa e da sua orientação estratégica é vital para a Região Autónoma dos Açores" - Diz um PjR do PPM de abril de 2020 sobre a SATA.

No entanto, é este governo que vai privatizar a SATA Internacional e o setor do handling da SATA.

É este governo para quem o "capital social privado (...) pode ser uma virtude" na SATA.

Este debate é por isso também sobre os compromissos de partidos que compõem o governo.

Compromissos deitados borda fora.

Disseram aos açorianos que defendiam uma SATA totalmente pública.

Hoje tecem loas aos benefícios da privatização.

Não foram transparentes.

Ocultaram as suas reais intenções quanto à SATA para ganhar eleições, enganado os açorianos e açorianas.

As privatizações da SATA Internacional e de grande parte da SATA Air Açores são um erro histórico que custará muito caro.

Mais caro ainda do que a gestão desastrosa que a empresa teve nos últimos anos.

A resposta da direita à crise da SATA abdica da política de coesão.

Abdica de um instrumento fundamental para a nossa autonomia económica.

Cria um monopólio privado com a privatização do handling.

Para concretizar essa política o governo usa como bengala a velha e ortodoxa visão liberal da Comissão Europeia sobre a economia.

Para a comissão europeia, uma empresa pública é uma empresa a abater.

É essa a nossa primeira avaliação política acerca do processo de reestruturação SATA.

Em segundo lugar, é urgente esclarecer os contornos das decisões agora tomadas e as suas consequências.

Elas estão longe de ser suficientemente claras.

Comecemos pela privatização da SATA Internacional.

Segundo informação constante da documentação entregue pelo governo aos grupos parlamentares, as rotas sujeitas a OSP geraram em 2019 perdas, antes de impostos e juros, de 13ME.

Tendo em conta que ainda se desconhece se e quando será lançado o concurso público pelo governo da república para cumprimento de OSPs nas gateways não liberalizadas, e tendo em conta que se desconhece o valor da compensação prevista, como garante o governo que as ligações a estas ilhas se manterão depois da privatização?

Com uma SATA Internacional privatizada, nada garante que se candidate à prestação desse serviço.

O que fará o governo nesse cenário?

Que garantia haverá de manutenção de ligações à diáspora, tão elogiada nas palavras mas deste modo desprezada?

Depois, exigem-se esclarecimentos acerca da criminosa privatização da operação de assistência em terra da SATA Air Açores, o chamado handling.

A "menina dos olhos" do governo, como lhe chamou o Sr. Secretário das Finanças, SATA Air Açores será desmantelada pela direita.

É isso que significa a privatização do handling.

O que designam de hadling é uma grande parte do que é a SATA Air Açores segundo o plano de reestruturação.

A operação do handling nos Açores é na prática um monopólio natural, aliás, como reconheceu o presidente da SATA em recente entrevista.

Então porquê e para quê privatizar um monopólio natural?

Pela mesma razão de sempre: para entregar um negócio rentista a um qualquer grupo económico.

Privatizações de monopólios como a ANA ou os CTT prejudicaram enormemente as populações.

E até este governo regional reconhece o mau serviço dos CTT.

Mas agora quer aplicar a mesma receita que foi aplicada aos CTT ao handling da SATA.

Sra. Secretária, quantos trabalhadores ficarão na nova empresa de handling?

Serão os quase 476 previstos no plano de reestruturação?

Terão esses quase 500 trabalhadores opção sobre a empresa a que ficarão ligados?

Sras. e Srs. Deputados, os trabalhadores que o plano de reestruturação identifica como afetos ao handling são mais de metade dos trabalhadores da "menina dos olhos" SATA Air Açores.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Devia dizer o que fizeram à SATA. Isso é que tinha que ser dito!

O Orador: Como garante o governo que não existirão despedimentos?

Como é óbvio não podem de modo algum garantir que não haverá despedimentos.

Eles são possíveis e muito prováveis!

Abordo mais um ponto neste debate.

Nada mudou na SATA com este governo.

Temos a mesma ingerência política: quando é assumido pela administração que há rotas que foram decididas pelo acionista, então não há diferença com as opções do passado.

Os resultados financeiros continuam a ser desastrosos, como no passado, mas com uma agravante: brincam-se com as contas para mascarar os péssimos resultados.

Pelo que se conhece das contas trimestrais de 2021 os resultados reais da SATA de 2021 são 70ME negativos e um EBITDA – resultados antes de juros, impostos, amortizações e depreciações de 6,3ME negativos.

Passo a explicar:

Em primeiro lugar, não há divulgação das contas finais de 2021. Foram anunciadas com pompa e circunstância, mas continuam a ser ocultados a esta parlamento.

Segundo o comunicado da administração da SATA, o grupo apresentou um resultado negativo de 57,4ME e um EBITDA positivo de 5,7ME.

Mas estes resultados só foram alcançados porque foram incluídos, nas contas de 2021, 12ME de receitas em apoios públicos devido aos efeitos da crise causada pela COVID.

É importante salientar que em 2021 não se verificou a imposição de qualquer tipo de restrições em viagens.

Ou seja, na prática, a SATA está a usar receitas de 2020 para melhorar artificialmente as contas de 2021.

Fazendo as contas com seriedade e transparência, colocando em 2020 os 12ME de compensação pela impossibilidade de voar nesse ano, o resultado do Grupo SATA em 2020 seria de 76ME negativos, em vez 88ME negativos.

E em 2021, sem os 12ME de apoios referentes a 2020, o resultado líquido real seria de 69,4ME (em vez dos 57,4ME anunciados), e o EBITDA seria de 6,3ME negativos.

Ou seja, negativo, como em todos os últimos cinco anos.

E porquê? Tudo para apresentar qualquer coisa de positivo, neste caso no EBITDA, mesmo que os prejuízos continuem a afundar a empresa.

E assim se demonstra que pouco mudou na SATA com este governo. Nem a ingerência nem os maus resultados.

De novo só mesmo o desmantelamento da empresa e a sua privatização.

CTT

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a nacionalização da TAP!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo comprometeu-se com este Parlamento a dar em primeira mão as informações relativas ao processo de reestruturação da SATA.

Foi isso que aconteceu numa reunião antes de darmos nota pública com todos os líderes parlamentares, na altura, por razões pessoais compreensíveis, o Sr. Deputado António Lima não pode estar presente, tentámos fazer entregar o documento nesse mesmo dia no Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e o nossos esforço era de tentar que todos soubessem ao mesmo tempo todas as informações. Com transparência, cumprindo um compromisso do Sr. Presidente do Governo e também possibilitando que todos pudéssemos analisar aquilo que a Comissão Europeia tinha definido.

Dito isto, julgo que não será justo dizer-se que o Governo não cumpriu com o que se tinha comprometido ou que o Governo não foi transparente. Entregámos os documentos em mão a quem os quis receber.

Nesta aspeto, acho que há algo que, desde logo, que nós temos que ter em consideração política. O XIII Governo comprometeu-se a fazer todos os esforços para salvar a SATA da banca rota que o Partido Socialista criou no Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E cumprimos! E estamos a cumprir e vamos continuar a cumprir!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista leva a falência, o XIII Governo vai salvar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Esta é a primeira nota que queremos deixar!

Queremos deixar também uma nota, que já foi, aliás, referida pelo Sr. Presidente do Governo, de reconhecimento aos trabalhadores do Grupo Sata pelo entendimento que têm tido, pela compreensão, pela paz social que se tem vivido no Grupo Sata. Isto é, tem sido fundamental e continuará a ser fundamental.

E quero também aqui, em nome do XIII Governo, dizer que o processo de reestruturação que foi negociado e que está a ser finalizado com Bruxelas, não deixará nunca de compreender, de ouvir, de ser acompanhado pelos trabalhadores e pelos sindicatos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não temos a visão do Bloco de Esquerda, é evidente!

Não estou a qualificar, aceito, compreendo a vossa visão!

Para o Bloco de Esquerda tudo deve ser público!

Para o XIII Governo, para os Partidos que o apoiam, não é assim! Até para o Partido Socialista não é assim, mas o Bloco de Esquerda aqui representa neste Parlamento, legitimamente, com toda a consideração, uma visão, a visão do Estado dono de tudo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não comungamos essa visão e quanto a isso até julgo que os dois deputados do Bloco de Esquerda, e muito bem, estão sozinhos neste Parlamento, mas estão no seu direito e isso aí todos nós temos que democraticamente compreender.

Para o Bloco de Esquerda não há iniciativa privada, não há nada privado na sociedade, na economia, deve ser tudo público!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É legítimo, não estou a colocar isto em questão! É legítimo, os senhores têm a vossa visão! Nem vale a pena entrarmos pelas incidências históricas que essa visão trouxe à humanidade! Nem vale a pena ir por aí, porque isso é aceite, compreendido por todos e, talvez por isso, é que os senhores são 2 aqui e os outros 55 não comungam da vossa opinião!

Deputado António Lima (*BE*): Não se recorda do seu programa eleitoral, pois não?

O Orador: Devo dar nota também, que para além da compressão e da audição dos sindicatos que vamos ter ao longo deste processo todo, vamos sempre ter a preocupação de responder perante os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma missão histórica salvar a Sata!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é nessa missão histórica que estamos compenetrados e empenhados!

Nesse aspeto, gostaria de dizer o seguinte às açorianas e aos açorianos:

Poderão continuar a contar com o XIII Governo por este esforço de resgatar a SATA à desgraça que o Partido Socialista trouxe!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E esse esforço terá próximos passos, isto não terminou aqui, é um processo.

Um próximo passo será a decisão final formal da Comissão Europeia. Quando a decisão final formal sair, nós vamos, naturalmente, em resolução do Conselho de Governo, passar para o normativo da Região, aquilo que é uma resolução chapéu, em relação a tudo aquilo que foi o entendimento, relativamente à SATA.

De seguida, vamos passar à reorganização societária, como é evidente, e depois disto, sim, cumprir o resto do plano de reestruturação que implica, naturalmente, a privatização de 51% da Azores Airlines e do de handling

Mas, chegados aqui, é bom que se perceba e eu faço questão de fazer chegar à Mesa a comunicação da Comissão Europeia 249/01/2014. Esta comunicação é relativa às orientações em relação aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade.

Nesta comunicação, no seu ponto 62 e 64, isto funciona para o processo da SATA, como para o processo da TAP, como para o processo de qualquer companhia não financeira, neste caso, de aviação, para poder ter um processo de reestruturação aprovado por Bruxelas. E é bom lembrar que, como estamos no mercado aberto e com regras de concorrência da União Europeia, não pode

haver injeções diretas ou indiretas de capital em empresas deste setor, sem haver a autorização de Bruxelas.

Eu sei também que o Bloco de Esquerda preferia que nós não estivéssemos inseridos na União Europeia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Bem lembrado!

O Orador: Preferia talvez que nós fizéssemos parte de um bloco com a Venezuela, com a antiga Albânia, com outros países...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... até agora, eventualmente, com a Rússia! Mas nós estamos na União Europeia, ...

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Sr. Deputado, isso não é para a sua pessoa! O senhor é mais do que isso!

O Orador: ... uma democracia liberal onde os mercados são regulados, mas também considerados e nesse aspeto, de novo aqui, em 57 deputados, há dois que são contra a União Europeia.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é um argumentário!

O Orador: São aos do Bloco de Esquerda! Legitimamente, não tem problema!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Dito isto, nesta comunicação da Comissão Europeia, nos seus pontos 62 e 64, fala-se do contributo significativo que estas empresas não financeiras em processos de reestruturação tem que ter para terem autorização de Bruxelas.

E, no ponto 64, diz assim: "Regra geral, considerar-se-á que a contribuição própria é adequada se o seu montante se elevar a, pelo menos, 50% dos custos de reestruturação.

Deputado António Lima (BE): Como é que faz isso?

O Orador: Em circunstâncias excecionais e nos casos de especial dificuldade, que devem ser demonstrados pelo estado-membro a Comissão pode aceitar uma contribuição inferior a 50% dos custos de reestruturação, desde que o montante dessa contribuição se mantenha significativo".

Ora, sem a privatização do handling e de 51% da Azores Airlines, essa contribuição era de 28%! Perfeitamente inaceitável pela Comissão Europeia.

Mesmo assim, com a contribuição do handling e dos 51% da Azores Airlines, essa contribuição significativa vai aos 40%. Só porque somos uma região ultraperiférica, só porque a região e o estado-membro negociou bem é que conseguimos, apesar de ser abaixo dos 50% ...

Deputado António Lima (BE): O mesmo tratamento que os outros têm!

O Orador: ... conseguimos luz verde para este plano de reestruturação ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que nos permite cumprir com aquilo que nos comprometemos com Bruxelas, aceito que os senhores não concordem, queiram que saiamos de Bruxelas, mas que também nos permite cumprir com aquilo que foi o desígnio deste Governo, salvar a SATA do desastre da falência que o Partido Socialista a encaminhou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E é por isso, Sras. e Srs. Deputados, que nos próximos passos que vamos dar, vamos consubstanciar no normativo regional e também nos passos subsequentes aquilo que foi determinado.

Repito, quando sair o documento da decisão final da Comissão, em Conselho do Governo, verteremos o normativo da Região aquilo que está determinado e que já é do vosso conhecimento.

Depois, faremos o processo de reorganização societária, onde vamos, em primeiro lugar, garantir que a SATA Air Açores fica isolada de contágios negativos da Azores Airlines e também dividir as empresas de maneira que, depois, naturalmente, se possa partir para cumprir o resto que temos no acordo de reestruturação que temos em relação à Azores Airlines e em relação ao handling.

De seguida, avançaremos, naturalmente, com o processo de privatização. É algo que estamos a trabalhar, neste momento já estamos a trabalhar internamente na reorganização societária e vamos, naturalmente, o mais brevemente possível, mais cedo do que mais tarde, finalizar a reorganização do processo societário e também iniciar o processo de privatização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos salvar a SATA e vamos garantir que os açorianos tem a SATA Air Açores ao seu serviço, como sempre tiveram e sempre querem ter – se há algo consensual nos Açores é isso – e vamos conseguir também que a Região deixe de atirar dinheiro para um problema sem fim que foi criado pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Bloco trouxe este debate sobre a Sata, sobre a reestruturação e sobre os resultados de 2021 porque é de facto um assunto importante e sobretudo quando aqui estamos para falar sobre o futuro da SATA, sobre o futuro dos trabalhadores da SATA, das gateways, das ligações às nossas diversas ilhas, da importância que a SATA tem para a economia regional, para muitas famílias açorianas e é isso, efetivamente, que nos interessa e que nos traz aqui hoje a este debate.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Deviam ter pensado nisso aqui há uns anos!

O Orador: Mas, não querendo esquecer o motivo principal que nos traz aqui, que é falar do futuro da SATA, nós também não podemos menosprezar algumas afirmações que foram feitas aqui pelo Sr. Secretário Duarte Freitas.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário Duarte Freitas, diz algo que não corresponde à verdade, diz que foi o Governo que divulgou o plano de reestruturação e as decisões da Comissão Europeia.

Isso não corresponde à verdade, Sr. Secretário.

A decisão foi comunicada pela Comissão Europeia e o Governo veio a reboque, uma vez mais, um ano e meio depois ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Chama-se no mesmo momento, chama-se no mesmo segundo!

O Orador: ... de ter entregado o plano de reestruturação a Bruxelas, o Governo veio a reboque da decisão que foi comunicada por Bruxelas numa manobra de puro show off e procurando iludir os açorianos, entregou um documento aos partidos aqui representados.

Porque é que nós dizemos que é uma manobra de ilusão?

Porque o documento que foi entregue aos grupos e representações parlamentares que aqui estão representados, é um documento que está desatualizado e está censurado.

Vou dar um exemplo, esta é apenas uma de muitas das páginas que constam do documento que foi entregue pelo Governo e que diz que é transparente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Pergunte atrás de si, porque é assim?

O Orador: É uma página e tem muitas mais, que está completamente censurado e que informações que soa muito relevantes para o futuro da SATA está completamente censurado e, portanto, omite informações relevantes sobre o futuro da SATA, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor sabe porque é! O Orador: ... sobre o impacto da privatização para os trabalhadores e sobre o desmantelamento de operações como o handling e consequências que isso trará no futuro da Região.

Portanto, é importante clarificar que aquilo que o Sr. Secretário Duarte Freitas disse não corresponde à verdade e isso já começa a ser recorrente, e pronta, importa aqui, de forma transparente, clarificar essa matéria.

E a verdade é que a atuação do Governo ao longo de todo este processo, desde fevereiro de 2021, a postura do Governo e a sua ação tem sido muito pouco transparente.

Primeiro, os documentos que nos entregam estão desatualizados, escondem informação muito relevante, escondeu até ao máximo a ideia de que iria privatizar 51% e só quando a decisão de Bruxelas foi comunicada em junho, é que todos nós ficámos a saber que, afinal, o Governo e o Presidente do Governo, que tinha prometido antes das eleições que a SATA seria pública, afinal a SATA vai ser privatizada e o Governo vai perder a maioria do capital social da Azores Airlines.

E quais são as consequências dessa decisão?

Em primeiro lugar, está em causa as ligações às gateways porque no documento que foi entregue existe uma frase muito clara a esse respeito que diz que, no futuro, as aeronaves que estão alocadas às gateways podem ser desviadas para outras operações mais rentáveis.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É obvio!

O Orador: Portanto, isso fica completamente nas mãos de um novo acionista

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Ficam nas mãos do Dr. António Costa!

O Orador: ... que poderá decidir sobre as ligações que são realizadas atualmente e que são fulcrais para garantir a mobilidade dos açorianos em todas as nossas nove ilhas.

E isso é uma mensagem que nos preocupa e é uma ânsia privatizadora e que procura desmantelar aquela que é a SATA e a sua importância para a nossa mobilidade.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Os senhores queriam privatizar a EDA!

O Orador: Segunda nota que importa aqui clarificar, é que todo o processo foi feito às escondidas, desde fevereiro de 2021 e apenas um ano e meio depois é que sabemos um pouco mais, não por ação do Governo, mas por decisão da Comissão Europeia.

Uma segunda mensagem que também importa aqui trazer ao debate é que o Governo, infelizmente, não esteve à altura das suas funções. Quando seria espectável que o Governo liderasse o processo e defendesse o interesse regional, o Governo simplesmente, entregou a decisão sobre o futuro da SATA nas mãos da administração da empresa e nós já sabemos que aquela que tem sido a prioridade da administração nos últimos meses tem sido fomentar a

privatização e tem uma obsessão com o grupo Icelander e isso tem sido notório e o presidente da administração do Grupo SATA deixou isso bem claro na ultima entrevista que deu à RTP açores em que via a Icelander como um modelo perfeito para o futuro da SATA.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso era o seu!

Orador: E isso também é algo que nos preocupa porque se tivermos em consideração aquilo que aconteceu recentemente em cabo Verde com a privatização da empresa de Cabo Verde e que dois anos depois foi renacionalizada porque efetivamente não foi cumprida aquela que era a missão principal.

E aqui, há algo que importa clarificar, é que o Governo do Partido Socialista sempre defendeu que a Região deveria ficar com a maioria do capital social da Azores Airlines e foi isso que foi feito e os documentos que são públicos comprovam exatamente isso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Orador: A decisão do atual governo foi alienar 51% e perder o controle da Azores Airlines e isso é factual e é indesmentível nos documentos que nós temos ao nosso dispor. E isso tem consequências nos despedimentos dos trabalhadores do Grupo SATA, tem consequências nas ligações que podem ser perdidas, sobretudo nas gateways e isso o Governo, mais uma vez, não explica e o Presidente do Governo que prometeu, antes das eleições, uma SATA pública, hoje, não está aqui para prestar esclarecimentos sobre esse assunto.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Vai ter!

O Orador: Por último, também gostaria de refutar mais uma das afirmações que foi feita aqui pelo Sr. Secretário Duarte Freitas.

Sr. Secretário Duarte Freitas procura aqui iludir os açorianos dizendo que está a salvar a SATA quando, efetivamente, os resultados de 2021 são piores do que

os de 2020 e isso é uma marca sua e do seu Governo, porque em 2021 os senhores aumentaram de forma substancial os subsídios atribuídos à companhia SATA. Foram 57 milhões de euros de subsídios. Isso é injeção de dinheiro na companhia aérea.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O Senhor é contra?

O Orador: Isso, se somarmos aos resultados que foram apresentados aos prejuízos de 57 milhões de euros, ...

Sr. Secretário eu sei que o senhor está incomodado, mas eu vou dizer novamente, este Governo injetou, em subsídios à exploração, em 2021, cerca de 57 milhões de euros no Grupo SATA., um valor substancialmente superior àquele que era verificado nos últimos anos e ainda a este valor acresce o valor da tarifa Açores que está contabilizado nas vendas e não nos subsídios.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor também é contra!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Afinal é para salvar a SATA ou não é para salvar a SATA.

O Orador: O senhor diz que o Governo está a injetar menos dinheiro na SATA, mas a conclusão que nós tiramos é que o Governo está a mentir nesta matéria e está a colocar mais dinheiro na SATA e os números que nós temos ao nosso dispor são muito claros.

Uma última nota, que prova exatamente o contrário daquilo que o Sr. Secretário disse, e isso está disponível na Conta da Região 2021 e eu vou ler: "O Governo Regional em 2021 transferiu para a SATA Air Açores, apenas 157 milhões de euros". E, portanto, isso contradiz, mais uma vez, aquilo que é dito pelo Governo, que diz uma coisa e faz exatamente o seu contrário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

^(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por lamentar que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que foi o principal responsável pela situação da SATA, tenha, hoje, passado para a segunda fila. Era bom que estivesse na primeira fila e que desse as respostas que são necessárias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não é novidade, já no fim da Legislatura, em setembro, houve um debate de urgência sobre a SATA e o Sr. Deputado só entrou aqui às 16h00, já o debate tinha terminado. Mas isso é passado, interessa é o futuro.

De qualquer maneira, o futuro da SATA tem um passado e esse passado e esses antecedentes foram recheados de avisos da parte da oposição.

Eu recordo o seguinte, os prejuízos da SATA iniciaram-se em 2014, de forma substancial. Em 2017, por exemplo, era o Dr. Duarte Freitas presidente do partido, enviou um acarta ao então presidente do governo, alertando para duas situações, entre outras, mas uma delas, que era necessário pedir autorização a Bruxelas e era necessário aumentar o capital social da SATA, face à sua situação financeira.

E disse mais, disse que era necessário separar as empresas, evitando o contágio entre a SATA Air Açores e a SATA Internacional e, portanto, o PSD, nessa matéria, há muitos anos que avisou o Governo do Partido Socialista ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e o que aconteceu era previsível, toda a gente sabia, agora, juntando a essa inação do Governo, aquilo que foram os erros comerciais cometidos pela SATA em 2014, 2015, e que já foram debatidos aqui, ...

Deputado Nuno Barata (IL): 18, 19, 20, 21, 22!

O Orador: ... nomeadamente os prejuízos que resultaram de um conjunto de linhas que nem sequer aterravam nos Açores. Tudo isso junto levou à situação que continua a não ser brilhante, a Sata continua a ter prejuízos e essa situação não se inverte em pouco tempo,

Mas, a verdade é essa, o plano de reestruturação foi aprovado, o que significa, no mínimo, independentemente de dúvidas que possam persistir entre vários partidos, é que a Comissão Europeia acreditou no plano de reestruturação e essa questão é relevante neste momento.

Porquê? Porque sem essa confiança da Comissão Europeia, a SATA fechava. Que é o que aconteceu com muitas companhias europeias quando os planos de reestruturação não são aprovados ou quando há ajudas ilegais e que — aconteceu também no passado — podem levar àquilo que é o encerramento das empresas de uma forma simples pela Comissão Europeia.

Mas em 2020, perante um pedido de aumento de capital da SATA, feito pelo Governo, a Comissão Europeia detetou que teria havido apoios anteriores ilegais, no valor de 72 milhões de euros,

Deputado José Contente (PS): A culpa é também do PS!

Deputado Carlos Silva (PS): Foram considerados legais!

O Orador: ... e que esses apoios ilegais levam à abertura de um processo de averiguações e que obriga a que quê? Obriga, logo no início do processo negocial isso foi debatido aqui na discussão do programa do Governo, foi tido aqui pelo então Secretário das Finanças que esse dinheiro tinha que ser devolvido ao Governo, e aliás, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro opôs-se, duvidou, a verdade é que está no anúncio que foi distribuído há poucos dias pela Comissão Europeia, dia 7 de junho, diz lá que o processo foi encerrado porque foram devolvidas as ajudas ilegalmente recebidas.

(Risos do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

O Orador: Portanto, isso não merece qualquer discussão.

Mas o que é que encontrou o tal Governo quando tomou posse? Encontrou uma companhia com processo de averiguações por ajudas ilegais, encontrou uma empresa com um passivo de 635 milhões de euros com resultados acumulados de 302 milhões de euros e capitais próprios negativos de 369 milhões de euros. Isto foi aquilo com que se confortou este Governo e com o desafio de, através do processo de reestruturação e da negociação com a Comissão Europeia salvar a SATA e ainda, com a obrigação da devolução dos 72 milhões de euros, tal qual como está no anúncio, como já disse aqui ...

Deputado Carlos Silva (PS): Só no primeiro trimestre foram 82 milhões, este ano!

O Orador: ... e com a oposição e com a dúvida do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

E, entretanto, é aprovado um plano, cuja principal característica é que permite, no imediato, salvar a SATA. Salvar em condições que, algumas delas, o mercado poderá condicionar, mas a SATA, neste momento, tem em cima da mesa um plano de reestruturação que o Governo tem que o cumprir e que passa também pela privatização de 51% que não é um desejo de ninguém, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é o desejo?

O Orador: ... mas é o resultado daquilo que foi o descalabro da SATA durante muitos anos e que levou à redução dos graus de liberdade.

É evidente que se a SATA financeiramente se mantivesse mantido numa situação diferente em 2019, tirando o COVID, é evidente que a necessidade a privatização não se colocava e, portanto, é uma imposição, já foi esclarecida pelo Sr. Secretário das Finanças e só por teimosia é que alguém insiste que era possível que fosse de forma diferente.

Não é possível que seja de forma diferente!

E quero também, tenho que deixar aqui um apalavra ao Governo, que num ano e meio conseguiu liderar este processo, naturalmente com a participação da administração da SATA, e que o caminho futuro, para já, garante o seguinte, nós temos a SATA Air Açores fora de qualquer dificuldade, não é sujeita a qualquer processo de privatização, naquilo que é a sua essência, que é o transporte de passageiros e carga inter-ilhas e temos ainda a possibilidade da recuperação da SATA Internacional nas condições que foram definidas por Bruxelas, desde que apareça um parceiro interessado e que acredite na viabilidade da SATA.

Mas, sobre a privatização ...

Deputado Nuno Barata (IL): Ninguém vai acreditar!

O Orador: ... não posso deixar de citar aqui aquilo que se passa a nível nacional. O próprio Ministro Pedro Nunes Santos, no dia 22 de dezembro de 2021, diz o seguinte, revela que a TAP pode ser parcialmente privatizada durante o processo de reestruturação até 2025.

Ou seja, o Governo Socialista, que nacionalização ou renacionalizou a TAP, vêse obrigada neste momento a novamente colocar em cima da mesa a privatização.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: Aliás, disse mais ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): O que é que ele diz antes?

O Orador: Diz que o processo pode decorrer até 2025 e diz que não há lugar no mercado para companhias como a TAP, que tem 110 aviões, sozinhas no mercado. A SATA Internacional tem 8 aviões e, portanto, as condições de mercado não são favoráveis a uma empresa com 8 aeronaves., como é o caso da SATA e que vive no mercado em concorrência. Essa é uma situação imposta, o

que nós esperamos é que o processo decorra com a máxima rapidez, tal como disse o Sr. Secretário, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que apareçam compradores interessados em viabilizar a SATA internacional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate sou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PAN não nos choca, obviamente, que se privatize uma parte da SATA. Para as pessoas que nos estão a ouvir vamos dividir as coisas: há a Azores Airlines, que pode ser privatizada, é um buraco negro na nossa dívida púbica, é o grande contributor da nossa dívida, juntamente com a Saudaçor, basta olhar e vemos qual é a dívida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, ouvi o PS a falar sobre porque é que injetamos dinheiro na SATA em 2021. Porque é que será? Porque tínhamos uma dívida astronómica da SATA. Quando mete presidentes executivos que percebem tanto de aviação como eu percebo de lavoura, está aqui um problema extremamente grave!

Mas, este Governo entrou, uma roupagem diferente, vamos fazer a centralidade da Assembleia e vamos chamar os líderes parlamentares e vamos ouvir o presidente executivo, aliás, a direção por completo. O que é, sem dúvida, só podemos parabenizar esta decisão.

Depois, foi prometido que nos davam o dossier da reestruturação da Sata. Nunca foi dado! Mas já não podemos dizer isso porque já nos foi dado o mês passado, totalmente censurado! Tem mais quadrados pretos, do que tem informação, mesmo à partida quando há segredo comercial e houvesse algum deputado que fosse criar uma companhia aérea com essa informação toda.

Obviamente, e peço imensa desculpa a todos os Srs. Deputados e também ao Governo, foi para "inglês ver" é o dossier, umas filhinhas, um "pdfzito" para quem gosta de investigação é zero, não vale nada! Peço imensa desculpa, mas não vale nada!

Mas, eu para mim, as promessas feitas pelas pessoas são muito mais importantes do que um dossier, sempre fui assim. E o Presidente do executivo da SATA, uma pessoa que sabe o que é que diz, sabe daquilo que diz, dá confiança aos políticos e uma pessoa fica, obviamente, impregnado daquilo tudo que ele diz.

Só que ele fez uma rasteira e eu confiei nele, pareceu-me uma pessoas extremamente profissional, não estou a dizer que não seja, mas tentou fazer política com políticos e isso é muito perigoso!

Pode perceber de aviação, mas com a política é preciso ter cuidado! E está a fazer política com políticos e disse e eu recordo muito bem que nós sabemos e estamos a prever que haja um aumento significativo dos combustíveis, mas não se preocupem, já está previsto. Nós temos isto previsto! Por isso, o nosso resultado líquido vai ser este e a faturação. Isso foi dito e estava contemplado. Veio esta semana a SATA a bater recordes, mas subida de combustíveis pode comprometer a meta!

Não, Sras. e Srs. Deputados, isto é que já não é honesto, quando vendem um produto aos líderes parlamentares para nós tomarmos uma decisão política

apara todos os açorianos, uma decisão política, extremamente, importante e depois, recebemos uma notícia a dizer que agora o problema era do combustível!

Não, isso não é correto, não é honesto e isso é o único problema para o PAN porque, para nós, não há qualquer problema, não nos choca que seja privatizado a Azores Airlines, tem que dizer isso a todos os açorianos, que há uma diferença, a Sata Air Açores é importantíssima para os Açores, nunca pode ser privatizada. O handling é importante, percebo os problemas do handling e comparativamente, a nível nacional, até mesmo a nível europeu, a própria Comissão Europeia está-nos a obrigar porque diz que, supostamente, não há muita transparência no handling e, obviamente também não nos choca.

Agora, continuarmos a injetar dinheiro numa empresa, mesmo que ela seja importante, apenas por capricho ou ego de uma Região e com isso estamos a perder um fator determinante que pode ser injetado para algo muito mais importante como a saúde e a educação, aí o PAN, obviamente, que não vai acompanhar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção, começando pelo fim, normalmente quando há um processo de compra e venda, muitas vezes só compra quem quer e, de facto, não comprámos aquilo que nos foi dito, ou pelo menos, tudo aquilo que nos foi dito nas reuniões com a administração da SATA. E é preciso não comprar *gato por lebre*!

Sr. Secretário, da sua intervenção eu notei uma hábil tentativa de fugir àquilo que é essencial, às perguntas. O senhor não respondeu a nenhuma pergunta!

E eu vou recolocá-las, não sem antes dizer que, para além de ter preferido falar da Venezuela a responder a perguntas, tem uma conceção da autonomia que não é a nossa e é isso que também nos distingue, porque para este Governo e esta maioria defender os Açores e a autonomia só se faz quando é para combater António Costa e o Governo da República do Partido Socialista. Para o Bloco de Esquerda significar bater o pé à Comissão Europeia, estamos cá para isso e o Governo teria o nosso apoio se o fizesse, mas o Governo, não só não o fez, como o presidente do Governo diz que a privatização será virtuosa! Ou seja, o Governo não contestou a decisão de privatizar a SATA Azores Airlines e a decisão de privatizar o handling. O Governo concorda! Esta maioria concorda com essa decisão!

Por isso, não venham dizer que é uma decisão da Comissão Europeia, é conviçção deste Governo!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ou é isso ou não é nada! É paradigmático!

O Orador: Aliás, no património do PSD e do CDS de ir além da TROIKA e isso também nos distingue que é a defesa da autonomia., é contra Lisboa e tiver de ser e é contra Bruxelas se tiver de ser!

Sr. Secretário, nós, como disse, não aceitamos tudo o que nos querem vender, muito menos no que nos querem impor, seja de Bruxelas, seja de Lisboa.

O Orador: Mas, eu não posso deixar de recordar à Câmara, perante as acusações de que o Bloco de Esquerda quer tudo público, é apenas uma alucinação, talvez, de qual era a posição do PSD na campanha eleitoral de 2020 sobre a SATA. Programa eleitoral do PSD vou fazer chegar à Mesa!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não precisa!

O Orador: Diz o seguinte: "a SATA é de superior interesse regional".

(Diálogo entre a Deputada Andreia Cardoso e o Deputado João Bruto da Costa)

Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas eu não consigo intervir desta forma.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados permitam que o Sr. Deputado António Lima prossiga a sua intervenção.

Obrigado.

O Orador: Diz o PSD no seu programa eleitoral de 2020: "A SATA é de superior interesse regional. O compromisso tem de ser o de promover a sua solvência e manter a empresa no setor público empresarial regional. Financeiramente resgatada e com gestão personalizada. Onde é que está aqui privatizar a SATA internacional? Onde é que está aqui privatizar metade da SATA Air Açores?

Mentiram aos açorianos, enganaram os açorianos na campanha eleitoral e agora dizem que isso é virtuoso! Eu faço aqui um elogio ao Sr. Deputado Nuno Barata, que tem no seu programa que é para vender tudo, Açores, internacional, tudo!

Deputado Nuno Barata (IL): Vender e já, senão vamos morrer de fome!

O Orador: Ao menos é honesto! Mas, os senhores não foram honestos com os açorianos!

Sr. Secretário vamos às perguntas:

Como é que ficarão as gateways do Pico? O senhor, sendo natural da ilha do Pico, certamente que terá uma especial preocupação sobre essa matéria, as gateways do Pico, Horta e Santa Maria com uma Sata Internacional privatizada. Qual é a solução, em primeiro lugar, se o concurso não for lançado a tempo, se ficar deserto? Ou, se os valores correspondentes a esse concurso não forem atrativos para a SATA Internacional privatizada?

O Que é que fará o Governo para garantir essas ligações? Não vai ter poder de decisão na empresa. Como é que garante?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): O Bloco de Esquerda que fala uma moção de censura ao Costa!

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

O Orador: Primeira pergunta.

Segunda pergunta, relativamente ao handling, responda-me o que é que vai acontecer relativamente a esse negócio? Em primeiro lugar, qual é o sentido que faz privatizar um setor que é o monopólio? É um monopólio! Ouantas empresas de handling há em São Jorge? Ou na Graciosa? Ou nas Flores? Diga-me lá!

Deputado Marco Costa (PSD): Tem alguma coisa contra o aparecimento de empresas?

O Orador: No Corvo! Deve haver 4 ou 5!

Bem, em segundo lugar e relativamente aos trabalhadores. Quantos trabalhadores da SATA Air Açores irão ser transferidos para o handling? E terão eles hipótese, ou não, de recusar essa transferência? Essa questão é fundamental porque uma empresa privatizada, o novo proprietário da empresa poderá fazer o que quiser com a empresa, até extingui-la, nada garante que não o possa fazer.

Pode despedir, pode extinguir, pode fundir, poderá fazer o que quiser! E o que é que acontecerá aos trabalhadores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que Estado que faz isso!

O Orador: E isso, se o Governo acha que salvar a SATA é pegar na SATA Açores (e falo agora só na Sata Açores), se alguém acha que se pegar na SATA Açores, parti-la a meio, vender a metade é salvar a SATA Açores, está-se a enganar a si próprio e está a enganar os açorianos todos.

Isso é a meio, Sr. Deputado Nuno Barata, porque o que está no plano de reestruturação, ou nestas folhas de couve, como disse, que nos entregaram é que 476 trabalhadores, que é mais de metade dos trabalhadores da SATA Air Açores, fazem parte do serviço de handling e a julgar pelo que está aqui é mais de metade dos trabalhadores.

Deixo a parte financeira para mais à frente e fico a aguardar por estas respostas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Ser. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é, provavelmente, a enésima vez que este Parlamento se debruça sobre esse assunto, o que revela bastante da importância que o Grupo SATA tem para os açorianos e é por isso que nos debruçamos tantas vezes sobre este assunto e é por isso que que o fazemos com tanta paixão e tanto envolvimento.

Mas vamos aqui ao objeto que nos trouxe o Bloco de Esquerda, sem entrar nas considerações ideológicas do Bloco de Esquerda, que obviamente entende que nós temos condições de continuar a pagar os desmanes da Sata Internacional Azores Airlines, não obstante haver falta de dinheiro para a cobertura da escola Luísa Constantino ou para as obras nas restantes escolas dos Açores, o Bloco de Esquerda entende que devemos continuar a enterrar recursos na Sata Internacional, em vez de acudirmos na saúde, na educação, na qualificação dos nossos jovens.

É uma opção ideológica do Bloco de Esquerda, não é uma opção ideológica da Iniciativa Liberal.

Mas, vamos mesmo àquilo que importa e àquilo que já aqui foi dito hoje. O Sr. Deputado António Vasco Viveiros disse, e bem, que a tal folha de couve que a União Europeia para aqui nos mandou e que, segundo os dados que estão no requerimento, que à dias a SATA, o Governo mandou resposta para a Iniciativa Liberal que terá custado à volta de 1 milhão de euros à SATA, ou seja, a todos os açorianos. A tal folha de couve (uma folha de couve de Bruxelas) obriga o Governo Regional dos Açores a toma ressas medidas.

Há aqui duas questões que têm que ser vistas, a primeira é que nem a folha de couve obriga o Governo Regional a tomar essas medidas, mas é bom que o Governo Regional as tome! Não porque a folha de couve diz ou não diz, mas

por convicção do Partido Social Democrata e da maioria que governa a Região porque o que nós precisamos é que a maioria que governa a Região tenha convicções sobre o futuro da SATA, sobre o futuro do SPER em geral e sobre o futuro dessa Região!

Não esperamos que a maioria que governa os Açores esteja à espera que qualquer folha de couve de Bruxelas diga o que é que vão fazer. Era só o que mais faltava! Portanto, é só este alerta.

Mas esta maioria que suporta o Governo, ao contrário do que fez com o restante Setor Público Empresarial Regional, manteve a atual administração da SATA em funções, apesar dos resultados desastrosos que vinha revelando.

Aliás, há declarações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, então Presidente do Governo Regional dos Açores, relativamente às contas de 2018 que diz que a Região não pode continuar a suportar esse tipo de prejuízos acumulados. Foi muito sensato, na altura. Tentou arranjar uma administração diferente. Resultados?! Quase os mesmos! Porquê? Por uma razão muito simples, porque não é viável manter uma companhia como a SATA internacional, com a dimensão que tem, com os mercados que tem.

E esta Região não tem capacidade económica e financeira, não gera riqueza suficiente para ter um luxo dessa natureza. E nós temos que meter isto nas nossas cabeças e temos que explicar isso aos açorianos, já que ao Bloco de Esquerda não vamos conseguir explicar, certamente ...

Deputado José Pacheco (CH): Não quer perceber!

O Orador: ..., que o Bloco de Esquerda não quer perceber este problema e vai insistir que é importante tê-los por causa do Pico, por causa do Faial, por causa de Santa Maria, por causa dos emigrantes de Toronto, por causa dos emigrantes de Boston, por causa de uma série de questões que o Bloco de Esquerda não acredita que os mercados vão conseguir resolver.

E com base neste pensamento ideológico do Bloco de Esquerda, que também é um bocadinho o pensamento ideológico da restante câmara, nesse aspeto permitam-me que me isole porque, de facto...

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: Não, não eu penso precisamente ao contrário de todos. Eu acho que nós não conseguimos continuar a pagar isso tudo e é precisamente por não conseguirmos continuar apagar isso tudo e que o discurso de alguns depois de terem passado para o poder mudou, porque alguns daqueles, daqui dessas bancadas que criticavam a ingerência do Governo Regional na escolha das rotas, na escolha dos aviões, na escolha das pessoas, quando passaram para aquela bancada começaram a fazer precisamente aquilo que criticavam, daqui para a bancada que estava ali sentada antes de novembro de 2020.

Deputado Berto Messias (PS): Muito pior!

O Orador: E continua! E eu vou dar só um exemplo: uma pérola, e termino já Sr. Presidente, para não gastar o tempo todo. Informação detalhada quanto ao estudo de viabilidade de sustenta a decisão de entrada em funcionamento do avião cargueiro.

Resposta, brilhante! A entrada em funcionamento do avião cargueiro ocorrerá após a reconversão. A melhor forma, vejam isto, registem!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor faz parte dessa resposta!

O Orador: A melhor forma, neste caso em particular, de estudar a viabilidade do modelo é colocando em funcionamento.

Experimentalismo, experimentalismo e mais experimentalismo e no fim, um buraco financeiro para os açorianos todos pagarem, enquanto não têm escolas em condições para os seus filhos estudarem, enquanto não têm creches em condições, enquanto estão à espera para fazer consultas e exames médicos!

Isto não é aceitável! Isto não é aceitável, nem aqui, nem na Venezuela porque nem na Venezuela as coisas se fazem com experimentalismos dessa natureza.

E por isso, Sr. Secretário, lhe digo, daqui desta bancada, os senhores podem manter a confiança nessa administração da SATA, eu não mantenho, nem mais um minuto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Defesa da honra por causa do cargueiro! Vamos a isso!

O Orador: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na preparação deste debate consideramos que era legítimo e era expetável que, eventualmente, o Bloco de Esquerda viesse colocar aqui algumas questões e afirmar aquilo que têm sido as suas posições, ao longo do tempo.

O que não esperava, confesso, era que viesse afirmar o bloqueio ideológico que tem para com a União Europeia. Ou seja, o Bloco de Esquerda gosta muito de opinar e solicitar fundos europeus, mas quando se trata de compromissos...compromissos não! Nós não podemos fazer parte da União Europeia porque está se a ingerir no nosso estado. E isso é o que o Bloco de Esquerda vem para aqui dizer.

Deputado António Lima (BE): A União Europeia exige a Lisboa, não faz para aqui?

O Orador: E depois, argumentos interessantes, diz que há uma criminosa privatização do handling. Então, e a criminosa nacionalização da TAP, que custou 4 mil milhões de euros de reestruturação. Que foi, ainda para mais, nacionalizada porque o Bloco de Esquerda e o PCP encostaram o Partido Socialista à parede - esse é que é o facto - ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É verdade!

O Orador: ... para gáudio do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, que obviamente, para ele, foi uma alegria que o Bloco de Esquerda fizesse essa chantagem com o Partido Socialista e custa 4 mil milhões de euros uma reestruturação que agora, ainda por cima, vai ser revertida, muito provavelmente vai ter que ser privatizada.

Já para não dizer aquilo que é factual, que a partir de setembro temos a EasyJet, que ficou com 18 ou 30 slots (agora não consigo precisar) no aeroporto da Portela. Isso tem a ver com aquilo que é a posição e a postura do Bloco de Esquerda ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso tem tudo a ver com o debate de urgência do Bloco de Esquerda!

Deputado António Lima (BE): Discuta a SATA!

O Orador: ... aquilo que é a visão que o Bloco de Esquerda tem sobre o setor e que o resultado do que aconteceu com a TAP é aquilo que o Bloco de Esquerda quer replicar na SATA.

Há aqui um facto que é incontornável, Sr. Deputado, a dívida da SATA é uma dívida da Região, é uma dívida dos açorianos.

Deputado António Lima (BE): É uma empresa comercial!

O Orador: A dívida da SATA é uma dívida da Região! As contas da SATA consolidam com as contas da Região.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor, isso não é para si! Não diga isso!

O Orador: Sim, sim a dívida está consolidada. Há 200 milhões de euros da dívida da SATA que consolidam com a conta da Região.

Deputado António Lima (BE): 200 milhões de euros que foram banalizados!

O Orador: 200 milhões de euros! Sim, sim!

O que é facto é que a dívida da SATA é efetivamente uma dívida da Região, foi feita pelos governos socialistas e temos agora este Governo a tentar reverter essa situação, ou pelo menos, que não se perca aquilo que é absolutamente essencial, que tem a ver com a SATA Air Açores.

E o facto aqui, mencionado pelo Sr. Secretário, tem a ver exatamente com a comunicação da comissão europeia de 2014 que acaba por fazer o enquadramento para as empresas não financeiras. E o que é facto e foi aqui avançado é que se não fosse pela privatização ou a possibilidade de privatização do handling e da Azores Airlines, nós estávamos a falar de um peso de 28%, face ao volume financeiro da reestruturação. Isso foi dito ainda agora!

Voz não identificada: Foi dito à sua frente!

O Orador: Foi dito à sua frente! Eu não estava, mas o meu colega de bancada estava nessa reunião e ele confirma que isso foi avançado.

Outro dado relevante é que mesmo com a privatização do handling e com a privatização da Azores Airlines estamos a falar de um valor na reestruturação de 40%, que mesmo assim fica aquém daquilo que é o comunicado da Comissão Europeia que diz que tem que haver um compromisso substantivo e que aí, julgo que também temos que fazer justiça a quem esteve na negociação e que chegou a este compromisso, em que conseguiu salvaguardar que a SATA Air Açores continua a ser regional, continua a ser pública.

Isso é um facto que não é de somenos importância porque é isso que garante a coesão e as ligações aéreas inter-ilhas e isso é obviamente o facto mais importante.

Por isso, é uma condicionante, as negociações e os compromissos são exatamente assim por isso é que só neste momento é que temo sum documento fechado, ou seja, ao fim de estarem definidas todas as condições e os pressupostos que permitem que haja uma reestruturação.

Depois, as questões que foram levantadas e que eu gostaria de abordar que, tanto o Sr. Deputado António Lima, como o Sr. Deputado Carlos Silva abordaram, que tem a ver com as obrigações de serviço público ou com as rotas

do Faial, Pico e Santa Maria e que diz o Sr. Deputado Carlos Silva que fica nas mãos do acionista o desvio de aeronaves. O que eu tenho a dizer, Sr. Deputado Carlos Silva, é que fica nas mãos de António Costa a garantia das obrigações de serviço público para as ilhas com gateway.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Esse é que é o facto! Tem a ver com voos territoriais, ou seja, os vosso territoriais para o Faial, Pico e Santa Maria estão ao abrigo de obrigações de serviço público que são definidas pelo Governo da República em concertação com o Governo Regional, mas que são, obviamente, e o CDS sempre defendeu, suportadas pelo direito constitucional da coesão territorial e tem de ser garantidas pela República.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Partido Socialista não quer falar disso!

O Orador: Por isso, independentemente do que seja o operador que faz estas ligações, independentemente da sua condição privada em 51%, 49%, absolutamente privada, independentemente disso não interessa para o caso. Porquê? Porque qualquer empresa terá que concorrer para as obrigações de serviço público e ao abrigo daquilo que também é o comércio, obviamente, não pode haver rotas deficitárias. Não podendo haver rotas deficitárias, têm que ser suportadas aquilo que o Governo quer garantir como direito constitucional aos seus cidadãos, que são estes voos territoriais para Faial, Pico e Santa Maria, têm que ser garantidos pelo orçamento do Estado e, neste caso, o António Costa e o Partido Socialista podem muito bem exercer a sua influência e garantir que não há um retrocesso nesta ligações.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro!

O Orador: Termino, por agora, salientando aqui um outro facto que eu achei delicioso, há falta de outro adjetivo, mas que é o que o Sr. Deputado Carlos Silva diz que a *ânsia privatizadora* deste Governo é que decidiu privatizar 51% da Azores Airlines.

Eu tenho que lhe dizer, Sr. Deputado Carlos Silva, que talvez foi a *ânsia* privatizadora do Partido Socialista que, fora de qualquer quadro de reestruturação, fora de qualquer quadro de exigência europeia ou de qualquer outra instituição nacional, o que fosse, é que pretendeu privatizar a Azores Airlines e ainda para mais, pretendeu privatizar 49% para continuar os desmandos com o dinheiro dos privados.

Deputado Carlos Silva (PS): 49%! Aí é que está a diferença!

O Orador: Obviamente que o sucesso da operação é o sucesso que todos nós reconhecemos, que é o insucesso dessa operação e é aquilo que, volto a dizer, o Partido Socialista é que deixou esta herança na SATA. Neste momento a dívida da SATA é da Região, é uma dívida realizada em governos socialistas e é este governo que está a tentar reverter essa situação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem está em casa a ver este debate, e bem e de saúde, está a perguntar o Luís à Maria dos Anjos: "Isso é repetido ou é em direto?" Não é mesmo em direto.

Nós estamos a falar da mesma coisa sem soluções novas. Nós estamos a falar do que andamos aqui já há meses aqui a falar, então eu vou falar daquilo que já tenho falado. Vou repetir com outra gravata.

Não há bela sem senão.

Primeiro, a SATA chegou onde chegou pela péssima gestão do Governo Socialista.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

O Orador: Estava eu em casa quando ouvi um senhor que foi para Presidente da SATA a dizer que não percebia nada de aviação... Para isso ia eu! Para isso tinham me convidado, se é para não perceber nada de aviação ia eu para lá e fazia mais barato!

Isto cabe na cabeça de alguém?

Um senhor indicado pelo Governo Socialista ...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Não se riam, o assunto é sério!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Eu não percebo nada de aviação e eu vou dirigir a companhia aérea dos Açores?!

Ó senhores, os senhores estavam a brincar à apanhada, os senhores não estavam a dirigir nada disto, os senhores estavam era a brincar.

Porquê? Porque a SATA foi um depósito de boys. Não tem emprego – SATA com ele. A *não sei quantos*, para a SATA, ... vai para a SATA!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Não se riam porque os senhores fizeram igual!

A verdade é esta!

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas o senhor não o diz!

Não se riam porque os senhores nunca vão ter oportunidade de fazer igual!

Eu vou ter senhor! Os senhores estão a descer a ladeira, eu estou a subir!

Ai senhores, os senhores não atinam mesmo! Nós estamos a falar do maior embrulho que esta região tem. Um dos maiores, há outros!

Disse bem aqui o meu colega e disse muito bem, nós só podemos ter o que podemos pagar! É a lei da vida! E durante muitos anos, nós andámos a sustentar uma ilusão, um capricho de uma coisa que não podemos pagar.

Eu pedi, em nome do CHEGA as rotas, a viabilidade... Eu vou pedir as do Corvo! Isto de aviões todos os dias, eu quero saber quantas pessoas vão ocupar aqueles aviões.

Nós não podemos brincar com o dinheiro das pessoas! Porque

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Para o Corvo?

O Orador: Sim, Sr.. Deputado, aviões todos os dias para o Corvo eu quero saber se vão cheios!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os corvinos são iguais aos outros, têm o mesmo direito!

O Orador: Eu quero saber! Aqui não há exceções, os açorianos são nove ilhas, não há exceções! Não há brincadeiras, não se brinca à apanhada, nós não vamos usar a companhia aérea e agora, Sr. Deputado daquela tribuna, o senhor deu uma ideia ao Luís e à Maria dos Anjos que nós estávamos a falar da mesma coisa, mas não estamos! Nós estamos a falar de uma companhia aérea, que nos Açores é fundamental porque os privados ainda não lhes apeteceu, porque não é apetecível! E depois, estamos a falar de uma coisa que não serve para nada! Uma coisa que, no fundo, nós temos alternativas e enquanto cidadão português eu quero saber qual é o papel da TAP nisto e quero saber o que é que o PS vai fazer quanto a isto porque nós já enterramos largos milhões de euros na TAP e continuamos sem perceber qual é o papel da TAP em relação aos Açores. Eu quero saber ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o seu papel aqui?

II Sessão Legislativa

O Orador: O meu papel aqui é chamar a atenção dos senhores para as asneiras que os senhores fazem.

Eu apoio quem eu quiser...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor apoia!

Deputada Alexandra Manes (BE): Então não venha para aqui atirar pedras!

O Orador: ... dentro da liberdade que eu tiver e dentro das condições... Não pelos senhores se rirem mais ou se rirem menos, que as coisas vão funcionar melhor ou pior! Sabem porquê? Porque eu estou aqui em nome daquelas pessoas que estão em casa! Eu não estou aqui em vosso nome, eu não estou aqui nem para vos defender, nem para defender aqueles.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor apoia!

O Orador: Para defender os açorianos e os açorianos sabem que cada tostão enterrado na SATA, de má gestão, de rotas deficitárias... perguntem ao José de Almeida do INIPE o que ele me disse no dia 29 de junho, na sua terra nas Cavalhadas: "Uma vergonha! A SATA cancela, a SATA remarca, uma vergonha, nós preferimos trabalhar na TAP". E eu digo...

É uma alegria! Isto não é novela, não mudem para a novela! A verdade é que não me venham falar da autonomia porque não é só receber de Bruxelas o dinheiro e depois não prestar contas. Então, temos que prestar contas. O CHEGA anda a dizer isso há tempos. Vamos estar aqui a brincar às companhias aéreas para ter um capricho?!

E quando nós precisamos de escolas, e quando nós precisamos de ter mais gente, mais apoio, como é que é? O dinheiro vai para a SATA?! Ou seja, a SATA a receber milhões e o povo a receber tostões!

Isto não é compreensível! Nós não podemos ter, não temos. Temos de ter aquilo oque podemos pagar!

Fundamental a ligação a ligação entre o arquipélago de todas as ilhas, é fundamental salvaguardar! Disse o Sr. Subsecretário e disse bem porque nós

andamos a dizer isso há muito tempo. Mas foi preciso um puxão de orelhas de Bruxelas. Se isto não acontecer lá se vai a Air Açores, lá se vai a SATA dos Açores e temos aqui um problema! Vamos a nado, não há hipótese!

Temos que salvaguardar as coisas, temos que falar nos Açores com seriedade e não fazer demagogia. Quem está em casa percebe isso, cada pessoa que percebe as dificuldades da vida questiona-se como é que estão aí tantos milhões!

Sr. Secretário, quanto a dinheiro para a SATA, estamos conversados, é público! Se enterrarem mais dinheiro na SATA vão-se enterrar com a SATA também. É bom que arranjem as barbatanas porque as asas eu não vos dou, garantidamente, Sr. Secretário.

E, nós temos que ter isso em conta. Há muito para revolver nesta terra, não é para enterrar o dinheiro na SATA!

Vamos a isso, vamos trabalhar! Não vamos é estar aqui a fazer demagogia! Isso não é política, é demagogia!

Muito obrigado.

Presidente. Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algumas notas, no seguimento das intervenções que aqui aconteceram depois da minha declaração inicial para fazer algumas referências, que é bom que todos nós tenhamos em consideração.

Em primeiro lugar, foi aqui dito que tinha havido entradas de subsídios na região de 157 milhões...

Deputado Carlos Silva (PS): Não! 57! 150 foi o valor total!

O Orador: 150 entrados na Região em 2021.

Sucede que, desses, 82,5 foram suprimentos que depois vão ser transformados em capital. O senhor que é da área compreende bem isto e percebe esta explicação.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais 57!

O Orador: Portanto, não foram os subsídios habituais, COVIDS, de OSPs, etc., foram entradas, uma parcela que é um suprimento que depois será transformando em capital, naturalmente, como vamos ter que fazer no âmbito da reestruturação. O senhor compreenderá. Primeira questão.

Segunda questão, em relação à posição dos 51% da privatização da Azores Airlines e do handling. A questão aqui, Sr. Deputado António Lima e Sras. e Srs. Deputados, já não se põe no plano do que a, b ou c querem. A questão põese no plano daquilo que nós temos que fazer para salvar a "menina dos olhos", que é a SATA Air Açores. Essa é que é a questão!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, para tal, para cumprir com a contribuição suficiente que temos que ter no âmbito das regras comunitárias tivemos que assumir isto. Se em 2017 o Governo Socialista tivesse dado ouvidos àquilo que na altura lhe foi duto e não tivesse usado a bondade a propositura do PSD para fazer política contra o PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: É bom lembrar que nessa altura, ainda antes de responder à carta do PSD o senhor Presidente da altura, o hoje Deputado Vasco Cordeiro, ainda antes de responder, usou aqui mais o Grupo Parlamentar, a carta para fazer chicana política a dizer que o PSD queria abandonar os emigrantes, por causa da Sata Internacional, ou não se recordam disso?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E em vez de aproveitar um clima positivo deste Parlamento e da sociedade açoriana para salvar a SATA, e eventualmente até a intencional, enquanto era tempo, não, fizeram ouvidos moucos, continuaram a cavar o buraco, continuaram a fazer chicana política, em vez de resolver o problema e salvar a SATA. Isso deixaram para os outros! E agora, vêm falar!

Mas, também a respeito de transparência, quero dizer-vos...

(Neste momento o Sr. Deputado Carlos Silva mostra um mapa à câmara)

Não é só neste documento que há informação confidencial. Se virem, no plano da TAP também o há. Isso é assim e o senhor compreenderá. Estes pedidos de confidencialidade têm a ver com a proteção comercial do negócio da SATA, como teve a ver também da TAP e nós não iludimos ninguém, nós apresentámos explicámos!

Coisa diferente aconteceu na Comissão de Inquérito quando as contas do cachalote para serem analisadas pelos deputados quase que precisava passar por um detetor de metais!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isso aí foi uma coisa bem diferente!

Porque é que será que os senhores não queriam que se consultasse as contas do cachalote?

Mais, Sras. e Srs. Deputados: naquela tribuna, na altura, ...

(Diálogo entre vários Deputados na Câmara)

Por favor, Sr. Presidente, eu gostaria de continuar.

Sras. e Srs. Deputados, para além de esconder o negócio catastrófico do cachalote, é bom lembrar também outro momento que se passou neste Parlamento, em que, na altura, o Governo Regional dos Açores, com o Secretário Vítor Fraga, apresentou um Plano de reestruturação da SATA. Apresentou aos deputados, aos açorianos. O plano de reestruturação tinha 52 páginas!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É muito ou pouco?

O Orador: E eu, daquela tribuna, mostrei o de 52 páginas e mostrei o de 174 que tinha sido escondido dos açorianos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Recordar-se-ão as Sras. e os Srs. Deputados disso!

E, portanto, quanto a transparência, quanto a fazer chicana política estamos conversados.

Quanto à questão de salvar a SATA ...

Deputado António Lima (*BE*): E o handling?

O Orador: ... nós para mantermos os dedos temos que perder os anéis.

Deputado António Lima (BE): Não, não! Metade dos ouvidos foram embora!

O Orador: Muitas vezes é assim, é verdade é esta. E não podemos estar a gastar mais dinheiro com anéis, se quisermos manter os dedos. É ter a SATA Air Açores, ter a nossa menina dos olhos e isso é aquilo que nós estamos a fazer. Se me dizem "se pudéssemos ter tudo isso e ainda dar lucro!", é evidente, quem é que não queira?! Mas, a verdade é que nós fomos confrontados com uma situação catastrófica, Sras. e Srs. Deputados e agora, temos que cumprir os requisitos para poder salvar o essencial e não continuar a meter dinheiro num buraco.

Deputado Carlos Silva (PS): Os resultados de 2021 não dizem isso!

O Orador: Mas, ainda assim, eu gostaria de dar mais duas ou três notas: as gateways do Pico, Faial e Santa Maria. Há um compromisso público do Sr. Primeiro-Ministro para rever as OSP's, tendo em conta aquilo que é a realidade comercial, de maneira que não signifique prejuízo a quem efetue estas rotas e que até possa tornar mais atrativo para várias companhias poderem vir.

Há esse compromisso público do Sr. Primeiro-Ministro, o XIII Governo espera contar com todas as bancadas desta sala, se for preciso pressionar, incentivar para que seja rapidamente e efetivamente cumprido esse compromisso.

É um desafio, fica feito a todos nós. Penso que todos nós estaremos do mesmo lado nesse aspeto.

Mas ainda em relação a privatizações, outra memória, outro *tesourinho*, penso que deprimente para o Partido Socialista. Recordam.se do Partido Socialista querer, quando no Governo, privatizar a maioria do capital da EDA?

Deputado Carlos Silva (PS): Das Agendas não se recorda!

O Orador: Recordam-se do Partido Socialista estar a preparar-se para privatizar o capital de EDA? Qual era a razão? Até já se sabia o montante, 80 milhões! Foi começado a falar com os sindicatos, foi apresentado nesta Casa nos documentos orçamentais um artigo que, ao contrário do que era habitual, retirava a proibição de venda de setores estratégicos do Setor Empresarial Regional. Isso tudo foi feito pelos senhores, os senhores tem essa responsabilidade, tem a responsabilidade de tentarem esconder números, tem a responsabilidade de tentarem privatizar a EDA sem razão nenhuma, tem a responsabilidade de desgraçarem a SATA e não vão pôr para cima do XIII Governo e de quem está aqui a salvar a SATA.

A responsabilidade do vosso legado foi o desastre, a falência da SATA.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*CH*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia em que foi anunciada a decisão da Comissão Europeia, relativamente aos destinos da SATA eu vi vários responsáveis políticos comentarem o assunto e, sinceramente, fez-me lembrar um pouco aquelas declarações políticas típicas do PCP numa noite das eleições em que as coisas não correm bem. Não correu bem, mas foi sempre uma vitória e sinceramente aqui pareceu-me isso, vamos perder o domínio da SATA porque vai ter que ser privatizada em grande parte, mas mesmo assim houve uma vitória moral porque "vamos ficar com a SATA Air Açores, porque já nem é toda, mas é um bocadinho". Sinceramente, não houve vitória nenhuma, o que a Comissão Europeia disse foi que os açorianos são incapazes de gerir os destinos de uma companhia aérea, foi siso que foi dito, claramente. E temos que assumir que isso foi uma derrota dos açorianos, uma derrota da gestão açoriana relativamente a uma companhia aérea.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi um impasse!

O Orador: Porque aquilo que foi anunciado há 20 ou 30 anos atrás, que era o aumento da dimensão da SATA para começar a fazer voos para outros destinos, agora a situação é inversa e isso é um downgrade, não há outro nome para isso.

Obviamente que os responsáveis por isso estão desse lado, não haja dúvidas nenhumas! Mas também já começa a haver alguns deste lado que também já mostram que o rumo não está muito diferente.

Mas, o que é certo é que, segundo alguns, essa vitória que foi salvar a SATA, mais ou menos ...

Deputado António Lima (BE): Qual SATA?

O Orador: ... há uma situação que é, o que é que vai acontecer? Vamos perder o domínio da SATA, mas vamos ficar com os compromissos.

Deputado António Lima (BE): Mas essa dívida já existia?

O Orador: É que o dito privado - se aparecer – não vai levar os prejuízos consigo! Não, os prejuízos vão ficar, por tempo indeterminado às costas dos açorianos e não me venham com vitorias morais que vamos ficar com a nossa menina dos olhos de ouro, que é a SATA Air Açores, porque há bem pouco tempo foi dito que o destino e o sucesso da SATA Air Açores dependia muito da SATA Internacional.

E, não vamos ainda ficar com vitórias morais que ficamos com a SATA Air Açores porque, na realidade, aquilo que estamos a dizer aos açorianos é que "sim senhor, fica salvaguardado que vocês podem ir da Santa Maria ao Corvo, agora não fica salvaguardado é que vão de Santa Maria para mais lado nenhum. A partir do momento que as rotas ficarem liberalizadas, a partir do momento que deixemos de ter o domínio sobre a SATA, vamos ficar expostos à TAP, à Ryanair, à EasyJet, a todos os outros que quiserem vir para cá (se quiserem), porque se não quiserem, ninguém os obriga.

Portanto, são pequenas vitórias, que é como disse, as vitórias morais do PCP em noite de eleições em que as coisas não correm bem.

Deputada Alexandra Manes (BE): Perceberam?

O Orador: O que é certo é que temos esse grande problema em mão que não é da responsabilidade deste Governo nem desta bancada, é mais aqui deste lado.

Não podemos (como o Sr. Deputado Nuno Barata disse e muito bem) ficar a pensar que uma vez que esse setor vai ser privatizado, que vamos ter aviões a voar com 30 pessoas para Boston, nem coisas do género.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah, pois!

O Orador: Não podemos ficar a pensar que depois mete-se uns dinheiros na ATA para depois publicitar umas rotas porque as coisas não vão ser assim, o que vamos ter é uma realidade *nua e crua*, o que vamos ter é que quem eventualmente estiver interessado em ficar com essas rotas, com a SATA, vai obviamente fazer escolhas e no dia em que não lhe interessar que o avião faça ligações a partir dos Açores e para os Açores, o avião vai para outro lado. Essa é que é a realidade!

Mas, também não pense a esquerda que a solução ficaria bem se ficasse como estava, porque já foi ensaiado ano após ano, legislatura após legislatura que o modelo faliu. O modelo faliu porque só trouxe encargos, porque ninguém teve a coragem de dizer que se o avião não puder ir sete vezes para Boston, vai quatro. Se não puder ir quatro, que vá duas.

O que não podemos é estar a inventar voos só porque é simpático, só porque dá votos, porque se tem que dizer aos açorianos que as coisas são bonitas e que isso é uma maravilha e que depois na conta de cada um aparece isso.

Porque, na realidade, o que estamos a fazer é sugar impostos aos açorianos, tirar-lhes direitos do bom serviço de saúde, educação porque temos que alimentar uma SATA que também que dar votos e, acima de tudo e ninguém fala disto, também tem de mante rum determinado número de empregados porque isso é tudo muito bonito, mas se somarmos os custos com pessoal do grupo SATA, representam quase tanto como o Hospital do Divino Espírito Santo.

E agora perguntamos: os açorianos estão dispostos a pagarem salários ao grupo

SATA, tanto como pagam para o principal hospital dos Açores? Não, mas

ninguém fala disso e tem que se manter os postos de trabalho.

Eu tenho muita pena dos funcionários da SATA, mas tenho a mesma pena que

tenho dos funcionários da SATA como tenho de outra qualquer empresa dos

Açores que quando não da, fecha e aqueles empregado têm de ir procurar

trabalho para outro lado, porque as coisas são mesmo assim.

Não podemos é manter salários de forma artificial, que + o que aconteceu até

agora. Veja-se qual é a média salarial dos trabalhadores da SATA.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Isso é uma vergonha. Os Açores e os açorianos não tem condições

para pagar desvaneios desse tamanho e é bom que as coisas mudem de figura.

E o que se passou aqui, relativamente à Comissão Europeia, foi que a Comissão

Europeia teve que nos pôr juízo na cabeça porque, por iniciativa própria, não

chegávamos lá.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado esgotou o seu tempo para este debate.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 55 minutos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

(Após o intervalo o Deputado Paulo Silveira foi substituído na mesa pelo

Deputado Paulo Gomes)

52

XII Legislatura

Eram 12 horas.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto e começando por responder, ou pelo menos, precisar algumas coisas que foram ditas. Sr. Deputado Rui Martins, julgo que saberá bem - para que fique registado - que as contas da SATA, tal como outras empresas comerciais, como a EDA não consolidam com as contas da Região e avales e outras coisas do género afeta, o défice porque a SATA tem capitais negativos. Agora, dizer que consolidam, isso não é verdade, como bem sabe, ou, pelo menos, deveria saber.

De facto há aqui um alinha que o Governo tem seguido, ao longo dos debates sobre esta matéria. Em primeiro lugar há uma desorientação e uma descoordenação, diria, entre o Sr. Secretário Regional das Finanças e o Sr. Presidente do Governo. O Sr. Secretário Regional das Finanças diz que: "temos que privatizar a SATA Internacional", aliás o PSD sempre concordou com essa medida. No anterior processo de privatização o PSD apoiava essa medida, mas o PSD e o Governo agora dizem que têm que privatizar a SATA Internacional, que chatice, é a comissão europeia que nos impõe — mais ou menos como a troika, era a Comissão Europeia - ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém sabe é onde é que isso está escrito!

O Orador: ... mas o Sr. Presidente do Governo disse outra coisa, que a entrada de capital privado teria benefícios. Saudou os benefícios da entrada de capital privado na SATA. O que não diz é que isso significa, seja na SATA Internacional, seja na SATA privatizada do handling, a perda total do controle da empresa.

Sr. Secretário das Finanças o Governo tem de se decidir, ou isso foi uma imposição de Bruxelas, ou foi uma proposta do Governo regional. E, pelas palavras do Presidente do Governo, que ainda é Presidente do Governo, aquilo que parece é que foi uma proposta do Governo Regional.

Convictamente o Governo Regional aceita e quer privatizar a SATA Internacional e quer privatizar mais de metade da SATA Air Açores.

E aquilo que chamam de a "menina dos olhos do Governo" vai ser cortada a meio e vai ser vendida. Por isso, não vão salvar a SATA coisa nenhuma, o que estão a fazer é outra coisa, é desmantelar a empresa, é partir a SATA Air Açores a meio e entregá-la, sabe-se lá a quem. Ainda por cima, com a agravante, como já referi, do handling ser um monopólio nos Açores

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não é verdade!

O Orador: É praticamente um monopólio!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ah! Praticamente!

O Orador: Há uma única empresa em Ponta Delgada a fazer o seu próprio handling, todo o resto é a SATA.

O monopólio ou praticamente o monopólio, Sra. Secretária, é semântica, porque, na prática, estamos a falar de um monopólio.

Também é curioso neste debate que o Governo justifique as suas ações dos anteriores governos. À acusação de falta de transparência vem o Sr. Secretário dizer: "Mas lembram-se como é que era no passado e os documentos que não apareciam, que eram consultados em salas fechadas?". Mas, desde quando é que se justifica as nossas falhas com as eventuais falhas de outros?

É assim que o Governo justifica os borrões no documento que nos entregou.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Eu expliquei antes!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Lá está o senhor a deturpar, é a sua especialidade!

O Orador: É com as ações do governos passados! Mas este não era o Governo da transparência?! Isso é, de facto, curioso!

E este Governo é tão transparente que não se coibiu, aliás a administração da SATA, mas o Governo é obviamente a tutela, de publicar comunicados de empresa a anunciar resultados e até a fazer um foguetório completo sobre algo ligeiramente positivo, os resultados antes de impostos a apreciações e amortizações, o tal chamado e famoso EBITDA.

Publicou esse resultado, deu o Presidente da SATA entrevistas onde é que estão os resultados? Onde é que está a publicação dos resultados consolidados do grupo SATA de 2021? Porquê? Porque é que nós estamos em julho e ainda não conhecemos as contas? Exatamente para que esse debate, por exemplo, não se fizesse com toda a informação que é devida a este Parlamento e aos açorianos e açorianas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Com mais informação!

O Orador: ... que são, obviamente, quem pagará a conta. Mas, o Governo diz que o Governo anterior é que não era transparente. E a vossa transparência onde é que está?

Mas vamos aos resultados, nós não conhecemos todos, mas conhecemos qualquer coisinha. Aliás, o Sr. Secretário Regional das Finanças reconheceu que há 12 milhões de euros que dizem respeito a 2020, nas contas da SATA de 2021, devido aos apoios Covid, que são devidos e são legais e foram autorizados pela Comissão Europeia. Tudo certo.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Espere aí! É preciso autorização da União Europeia?

O Orador: É, é! Os senhores é que dizem que é e eu assumo como boa essa palavra. Aliás, há decisões publicadas sobre isso. Aliás, há uma Resolução

sobre o Conselho de Governo que é muito interessante, a Resolução n. °107/2021 de – a data também é importante – 13 de maio, que diz que a SATA Air Açores deve facultar ao Governo um relatório sobre as receitas e custos efetivos relativos à exploração do transporte de passageiros, no período entre 19 de março e 30 de junho de 2020 e que esse relatório – atente-se às datas – deve ser apresentado em simultâneo com as contas certificadas do ano de 2020. Então porque é que os 12 milhões de euros não aparecem nas contas de 2020 e aparecem nas contas de 2021? Dirá que não veio a tempo. Ok, tudo bem. Então, mas porque é que o Sr. Presidente da SATA e o Governo não dizem que os resultados líquidos antes de impostos e amortizações só são positivos porque tem 1á 12 milhões de euros de 2020. Porque é que isso não é transparente? Porque é que os açorianos não sabem que em 2021, exatamente como foi nos últimos cinco anos, os resultados da SATA estão negativos nos resultados líquidos finais e no EBITDA são negativos como foram e continuam a ser de há cinco anos.

Sr. Deputado José Pacheco - que tanto critica os governos passados e os desmandes, nessas alturas foge sempre do debate - o que é que tem a dizer disto, destes resultados negativos que continuam com este Governo?

Em 2021, e já disse o Presidente da SATA que vamos ter aqui um azar, o combustível está muito caro, em 2022 vão ser negativos. O que é que tem a dizer disso? A responsabilidade é toda do Governo do Partido Socialista?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tenha cuidado! Tem aqui um candidato!

O Orador: Os senhores não têm responsabilidade nenhuma?

Pior, aquilo que vão fazer é, exatamente, serem os cangalheiros da SATA Air Açores. Não há menina dos olhos do Governo coisíssima nenhuma, os senhores vão ser os cangalheiros da SATA Air Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, isto é um bom termo!

XII Legislatura

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Tanto debate para fazer este soundbytes! Podia ter feito uma Conferência de Imprensa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, de facto, estamos adiantados neste debate e já chegámos ao nível do diálogo que o Sr. Deputado António Lima acabou de utilizar.

Isto de facto, se não acabarmos com a sangria, não teremos outra oportunidade de salvar a companhia aérea que tanto prezamos, se não, sermos precisamente os seus coveiros.

Nesse sentido, queria só deixar aqui mais dois ou três alertas.

As contas que já deviam ter sido apresentadas e não foram.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas o prazo para apresentar ao Parlamento é 31 de agosto!

O Orador: Deviam ter sido apresentadas as contas finais de 2021, tendo em conta que, inclusivamente, já nos chegaram relatórios do primeiro trimestre de 2022 e todos os prazos estão já ultrapassados, Sr. Secretário.

Está ultrapassado o prazo de apresentação das contas ao Tribunal de Contas, foi o prazo que precisamente o Conselho de Administração utilizou para fazer o primeiro comunicado a dizer que o EBITDA tinha subido e que estava tudo muito bem e, inclusivamente 30 de junho, a data final para apresentar as contas.

Sr. Secretário o prazo para apresentar ao Parlamento é 31 de agosto.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É, ou não é?

O Orador: Este Governo, do qual o senhor faz parte e na boca de v. exa., tem sido sempre em dizer que cumpre mais do que aquilo que é exigido no

Parlamento. Que é mais claro, que traz mais cedo, que apesar do prazo ser só daqui a três dias, já está aqui o documento.

É isto que tem diro e é isto que nós esperamos e é isso que nos faz tocar campainhas. É porque é que, estando este documento pronto, é entregue ao Tribunal de Contas desde maio, é entregue nas Finanças desde 30 de junho, o Governo está à espera do prazo final de 31 de agosto para nos trazer. É porque em 31 de agosto a Assembleia não reúne. Só reúne em setembro, já está tudo esquecido, já não há problemas, já não discutimos mais a SATA. A questão é mesmo essa!

Sr. Secretário, obviamente, que o senhor não pode estar satisfeito porque o senhor conhece aquilo que a SATA respondeu ao requerimento do deputado da Iniciativa Liberal, o senhor não pode estar satisfeito. O senhor sabe ler esses documentos até, se calhar melhor do que eu. O senhor, certamente, percebeu que o grupo SATA gastou 23 milhões de euros, 23 milhões de euros, Srs. Deputados, em pré-reformas e reformas antecipadas entre 2020 e 2021. 23 milhões de euros em negócios de pré-reforma s e reformas antecipadas! Não são negócios, são negociatas que aqui estão!

O grupo SATA, nomeadamente, a SATA gestão de aeródromos, vai gastar até um certo cidadão ir para a reforma, 587 mil euros com esse cidadão! Isto não é um negócio para a companhia, isto é uma negociata!

Apesar disto tudo, apesar de terem gasto 23 milhões de euros com negócios e negociatas de pré-reformas e reformas antecipadas, o custo com pessoal subiu, de 2020 para 2021, mais 10 milhões de euros!

Então, que raio de gestão é essa que gasta 23 milhões de euros para resolver um problema e onde acrescem mais 10 milhões de euros?! Como é que isto é possível? Como é se que pode manter a confiança num Conselho de Administração que faz negócios dessa natureza?

Isto, Sr. Secretário, é que é o verdadeiro problema que o Governo regional dos Açores tem de encarar. É resolver o problemas desses negócios e negociatas que este Conselho de Administração anda a fazer e este é que é o problema que não é a ideologia do Sr. Deputado António Lima que vai resolver, nem é a ideologia do Sr. Deputado Nuno Barata que vai resolver. É o pragmatismo de quem está a governar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Que é preciso travar com a sangria da SATA Internacional para poder salvar a SATA Air Açores e com urgência! E o Governo atirou para 2025 e não é para 2025, é para ontem! É para anteontem! Já devia ter sido em 2018 quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse, e bem, que aquele nível de prejuízos não era sustentável!

E, por isso, Sr. Secretário, daqui, mais uma vez, exorto: travem a sangria da Azores Airlines se quiserem salvar a SATA Air Açores, se não daqui a dias, para gáudio do Sr. Deputado António Lima, não teremos nem uma, nem outra, nem aeródromos, nem SATA Air Açores, nem SATA Internacional!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu só quero mesmo ressalvar e isto vai ser, obviamente, uma exceção dentro desta Legislatura, para dar os parabéns ao Sr. Deputado Nuno Barata por aquilo que disse agora, relativamente àquilo que é uma vergonha da reforma

antecipada e que não resolveu o problema porque, logo a seguir, mete-se mais dinheiro em cima e eu acho que é extremamente grave e espero que os açorianos tenham ouvido esta vergonha do trabalhador receber mais de meio

milhão de euros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu peço para intervir no debate apenas para clarificar ao Sr. Deputado António Lima, como aparece na publicação do Serviço Regional de Estatística, relativamente à contabilidade pública e, se reparar (eu depois posso lhe fazer chegar o documento), para o resultado preliminar de 2021 temos a variação de passivos, ou seja, contas a pagar do Governo Regional, 13 milhões de euros.

Depois, empresas públicas classificadas no perímetro da administração pública regional, 24 milhões de euros e outros ajustamentos, menos 280 milhões de euros.

Ora, estes 280 milhões de euros uma parte é da Sinaga e o resto é da SATA e, pelo facto de estar devidamente avalizada e fazer parte das corresponsabilidades do Governo Regional, o Serviço de Estatística considera que a SATA não pode fazer face a esta dívida e não a irá pagar.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: E, por isso, aparece já nas contas de 2021, por isso a dívida da SATA é efetivamente uma dívida da Região, é uma dívida dos acorianos.

Foi feita pelo Partido Socialista e este Governo terá que a pagar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Silva, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito já foi dito aqui ao longo deste debate, mas importa aqui também clarificar algumas coisas.

O Sr. Secretário Duarte Freitas começa a ser mestre em reescrever a história. É pena que durante as Agendas Mobilizadora não tenha tido a memória seletiva que hoje tem porque durante a audição das Agendas sabia muito pouco sobre o que tinha acontecido.

Felizmente já recuperou a memória e isso é bom saber.

Deputado Berto Messias (PS): Memofante, Sr. Secretário!

O Orador: Mas o que fica aqui claro neste debate é que o Governo anda a esconder informação aos açorianos, desde o início do processo de reestruturação e isso é factual.

Entregou documentos censurados, omitiu informação, escondeu até à última aquela que é a decisão, que é mais ideológica do que qualquer imposição de Bruxelas e não tem a coragem de assumir aqui publicamente que a privatização dos 51% é uma opção deste Governo e não uma imposição de Bruxelas.

E, portanto, o Governo demitiu-se das suas funções, entregou de bandeja a decisão sobre o futuro da SATA, sobre o futuro dos trabalhadores nas mãos da administração que quer privatizar a todo o custo, que quer privatizar os 51% e isso tem consequências.

E o Governo refugia-se, não explica aos açorianos, não responde às perguntas que são feitas e não explica os impactos que isso terá no futuro.

No handling de Santa Maria ao Corvo, quantos trabalhadores vão ser afetados? Explique aos açorianos.

Não o faz. Refugia-se em comunicados, usa uns sounbytes habituais, mas demite-se constantemente da responsabilidade das suas funções e não defende o interesse regional e isso é algo que nos preocupa.

Sobre a questão que já foi aqui vinculado pelo Deputado António Vasco, o Deputado Rui Martins, tentou dizer que a privatização dos 51% e o desmantelamento do handling é uma imposição de Bruxelas e até o Deputado António Vasco citou o Ministro das Infraestruturas falando sobre a TAP.

O que o Deputado António Vasco não disse — e essa parte é muito relevante para a equação — é que na entrevista do Ministro Pedro Nuno Santos ele diz claramente o seguinte (é uma pergunta do jornalista sobre se Bruxelas impôs a privatização): "Não existe essa imposição de privatizar por Bruxelas". E, portanto, se a Comissão Europeia sempre foi compreensiva com a importância da SATA para a economia regional, do ponto de vista socioeconómico, para os trabalhadores, para o turismo, então se sempre existiu diálogo entre a Comissão, então o Governo não defendeu os interesse regional? Não exigiu que a maioria do capital social da Azores Airlines ficasse na posse da Região? O que é que fez o Governo? Demitiu-se das suas funções e esconde sistematicamente essa informação.

Sr. Secretário as contas da SATA de 2021 estão fechadas ou não estão fechadas? Estão fechadas, o senhor sabe que estão fechadas. Porque é que não divulga perante o parlamento as contas da SATA. O que é que o senhor esconde das contas da SATA que nós não podemos saber?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor conhece as contas! Já se percebeu que o senhor conhece as contas!

O Orador: As contas estão encerradas. A informação já consta da conta da Região, parcialmente. Mas não está a informação total.

A conta da Região 2021 já lá está em indicadores, mas não está tudo. Porque é que nós não podemos aceder a essa informação? O que é que o senhor esconde que nós não podemos conhecer?

E termino, também falando aqui dos resultados de 2021. O Sr. Secretário tenta vender a ideia que está a salvar a SATA, que o ano de 2021 é um oásis, no que diz respeito aos resultados.

Sr. Secretário, resultado de 2021 consolidado sem subsídios: prejuízo de 114,5 milhões de euros. Isso é que é salvar a SATA?

Mesmo com 114 milhões de prejuízo o que é que aqui está incluído?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é contabilidade de merceeiro!

O Orador: 57 milhões de subsídios!

Tem mais, Sr. Deputado Nuno Barata, é que os gastos de reestruturação, os tais 23 milhões, em 2020 foram inscritos quase 20 milhões de euros e ninguém acredita que isso é só referente a 2020. Porque é que houve essa necessidade de inscrever um valor tão alto em 2020? Será que era porque o Partido Socialista deixou de governar em novembro de 2020? Porquê?

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor já sabe!

O Orador: E há mais indicadores que estão nas contas que merecem a nossa preocupação.

Nós sabemos que é difícil gerir a SATA, nunca o negámos, mas não vimos aqui prometer um mar de rosas e um milagre da recuperação económica quando ela não existe. Nós queremos que exista uma recuperação económica, nós queremos que exista a manutenção dos postos de trabalho, nós queremos que se mantenham as ligações, mas não estamos a enganar os açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Andaram estes anos todos a enganar!

O Orador: ... e isso, o Governo está a fazer sistematicamente e o Presidente do Governo, num debate deste importância, não está aqui hoje, mais uma vez.

Sempre que existe um debate importante o Sr. Presidente do governo faz questão de não estar.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Veja lá onde está o Presidente do seu partido!

O Orador: E isso é mais uma mensagem que fica para os açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquelas que foram as citações que fiz do Sr. ministro Pedro Nuno Santos, eu não falei em todas as declarações dele. Só disse que ele declarou que, sendo obrigatório ou não, reconheceu que no mercado não há lugar para uma companhia como a TAP, com 100 aeronaves e que é preciso arranjar um parceiro.

Foi só isso que eu disse. Não estive a citar tido aquilo que ele disse, nem tão pouco que ia fazer o aeroporto do Montijo e depois não ia fazer... não falei em nada disso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até dava jeito!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente! Isso era uma boa questão!

O Orador: Citei só uma parte daquilo que está numa entrevista, simplesmente isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem a pôr as pernas a tremer a ninguém!

O Orador: E relativamente àquilo que é a privatização e aquilo que é a

obrigação que decorre do processo de reestruturação o Sr. Secretário já falou.

Falou aqui nas orientações a auxílios estatais de 2014 e que obriga a que o

esforça seja tendencialmente igual a 50%, em termos daquilo que é o apoio

estatal.

É bom que se perceba o seguinte, uma parte do país está escandalizado porque o

Governo afetou ao Governo nacional 3.200 milhões de euros à TAP. O país tem

10 milhões e habitantes, a região vai ter que despender cerca de 300 milhões de

euros dos contribuintes para uma Região que tem 250 mil habitantes.

Ou seja, na mesma proporção os 300 milhões e euros que serão um encargo um

encargo dos contribuintes da vossa responsabilidade, se fosse feita à proporção

para o país eram 12 mil milhões de euros e é bom ter consciência disso e os

senhores não têm e não assumem as suas responsabilidades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Por isso, o Sr. Deputado Carlos Silva continua com um discurso redondo...

Deputado Carlos Silva (PS): 115 milhões de euros!

O Orador: ... relativamente à privatização de 49%, 51%.

Se fosse no país, na proporção, eram 12 mil milhões de euros e é da vossa

responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

65

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate promovido pelo Bloco de Esquerda tem todo o interesse, na minha perspetiva.

É preciso avaliar em que situação é que nos encontramos depois da União Europeia ter aprovado este plano e ter permitido que esta empresa continue a funcionar com um conjunto de condicionalismos.

Mas, a verdade é que o principal objetivo foi alcançado. O principal objetivo a que este Governo se comprometeu foi salvar o Grupo SATA.

E quando se diz salvar o Grupo SATA é preciso perceber que existia esse perigo real da empresa desaparecer, da empresa deixar de funcionar. Isso seria uma tragédia para os Açores, tendo em conta a nossa tradição insular, tendo em conta a nossa dispersão territorial, tendo em conta a nossa condição ultraperiférica.

Por isso, esta empresa é essencial para os Açores e era essencial que se conseguisse aprovar, que se conseguisse um plano de reestruturação que fosse considerado sério e que fosse considerado um plano que fosse exequível para os Açores e para a empresa concretizar, nomeadamente. Isso foi conseguido, a União Europeia considera que esta reestruturação reúne as condições necessárias para que a empresa continue a funcionar.

Bem sei que existe um conjunto de episódios que aqui foram descritos por vários deputados, que é necessário analisar e com muito rigor e vão ser, de certeza absoluta, por parte do Governo Regional, essas questões que aqui foram denunciadas.

Mas, é preciso não perder o foco daquilo que era essencial, o que era essencial era encontrar aqui uma solução para a empresa e permitir que a empresa continuasse a funcionar. Isso é que era estratégico e era fundamental e foi alcançado.

Anteriormente, nos governos anteriores, o rumo estava a ser o rumo correto de recuperação da empresa, estava a conseguir-se e a alteração dos dados fundamentais, que desde 2014 apontavam para uma situação muito difícil da empresa que veio progressivamente a degradar-se desde 2014? Não. O rumo que estava a ser seguido durante este período, até 2020, não inverteu os resultados. Não estava a alcançar resultados positivos para a empresa e para os Açores.

Nas atuais circunstâncias, são circunstâncias positivas para uma empresa de aviação civil? Não, não são. Há uma componente da despesa que é uma componente muito importante, que é fundamental que é a componente dos custos com combustíveis. E estes custos com os combustíveis estão a aumentar exponencialmente.

Deputado Pedro Neves (PAN): O Sr. Deputado estava lá!

O Orador: Até há poucos meses ninguém previa, pelo menos não li, que a Rússia invadisse a Ucrânia e que provocasse uma crise tão brutal, no âmbito do cenário internacional, em termos de venda de combustíveis e dos preços dos combustíveis. E tudo aponta para uma crise energética de enorme dimensão que pode incrementar-se depois do verão e durante o inverno se os russos aumentarem o boicote económico à Europa Ocidental.

E, por isso, é evidente que esta é uma situação única. Não olhar para esta situação como uma situação extraordinária, uma situação que tem uma enorme projeção quando os combustíveis podem atingir 30, 40, 50% das despesas da empresa.

Deputado Carlos Silva (PS): As empresas açorinas estão a pagar muito!

O Orador: É um fator que só quem quer olhar com absoluto sectarismo para esta situação é um fator a considerar.

Deputado Carlos Silva (PS): Baixem os impostos!

O Orador: Só um cego é que não vê o impacto que pode ter o preço do aumento dos combustíveis! E, portanto dizer que este é um fator previsível.... Não, não é! Já aconteceu outras vezes. Não, não aconteceu com esta dimensão, é uma dimensão única e, portanto, subvalorizar este fator e dizer que este é um fator que evidentemente irá condicionar ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Os senhores chumbaram a proposta do PS para baixado o ISP!

O Orador: ... a evolução da empresa é não querer fazer um debate rigoroso e sério sobre esta matéria.

Mas, apesar de tudo, eu quero deixar aqui uma palavra final de absoluta segurança que este plano de reestruturação vai triunfar. Numa conjuntura inicial difícil, mas é para isso que aqui estamos!

Quem governa tem de conseguir governar nos maus momentos e nos bons momentos, em circunstâncias fáceis e em circunstâncias difíceis e este Governo já demonstrou que consegue enfrentar circunstâncias difíceis, conjunturas difíceis e que vamos triunfar e que a empresa será salva, continuará a funcionar e que vamos criar as condições para que o plano de reestruturação seja implementado com sucesso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão nós queremos, obviamente, que não haja nem sectaristas, nem cegos, ou que não tenham "dois dedos de testa" para saber à partida que a maior despesa numa companhia aérea é o combustível.

Por isso, e se se recorda, V.Exa., o Pedro Neves, Deputado do PAN, fez a pergunta ao Presidente do Executivo da SATA na reunião com os líderes parlamentares e com o Sr. Presidente do Governo e eu reiterei a pergunta: "Sr. Presidente da SATA, como é que a maior despesa, neste caso, 30% da despesa da companhia aérea da SATA não tem relevância relativamente às contas posteriores. Eu fiz e voltei a repetir essa pergunta, se se recorda (V.Exa. estava lá), eu fiz essa pergunta, porque obviamente não era preciso uma guerra para que houvesse uma flutuação de combustível. Aliás, a coisa mãos volátil que nós temos neste momento e não era preciso a guerra.

Vamos dar agora a desculpa da guerra. Eu vou usar exatamente o argumento que, para mim, não vale grande coisa, é irrelevante, do Sr. Deputado Paulo Estevão a dizer que era por causa da guerra.

Tivemos uma reunião depois da guerra, essa reunião foi com todos os líderes parlamentares, o Presidente do Executivo da SATA, o Presidente do Governo e o Sr. Secretário das Finanças Regionais, Dr. Duarte Freitas. Porque é que não disseram nada? Já tínhamos a guerra, tínhamos a flutuação! Porque é que o Presidente do Executivo não disse aos líderes parlamentares, para mais uma decisão política feita pelos políticos e veio ao Açoriano Oriental dizer que já não conseguiam cumprir as metas por causa do combustível. Que grande desculpa! Então, mas quem é que são os decisores políticos, quem é que representa os Açores? Ou é o Açoriano Oriental ou o Correio dos Açores é que fazem uma comunicação a dizer: "não, agora já não conseguimos cumprir as metas por causa do combustível".

Nós fizemos a pergunta. Os combustíveis são extremamente importantes numa companhia aérea e, obviamente, que toda a gente, dentro a sua humildade

política, sabemos que temos aqui uma variação de combustível. Por isso é que fizemos a pergunta e disseram "estejam descansados, é espectável, estrategicamente sabemos que vai acontecer. Por isso, relativamente ao desvio dos mercados em termos dos combustíveis fósseis, sabemos que não vamos cumprir as metas". Isto foi o que foi vendido e nós comprámos todos. Comemos até à última migalha.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entro no debate, pegando na última intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves, para reiterar que, efetivamente, também na Comissão de Economia, o Sr. Presidente da SATA disse que a questão do combustível era absolutamente gerível porque não estavam dependentes do preço, como nós estamos quando chegamos à bomba de gasolina, que um dia está um preço e no outro dia está outro.

Eu, obviamente, tomei as afirmações do Sr. Presidente do Conselho de Administração como boas, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Todos nós!

O Orador: ...pensando que a SATA (eu e todos) ... primeiro porque em Comissão estamos lá para ouvir a verdade e quem ouvimos não está lá para fazer política (pensamos nós).

Nós sim, mas quem ouvimos não.

Mas, efetivamente, também pensei e tomei como boa, como todos, porque pensei que eventualmente estivéssemos a falar – e há pouco em conversa paralela com o Sr. Deputado Nuno Barata – de uma situação de compras de

II Sessão Legislativa

XII Legislatura

futuro, ou seja, o preço do combustível não se reflete no dia a dia da companhia e que isso pudesse ser efetivamente gerível.

Por outro lado, apesar de considerar também e subscrevo, que é uma desculpa um bocadinho *esfarrapada*, vir agora, tão pouco tempo depois, dizer que afinal o preço dos combustíveis poderá afetar drasticamente o resultado operacional, mas também devo dizer e em abono da verdade, que na altura em que ouvimos o Sr. Presidente no Conselho de Administração, todos nós esperámos (como era expetável), ou pelo menos, todos nós desejaríamos que o cenário de guerra não se prolongasse e que o impacto não fosse tão prolongado no tempo.

De qualquer das formas, as afirmações são do Sr. Presidente do Conselho de Administração, não sou eu que as vou validar, ou validar agora este impacto que ele diz que terá nas contas.

A realidade é que nos foi informado que era perfeitamente acomodável, naquilo que era a gestão corrente da empresa e, por isso, vir agora dizer o seu contrário é feio, fica-lhe mal.

De qualquer das formas regresso ao debate para dizer que o Sr. Deputado Carlos Silva quando diz que a privatização de 51% é uma decisão ideológica deste Governo e o Sr. Secretário das Finanças, na sua intervenção inicial, mencionou uma comunicação 249-01/2014 e que diz, entre outras coisas, que os "Estados Membros que tencionarem conceder auxílios à reestruturação devem apresentar um cenário alternativo credível" e diz que tem que haver um contributo significativo da entidade sobre resgate. A empresa tem que garantir 50% dos custos da reestruturação.

Deputado António Lima (BE): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Não é 50% do capital, não estamos a falar da privatização, estamos a falar de 50% dos custos da reestruturação. Sob pena, e os cenários que podem acontecer é a venda a um concorrente ou a dissolução. Em cada caso, ou um processo de insolvência ou um processo de reorganização.

XII Legislatura

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está em questão!

O Orador: Ou seja, aqui a solução que se apresentava neste negociação era, ou a insolvência (que parece que era isso que o Bloco de Esquerda queria), ou então um processo de reorganização e o processo de reorganização é efetivamente aquele que estamos a verificar com esta restruturação que nos é apresentada.

Sr. Deputado Carlos Silva, esta garantia de 50% dos custos de reestruturação ou este contributo significativo da entidade sobre resgate é que configura aquilo que ainda há pouco, tanto o Sr. Secretário como eu, já afirmámos e o Sr. Deputado António Vasco Viveiros também o referiu, que é o peso das diversas empresas do grupo SATA, face ao valor de reestruturação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É o peso, são as medidas, é a privatização!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente.

E aí verificamos que, sem a privatização estamos a falar de um peso de 28%, com a privatização do handling e da Azores Airlines estamos a falar de 40% e, efetivamente, 40%

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

(Diálogo entre Deputados)

O Orador: Eu quero terminar Sr. Presidente, mas ...

Presidente: Faça favor Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente.

Mas isto para dizer que com a alienação destas duas empresas, tanto o handling, como a Azores Airlines, estamos a falar de um peso de 40%, que ainda assim é aquém dos 50% que estão referidos e aí, efetivamente, é uma negociação, é uma vitória, é o que é.

Garantir que a SATA Air Açores continue a servir os Açores e os açorianos é um facto relevante, relevantíssimo e isso é uma conquista dessa negociação.

XII Legislatura

Para terminar, dizer que, efetivamente, a dívida da SATA é uma responsabilidade da Região e foi promovida pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora apalavra para participar no debate o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar algumas notas em acrescento àquilo que já foi hoje aqui o nosso debate.

Para começar por dizer, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Rui Martins, aquilo que já aqui reiterámos é que as responsabilidades financeiras futuras desta Região, que herdámos da governação socialista, de 3.6 mil milhões de euros, incluí tudo isso. Os açorianos vão ter que pagar, os açorianos, de uma forma ou de outra têm de pagar a herança de 3.6 mil milhões de euros que os senhores deixaram aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

XII Legislatura

É evidente que o hospital de Angra, que os senhores fizeram e inauguraram, vamos pagar todos!

As SCUTS que os senhores fizeram e inauguraram, vamos pagar todos!

As dívidas da SATA, as responsabilidades da SATA, vamos ter que pagar todos!

E muitas outras responsabilidades financeiras futuras!

Sei que talvez vos custe a ouvir, 3.6 mil milhões de euros de herança negativa que os senhores deixaram.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Positiva!

O Orador: E ainda assim, o desastre que provocaram na educação, na saúde, na SATA ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não sabe dizer mais nada!

O Orador: ... em tutti quanti os senhor tocaram, praticamente!

E, portanto, isto é da vossa responsabilidade que é ineludível! Os senhores executaram mais de 22 mil milhões de euros em 24 anos, deixaram 3.6 mil milhões e nesse período, com esse dinheiro todo, com o que vamos pagar (3.6 mil milhões mais os 22 mil milhões), estamos a falar de quase 27 mil milhões de euros que serviu apenas para nos aproximarmos quatro pontos percentuais do PIB *per capita* da média da União Europeia.

Os senhores não têm vergonha deste legado que deixam aos Açores?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, nenhuma!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Os senhores não têm um pingo de vergonha deste legado que deixam às açorianas e aos açorianos!

Ponham a mão na consciência, façam a mea culpa!

Pensem porque é que estão aí nesse lugar!

Dito isto, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação às contas, Sr. Deputado Nuno Barata, eu devo dizer que o Governo tem feito um esforço e eu próprio tenho feito um esforço muito grande para cumprir os tempos de resposta dos requerimentos. Havia um requerimento, que reconheço, estava em atraso desde o dia 20 de junho, que era um requerimento do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que fiz questão que fosse respondido antes deste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade ou é mentira que todos receberam a resposta com dados que até já foram utilizados aqui hoje, a este documento?

Deputado Berto Messias (*PS*): E as contas?

O Orador: É verdade ou é mentira que este documento entrou nas caixas de correio das Sras. e dos Srs. Deputados?

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que não foi mais cedo!

O Orador: Admito, 20 de junho era o prazo limite, mas fizemos questão de, antes deste debate, ter aqui as respostas.

Deputado Carlos Silva (PS): O pior é as contas!

O Orador: Não era complicado, estando em atraso, aguardar mais dois ou três dias! Isso era o que se fazia, mas não é o que se faz agora! Agora a resposta está aqui!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em relação às questões em concreto que o Sr. Deputado Nuno Barata levantou, eu não sei, eu não conheço as situações. Eu sei o que aqui está e aquilo que está referido, não sei a quem é que se refere. Eu sei que está aqui referido que a 31

de dezembro de 2020 foi reconhecido na posição financeira um passivo correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma, no valor de 537 mil euros, fruto da adesão ao programa do referido colaborador, no caso, a SATA - gestão de aeródromos

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não sei quem é, nem quero saber!

O Orador: Mas, isto foi reconhecido a 20 de dezembro de 2020. Eu não sei quem é, eu sei que, no âmbito das pé reformas, o que é o entendimento – como se sabe – é a companhia paga x % do valor até à idade da reforma e depois, a partir da idade da reforma, a pessoa recebe do seu sistema de pensões. E eu não sei quem é, eu não conheço quase ninguém na SATA ...

Deputado Nuno Barata (IL): Nem quero saber!

Deputado Berto Messias (PS): Conhece!

O Orador: ... não conheço a situação em concreto, nem outras que possam surgir, nem aliás, estou habituado aos "corredores dourados" de Ponta Delgada, portanto, estamos à vontade, em relação a essa matéria. Sou um pobre rapaz do Pico, com muito orgulho!

Quero dar-vos nota do seguinte, as contas do Setor Público Empresarial Regional, por obrigação de lei, têm de entrar nesta Casa até ao dia 31 de agosto do não seguinte a que se reportam.

Deputado Berto Messias (PS): E os orçamentos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E os Orçamentos? Da Sata...

O Orador: E posso assegurar que a compilação que está a ser feita de todas as contas do Setor Público Empresarial Regional cai chegar a esta Casa

Deputado Carlos Silva (PS): Amanhã!

O Orador: ... antes, muito antes até, da data de 31 de agosto, que está previsto na lei.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Com a resposta que deixei em relação ao requerimento, que com toda lealdade e frontalidade, respondemos a tempo deste debate. Também dou nota, com toda a frontalidade, que vamos fazer todo o possível para que as contas do Setor Público Empresarial Regional estejam aqui muito antes do prazo legal, que é 31 de agosto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E isto continuar a ser uma postura que continuaremos a ter nestas matérias!

Deixem-me dar só nota de uma questão, que é a questão de defender os interesses regionais, que foi referida pelo Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista.

Defender os interesses regionais? O senhor julga que há alguém feliz aqui com a herança que os senhores nos deixaram?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o senhor não reivindicou isso?

O Orador: Desde, logo em relação à SATA. Isto é um peso, isso é uma responsabilidade para todos nós, é um custo para todos nós. Ninguém o encara de ânimo leve, temos muito trabalho pela frente nesta matéria, como em muitas outras, para recuperar o atraso, para recuperar as dívidas, para recuperar as responsabilidades financeiras futuras que os senhores nos deixaram.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

Número: 74

O Orador: Mas essa é a nossa responsabilidade!

Mas atenção, não vamos fazer aqui o papel de resolver e calar. Nós não é que criámos o problema, quem criou o problema foram os senhores!

Nós estamos a resolver o problema!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Compreendendo a posição ideológica do Bloco de Esquerda, estamos todos

confortáveis com isso, compreendendo as questões que foram aqui levantadas

por todas as bancadas, aquilo que me custa mesmo é o Partido Socialista ainda

não ter posto a "mão na consciência". O mal que os senhores fizeram aos

Açores, o mal que fizeram à SATA, o mal que agora estamos a tentar resolver.

Os senhores são os responsáveis pelo desastre da SATA e nós estamos a salvar

a SATA das garras do vosso prejuízo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados;

Queria antes de mais, e uma vez que o debate já vai longo e estamos no final da

nossa hora regimental, não deixar de cumprimentar a postura que o Governo

Regional adotou e assumiu neste debate de tão grande importância para os

Açores e para o nosso futuro.

Deputado Carlos Silva (PS): Tanto importante que o Presidente não está aqui!

78

O Orador: Uma postura de transparência, uma postura de dar nota daquilo que são as suas intenções e de dar nota daquilo que são as suas responsabilidades. Não esquecendo, naturalmente, como não é possível esquecer o porquê do estado da arte de termos chegado aqui a este ponto com a situação que chegámos.

E queria salientar aquilo que me parece ser já uma possível conclusão deste debate desta manhã, mas também um pouco que é a conclusão destes dois dias de Plenário Legislativo do mês de julho, e que é o seguinte, é que estamos perante um paradoxo do Partido Socialista perante aquilo que é a coisa pública, a administração pública, a governação socialista e a governação dos Açores. É um verdadeiro paradoxo, que ao mesmo tempo que dizem que este Governo que tem em termos próprios, um ano de orçamento próprio (mais ou menos, aprovámos o primeiro orçamento há um ano), já deveria ter resolvido aquilo que o Partido Socialista não soube ou não quis resolver durante todos os anos que esteve na governação dos Açores, inclusivamente aumentando e avolumando alguns problemas.

Vimos isso ontem no debate sobre a saúde ou nas perguntas sobre o Serviço Regional de Saúde que tivemos nesta Assembleia. Vimos isso ontem no debate sobre educação e nos problemas que os senhores criaram e não resolveram, mas que exigem que os outros, em pouco mais de um ano, sejam capazes de resolver e que até já vamos atrasados!

E em relação à SATA ainda é pior porque o que nos deixaram foi uma companhia falida, em risco de ser mandada ficar no *chão* pela Comissão Europeia, a termos necessidade, desde de 2014, de fazer todo um processo negocial para procurar responder àquilo que tinham sido as ilegalidades que, entretanto, o Partido Socialista sufragou no anterior governo para serem cometidas com os aumentos de capital e num processo de restruturação, em que não for - como explicou o Sr. Secretário das Finanças - a privatização de 51%

da Azores Airlines, não for a privatização do handling do grupo SATA e nós não seríamos capazes de cumprir a meta de compromissos próprios que se assumem perante um plano de reestruturação nestas situações, conforme é determinado pela Comissão Europeia e que teria de ser 50% do esforço de reestruturação.

Ora, sem essas duas vertentes da privatização de 51% da Azores Airlines e do hanglind da SATA, nós ficaríamos – como também já foi dito várias vezes aqui – nos 28% da meta que teríamos de ter de 50%.

Ainda assim, conseguiu-se que o plano se ficasse pelos 40%, daquilo que é o compromisso da própria Região com a reestruturação e os senhores querem fazer crer que fariam melhor! E cá está este paradoxo que eu penso que é um insulto à inteligência dos açorianos, os senhores, um ano depois de terem destruído a SATA, virem dizer que fariam melhor do que isto e que eram capazes de salvar a SATA.

Só pode ser um insulto à inteligência de nós todos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que presumo, irá participar neste debate, aliás, acho mesmo que é uma obrigação V.Exa. participar neste debate, saberá com certeza que aquilo que eu estou a referir relativamente ao que é um procedimento da Comissão Europeia, e aliás, nas funções que agora foi investido, em termos do Comité das Regiões e que irá desempenhar na União Europeia, sabe bem que estes processos são assim. Há um procedimento em que tem que haver uma negociação e há um atingir de metas, por parte dos Estados, neste caso, da Região e deste Governo, que têm que ser cumpridos, sob pena de não haver plano de reestruturação. Isso significaria o encerramento, de vez, da

Número: 74

SATA e não era a SATA Internacional, era a SATA, todo o seu conjunto e isso seria, talvez, a "cereja no topo do bolo" da governação socialista.

Felizmente, está cá este Governo, está esta maioria parlamentar para impedir e

para conseguir que os senhores não tenham tido a oportunidade de destruir

completamente a nossa companhia aérea.

Só assim podemos, no futuro, ambicionar termos uma SATA saudável financeiramente, que não custe aos contribuintes açorianos aquilo que vai custar por vosso intermédio, porque vamos ter que todos pagar esta dívida, mas graças à resiliência e à capacidade deste Governo em negociar um bom plano de

reestruturação, o possível, mas um bom plano para conseguirmos manter a

nossa companhia aérea a servir os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): O Governo não negociou nada!

O Orador: Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Interpelação, faça o favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para solicitar à Mesa a informação sobre se eu já estava

inscrito neste debate, antes da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da

Costa.

Presidente: Estava inscrito, sim senhor. O próximo Deputado a usar da palavra

será o Sr. Deputado Paulo Estevão e a seguir será o Sr. Deputado Vasco

Cordeiro, mas será depois do nosso merecido almoço.

81

O Sr. Deputado Tiago Branco vai anunciar os tempos sobrantes.

Sras. e Srs. Deputados vamos anunciar os tempos sobrantes para o debate.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 18 segundos, o Partido Socialista de 14 minutos e 35 segundos, o PSD 8 minutos e 30 segundos, o CDS esgotou o seu tempo, o Bloco de Esquerda 2 minutos e 37 segundos, o PPM 6 minutos e 12 segundos, CHEGA 3 minutos e 32 segundos, a Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo, PAN dois minutos e 51 segundos e o Sr. Deputado Independente também esgotou o seu tempo.

Presidente: Muito obrigado.

Bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde.

Peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco costa ocupou o seu lugar na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados estava inscrito, antes de encerrarmos os nosso trabalhos para o almoço o Sr. Deputado Paulo Estevão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente prescindo, porque o Sr. Deputado a quem eu ia responder não está. (*não ficou na gravação*)

Presidente: Sr. Deputado prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça o favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate o PSD apresenta-se, e o Sr. Secretário Regional das Finanças da mesma forma, com uma postura de querer encontrar a raiz de todos os males e exigir uma atuação de expiação, quase, da parte dos governos do Partido Socialista.

Há três aspetos que a este propósito quem assim pensa esquece. O primeiro aspeto que esquece é o que disse, ao longo destes anos, e o que exigiu que a SATA fizesse. O número de voos que a SATA fizesse, quer inter-ilhas, quer nas ligações diretas com o exterior.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para São Salvador da Baía, por exemplo!

O Orador: E, portanto, todos esses aspetos retiram...

Eu não sei se o Sr. Deputado Joaquim Machado quer intervir, mas penso que terá oportunidade de se inscrever, se assim decidir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já vou intervir!

O Orador: Todos esses aspetos levam a que esta tentativa de reduzir este assunto a uma questão de olhar para o passado, não seja, efetivamente, a melhor forma de encarar os desafios que o presente e que o futuro nos colocam.

Em segundo lugar, esquece o que disse que faria porque nós já assistimos aqui a intervenções a dizer que: "os governos do PS...". Mas quem disse que faria de maneira diferente foram os senhores! Então onde é que está a transparência, desde logo?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E onde é que está a falta dela?

O Orador: É isso que vos é exigido!

E depois, há um outro aspeto que é esquecido, a mesma administração que os senhores agora assumem como sendo a salvadora do grupo SATA, foi a administração nomeada pelo Governo do Partido Socialista.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, há aqui alguma coisa que me escapa. Ou essa administração era má antes e é má agora, ou essa administração é boa agora e, sendo a mesma, também era boa antes.

Em terceiro lugar, esquecem exatamente que as medidas que vão implementar, em grande parte, são as medidas que já foram implementadas no passado, nomeadamente aquelas relativas à parte do capital social.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Privatizaram, foi?

O Orador: Mas, para além disso, eu gostava de referir uma coisa, eu tenho pena que o Bloco de Esquerda tenha avançado, neste debate, neste momento.

Porquê? O que é que nós sabemos neste momento?

Nós temos um comunicado de empresa da Comissão Europeia e temos um plano de reestruturação truncado que foi entregue aos Deputados.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E no seu tempo como eram os Planos de Reestruturação?

O Orador: E estamos, exatamente, a discutir, não a decisão da Comissão Europeia e os seus impactos na reestruturação da SATA, mas estamos apenas a discutir aquilo que é um comunicado de imprensa.

E, portanto, eu tinha duas ou três questões que gostava de colocar ao Governo Regional, nomeadamente, se o Governo está disponível para partilhar com a Assembleia toda a documentação e toda a correspondência que foi trocada diretamente e da SATA com a Comissão Europeia, a propósito desta questão da reestruturação e, sobretudo, se o Governo já tem a decisão final, na íntegra, da Comissão Europeia e se está disponível para partilhá-la com as Sras. e os Srs. Deputados.

Por último, há uma questão que eu também gostaria de colocar e que tem a ver com algumas das medidas que aqui foram colocadas, nomeadamente, a questão da privatização e dos 51%.

A Comissão Europeia não define medidas por iniciativa própria, a Comissão Europeia pronuncia-se sobre medidas que lhe são propostas.

E a questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: quem é que sugeriu a privatização de 51%? Foi o Governo Regional ou foi a administração da empresa?

Em segundo lugar, foi colocada alguma vez, à Comissão Europeia, a possibilidade de privatizar 49%?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, sinceramente eu não percebi a sua intervenção e não percebi qual foi a contestação que fez à minha intervenção.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sem dúvida!

O Orador: A minha intervenção foi no sentido de reconhecer aquilo que é óbvio.

Fundamentalmente vou sinalizar dois aspetos, primeiro, este Governo e a empresa tem a obrigação de fazer com que a reestruturação seja um êxito. Independentemente do contexto da conjuntura mais difícil ou menos difícil. Foi isso que eu disse. Concorda que foi isso que eu disse?

Ou seja, a conjuntura pode ser difícil, o contexto pode ser difícil, mas nós temos que triunfar. Portanto, não arranjei aqui nenhuma desculpa.

Ponto número dois, questão dos combustíveis, é uma evidência. Agora que é uma evidência que outras personalidades possam ter dito que pesa mais ou pesa menos, isso será da responsabilidade dessas entidades ou dessas personalidades. O que eu digo e o que eu assumo é a minha responsabilidade nesta matéria, que é uma evidência. Temos o maior conflito militar na Europa, desde a 2ª Guerra Mundial, não é um conflito qualquer, que está a ter um impacto enorme, na Europa e no mundo e que se as coisas continuarem assim, ou se agravarem, o impacto será muitíssimo maior. Entre eles, o aumento do preço dos combustíveis, que afeta as companhias aéreas porque é uma parte muito significativa do conjunto de despesas que estas empresas têm. E, por isso, é que eu disse que não desculpa absolutamente nada porque é necessário obter resultados positivos. O Partido Socialista é que se desculpava com vulcões, também com o combustível, com isto ou com aquilo. O que interessa é reconhecer que há conjunturas difíceis e que não pode servir de desculpa o que se tem que obter é um resultado positivo.

E é isso, Sr. Deputado, aquilo que eu disse assumo. É da minha responsabilidade. O aumento do preço dos combustíveis vai colocar mais dificuldades à SATA.

Parece-me absolutamente óbvio, Sr. Deputado, por isso é que eu não percebo a sua contestação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão, a minha contestação relativamente à sua

intervenção não tem a ver com aquilo que é incontestável por todos nós, que

relativamente a volatilidade do preço do combustível agrava completamente as

despesas de qualquer empresa, mais ainda de uma empresa que tem como

despesa de 30% os combustíveis.

Mas, não foi isso, a minha contestação foi que o Sr. Deputado disse que éramos

cegos, quando à partida não metêssemos isso no fator que vai ter um fator

dominante relativamente a isso.

Depois, de eu já ter dito que foi aquilo que o Sr. Presidente do Executivo da

SATA disse para todos nós, líderes parlamentares. Não estamos a falar se na

realidade vai existir, ou não, essa pressão económica, que vai haver. Por isso é

que eu fiz a pergunta, por duas vezes, ao Sr. Presidente do Executivo da SATA,

porque é que temos a conjuntura que temos, antes da guerra, e eu vi que era

uma grande dificuldade e devido a volatilidade dos mercados, na altura, e disse

que não havia qualquer problema porque já estava previsto essa variação.

Mesmo depois da guerra tivemos outra reunião depois da guerra da Ucrânia e o

Sr. Presidente do Executivo não nos disse nada, mas cada um com o seu

argumento.

Seja como for, Sr. deputado Paulo Estevão, eu acho que o mais importante

ainda e também para clarificar as nossas posições e a posição do PAN é: Azores

Airlines prejuízo diário que todos os acorianos pagam, são 240 mil euros por

dia e com isso nós não podemos continuar a agravar a nossa dívida, neste caso o

PIB comparativamente com a dívida que nós pagamos para continuar como

continuamos há bastantes anos, a tentar segurar um barco que já se afundou.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

87

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro interveio neste debate, já no seu final, porque sabe todas as bancadas o tempo que têm disponível, mas para dizer que afinal não é a raiz de todos os males, devemos ser nós, que não fomos governo durante 24 anos, que somos a raiz de todos os males.

Depois, faz confusão numa coisa- e isso fica-lhe mal porque teve grandes responsabilidades — tenta criar a ideia que nós queríamos muitos voos... queríamos! Queríamos voos para a Graciosa, para São Jorge ...

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... para o Corvo, para Santa Maria, para o Pico e também para o Faial, para a Terceira e também para São Miguel, porque são necessários para garantir a mobilidade dos açorianos e foi isso que estamos a fazer agora no Governo, arranjar mais voos inter-ilhas, porque isso é que serve aquilo que é importante para os açorianos.

Nós não pedimos voos para Lisboa, Salvador, que custam 1 milhão de euros! Nem para Funchal, Estocolmo, que custou 300 mil euros. Nem para Dublim, 543 mil euros! Paris, 800 mil euros! Munique 1,5 milhão de euros! Não foram estes voos que nós pedimos, estes voos e este prejuízo é sua responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E depois, Sr. Deputado, esta Administração entrou em 2019 e em 2019 nós já estávamos perante um processo de averiguações da Comissão Europeia, precisamente, aos atos ilegais que o seu Governo praticou e que nos levou à situação financeira que a SATA tem

E depois, o Sr. Deputado ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Insiste!

O Orador: Insisto, Sra. Deputada, porque é necessário para esclarecer a verdade e para também que se saiba do que é que estamos a falar.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro que, insisto, é agora até o Presidente do Comité das Regiões na União Europeia, sabe que a decisão da Comissão Europeia, foi transmitido o comunicado da empresa e será conhecida do Governo quando foi publicada, porque é assim que funciona a Comissão Europeia, publica e toda a gente conhece, todos ao mesmo tempo. É a transparência! Eu sei que transparência, os seus governos também não estavam habituados e, portanto, a publicidade torna-se possível ao mesmo tempo para todos.

E há aqui uma coisa que politicamente eu volto a referir, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o senhor não pode fugir a esse debate e é essa responsabilidade! É que o senhor entrou neste debate sobre a SATA, ao fim de estarmos uma manhã inteira a discuti-lo. Quando foi com a sua governação, com a sua ida, nomeadamente para Secretário da Economia, que começou a SATA a ter estes resultados desastrosos é que o senhor vem aqui com perguntas e o que o senhor tinha que dar era respostas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: As respostas é que o senhor tinha que dar a esta Câmara. Porque é que nós agora somos obrigados, enquanto Região que tem uma empresa que é fundamental para o seu desenvolvimento e para o seu crescimento económico e social ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas eu quero ouvir as respostas do Sr.

Secretário. Estamos todos.

O Orador: ... que tem que abdicar de autonomia dessa empresa, das decisões livre sobre essa empresa e tem que negociar com a Comissão Europeia um

plano de reestruturação. De facto, quem propôs à Comissão Europeia este plano, não foi este Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Foi o Sr. Secretário Bastos e Silva ou foi o Sr. Secretário Duarte Freitas que foi a Bruxelas?

O Orador: ... foi V. Exa., quando deixou a SATA no estado em que deixou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Quem propôs 51%, quem propôs a alienação do handling foi V. Exa, Sr. Deputado. E é a isso é que V. Exa tem que responder e eu peço-lhe que responda e que esclareça a Câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, em relação ao que disso o Sr. Presidente da SATA é da responsabilidade dele. O que eu disse é algo que é facilmente verificável, os preços dos combustíveis estão a aumentar, há previsões catastróficas para daqui a três meses, e portanto, esse é um cenário que vai influenciar este plano de reestruturação.

Esta é a minha opinião, outros terão outra, Sr. Deputado. Eu sou responsável pela minha opinião.

Outra coisa que eu considero fundamental e é uma ideia que eu acho que é estruturante neste debate, existia ou não existia um problema gravíssimo em relação à SATA? Com uma evolução, a partir de 2014, desastrosa. Existia!

E, portanto, coube a este Governo encontrar uma solução e a verdade é que temos um plano de reestruturação aprovado na União Europeia e que se afastou em definitivo com a ideia de acabar com a empresa e de a empresa ser destruída e isto é um êxito político de enorme dimensão para este Governo e é necessário fazer este reconhecimento. O que é que não seria se nós tivéssemos um plano de reestruturação que não tivesse sido aprovado e se a União Europeia não aprovasse e não permitisse que a SATA continuasse a operar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Teria sido um desastre de enorme dimensão.

Mas, não foi isso que aconteceu. Aconteceu precisamente o contrário, o Governo garantiu a sobrevivência da SATA e isso é determinante, é importantíssimo. É isso que nós estamos aqui a discutir.

O Bloco de Esquerda, nesta matéria, apresentou um conjunto de críticas. Sabe, Sr. Deputado, eu não vi foi uma coisa, uma única solução por parte de V. Exa.!.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a quem dou a palavra. Faça o favor, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de repetir as questões que coloquei.

^(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

XII Legislatura

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Nós gostaríamos de ouvir as suas respostas!

O Orador: Aquilo que nós conhecemos, neste momento, é apenas um comunicado de imprensa da Comissão Europeia. Esse comunicado de imprensa da Comissão Europeia, ao contrário do que diz o Sr. Deputado João Bruto da Costa, não refere que a decisão será publicada na íntegra. O que refere é que após um processo de salvaguarda de aspetos relativos à confidencialidade, então sim, será publicado.

E a minha pergunta é saber ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Então é preciso mesmo manter a confidencialidade sobre alguns elementos!

O Orador: E, portanto, a minha pergunta é saber se o Governo já tem conhecimento da decisão da Comissão Europeia?

Se está disponível para partilhá-la com as Sras. e os Srs. Deputados, na íntegra? E, para além disso, gostava de saber, relativamente à questão da privatização dos 51% ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Primeira pergunta não; segunda resposta, sim!

O Orador: ...a proposta partiu de quem? Partiu do Governo Regional ou partiu do Conselho de Administração da empresa, ou se, por acaso, foi colocada a possibilidade de haver uma privatização de 49%? Isso porque a Comissão Europeia não inventa medidas, não é ela que define, ela pronuncia-se sobre um plano que lhe é apresentado. E a minha questão tem a ver, exatamente, com isso.

Aproveitando a atualidade da questão dos combustíveis e as declarações do Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, em março deste ano, e agora, mais recentemente, eu gostava de perguntar ao Governo, qual o seu

entendimento sobre o seguinte: há três formas como a questão do aumento dos

combustíveis pode impactar na SATA.

Uma questão que é, efetivamente, a de perturbação do equilíbrio financeiro da

companhia, e nestes dois aspetos, mais não faço do que repetir as medidas que o

próprio Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA aventou como

possíveis de criação de uma taxa de combustível ou do aumento do preço das

tarifas.

Eu gostava de perceber, tendo em conta esta conjuntura que se vive a nível

mundial, qual a posição do Governo Regional, em relação a esta matéria?

Se chegarmos a uma situação em que o preço dos combustíveis ameaça aquele

que é o calendário e a programação para a reestruturação do grupo SATA, o que

é que o Governo Regional acha que é a solução mais adequada? Fazer

repercutir esse efeito no próprio plano de reestruturação, condicionando os seus

resultados e aí não estou, inteiramente, de acordo com o Sr. Deputado Paulo

Estevão. Isso pode acontecer e não depende, nem da Administração da SATA,

nem do Governo Regional, é apenas uma questão de se ter de lidar com uma

realidade que chega de fora, isso é verdade.

Mas, há duas outras questões, uma relativa à parte da taxa de combustíveis, qual

é a posição do Governo Regional, em relação a esta matéria e a outra, em

relação à possibilidade do aumento das tarifas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

93

Número: 74

Deputado Berto Messias (*PS*): Acho que o Sr. Secretário Regional das Finanças vai inscrever-se!

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças tem a palavra. Alerto que tem muito pouco tempo.

Inscreveu-se Sr. Secretário Regional?

Tem a palavra. Alerto que tem muito pouco tempo.

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza! O Sr. Deputado merece respeito!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, sabe bem o que é estar aqui, e estava aqui sozinho, eu estou bem acompanhado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mesmo quando estava acompanhado, não estava bem acompanhado!

Eu estou aqui bem acompanhado, o senhor estava sozinho e mesmo quando estava acompanhado, não estava assim bem acompanhado! Só esta simpatia por consideração ao Sr. Deputado Berto Messias.

Respostas ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, as duas primeiras perguntas, a primeira resposta é sim...

Qual era a pergunta?

Presidente: Sr. Secretário agradeço que termine!.

O Orador: Primeira pergunta é se já tinha havido a decisão?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se o Governo tem conhecimento???

O Orador: Primeira resposta: não!

Se está disponível para depois dar conhecimento dos documentos: sim!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Na íntegra da decisão!

O Orador: Em relação à questão dos 51%, é preciso perceber o seguinte, é que para cumprir os requisitos de contribuição significativa da Comissão Europeia, a SATA tem que entregar parcelas dos seus ativos que sejam significativas para a concorrência. A TAP tinha outros meios de dar esse contributo, a SATA, infelizmente, não tinha outros meios porque o buraco já era enorme.

Portanto, sendo o buraco enorme, a única maneira de garantir a concorrência como contrapartida do plano de reestruturação é permitir que 51% sejam privatizados, mas a culpa não é deste Governo, a culpa é vossa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro vai acartar a cruz do desastre da SATA. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ao longo de 12 anos, só viu trevas e provocou trevas na SATA e agora parece que viu a luz. Não, o senhor não viu a luz, o senhor vai arrostar com essa cruz, até ao resto a sua vida de ter desgraçado a SATA e ter feito com que a Região perca 51% da SATA Internacional para poder salvar a SATA Air Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é que pôs 51%?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Qual era a alternativa? Queriam entregar a SATA Air Açores! Os senhores que queriam privatizar mais de 51% da EDA! Qual era a razão? Eu sei qual era a razão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é que pôs 51%?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Qual era a alternativa? Queriam entregar a SATA Air Açores!

Os senhores que queriam privatizar mais de 51% da EDA! Qual era a razão? Eu

sei qual era a razão?

Presidente: Muito obrigado por me permitirem continuar os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça o favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, eu agradeço as respostas às minhas questões.

Dispenso, naturalmente, o exercício extremo de humildade, da parte de V. Exa, mas o que releva é que, em relação à decisão da Comissão Europeia, o Governo ainda não tem conhecimento dela, na íntegra, e que está disponível para partilhar, na íntegra, a decisão com o Parlamento.

Mas eu coloquei mais algumas questões e tenho consciência que V.Exa. já não tem tempo para responder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E nós também a si!

O Orador: E as questões que coloquei e que ficaram por responder são: se o Governo está, ou não está, disponível para partilhar com o Parlamento toda a documentação, troca de documentação que foi enviada pela empresa e pelo Governo Regional à Comissão Europeia ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Nem na Comissão de Inquérito fizeram isso!

O Orador: E recebeu da Comissão Europeia sobre esta matéria.

Sobre esse assunto não tive resposta

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem propôs foi o seu Governo!

O Orador: Como também não tive resposta à pergunta muito simples, quem é que propôs a privatização de 51% da empresa? Foi o Governo Regional ou foi a administração da empresa?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): É bom explicar porque é que a SATA está assim!

O Orador: E em segundo lugar, se a empresa ou o Governo propuseram à Comissão Europeia a alienação, não de 51%, mas sim de 49%? Sobre essa matéria não tive resposta.

Como também não tive resposta em relação à questão de qual o entendimento do Governo neste contexto difícil. E, mais uma vez, digo que não é responsabilidade do Governo Regional a questão do preço dos combustíveis, dos mercados internacionais, mas julgo que é importante, tendo em conta esta conjuntura, percebermos qual é o posicionamento do Governo Regional. Vai primeiro a uma readaptação do plano de reestruturação, face a situações excecionais e imprevistas que acontecem, como é o caso do preço dos combustíveis? Admite a criação de taxa de combustíveis? Admite o aumento do preço das tarifas?

Tudo isto são aspetos que, se em circunstâncias normais já seriam importantes, nestas circunstâncias, mais importantes se tornam.

Eu fui, ao longo do debate, invetivado sobre só intervir agora, não ter feito intervenções mais cedo.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não explicar porque é que a SATA está assim!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado está...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Diga lá! Desafio a dizer aquilo que o senhor não foi capaz de dizer aqui, não disse ontem, não disse hoje, nem diz amanhã!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado está com bicho carpinteiro.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não existe bicho carpinteiro!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É um mito!

O Orador: Mas sossegue, tenha calma!

E, portanto, em relação a esta matéria fui invetivado de não ter falado mais cedo.

O que eu gostaria era de salientar uma evidência, seja tarde, seja cedo, eu estou aqui e intervim sobre este debate.

Nem toda a gente, com responsabilidades neste dossier, pode dizer a mesma coisa.

Muito obrigado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro repetiu as perguntas para as quais sabe as respostas. Todas elas decorreram deste debate ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Não, não! Quem é que propôs a privatização dos 51%? Aliás, o aparte do Sr. Secretário foi bem claro sobre isso!

O Orador: E foi explicado a V. Exa. aquilo que foi todo o processo, inclusivamente, o Sr. Secretário começou o debate por explicar o que se vai passar a seguir, que vai ter que haver a reestruturação do grupo, que se vai ter que se separar a empresa Azores Airlines porque tem que ser vendida, porque é esse o acordo de reestruturação que foi possível negociar com a Comissão

Europeia para salvar a SATA. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe as respostas todas!

Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ao repetir as perguntas, que sabia para as quais o Governo já não tinha tempo para dar resposta — que fique bem claro — ao repetir, o Sr. Deputado não queria realmente fazer as perguntas e obter resposta nenhuma. O Sr. Deputado queria dizer que vem aí o diabo, vem aí o diabo do aumento dos preços e das tarifas, vem aí o diabo da dificuldade em gerir a empresa, vem aí o diabo com este plano de reestruturação!

Mas, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro esquece-se é que o senhor é que chamou o diabo para este debate!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Quando repete as perguntas e a desgraça que acha que vai suceder à SATA!

O Sr. Deputado quer transformar uma boa notícia, que é podermos manter a SATA, e isso é o que resulta da falência a que ela estava entregue pelo seu Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Pela sua governação!

E, portanto, é uma boa notícia podermos ter autonomia de pôr no mercado 51% da Azores Airlines e salvaguardar a empresa que verdadeiramente é estruturante para o desenvolvimento dos Açores que é a SATA Air Açores e a Azores

XII Legislatura

Ailines o senhor sabe porque a destruiu, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor sabe que ela não é viável e a Comissão Europeia não aprovaria nenhuma proposta que não tivesse esta condição e que não é verdadeiramente uma proposta, é uma negociação, é um compromisso da Região que tem que assumir, em nome, de V.Exa. pelo seu trabalho e por aquilo que o senhor deixou em nome do Partido Socialista nesta governação.

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É uma autêntica falta de consideração pelos açorianos as suas perguntas e o seu alarmismo!

Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou a ver que o bicho carpinteiro alastra na bancada do PSD!

Eu gostava só de dizer ao Sr. Deputado João Bruto da Costa que quem falou em aumento do preço das tarifas e a possibilidade de criar uma taxa de combustíveis não fui eu.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, em 29 de março deste ano, o que diz à comunicação social é e cito: "Por enquanto, não estamos

Número: 74

a aplicar outras ações, como por exemplo, a aplicação de uma sobretaxa de combustível ou o aumento do preço da tarifa. Porém, se o fenómeno se mantiver por um período prolongado esta posição poderá ter de ser reequacionada."

Quando temos um dado novo que é o Presidente do Conselho de Administração da SATA dizer que "pode estar em perigo as metas do plano de reestruturação, por causa do aumento do preço dos combustíveis" não me parece que a pergunta seja despropositada e disparatada! Eu sei que o Governo não tem tempo para responder.

Segunda questão: Sr. Deputado João Bruto da Costa eu não sei quem é que propôs 51% de privatização, se foi o Governo ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Nem eu! O senhor é que sabe a negociação e o compromisso que assumiu!

O Orador: Então não diga que eu fiz perguntas para as quais sei a resposta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe! É o que está no Plano de Reestruturação!

O Orador: Se o senhor nem sequer sabe a resposta! Quem é que propôs a privatização de 51%? Foi o Governo ou foi o Conselho de Administração?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o senhor!

O Orador: Terceira questão, alguém propôs 49%? A Comissão Europeia teve a oportunidade de analisar ... pode ter acontecido, ter-lhe sido feita uma proposta de 49% e ter dito que não, "nós não concordamos com isso, os senhores têm que ir mais além!".

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor já percebeu há muito tempo!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino.

E, portanto, a questão é esta e tão simples quanto esta!

E, em segundo lugar, eu espero, sinceramente, que quando tivermos todos os

dados, que o Governo se disponibilizou para partilhar com a Assembleia,

teremos, certamente, a oportunidade de voltar a este tema.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda assim, com o pouco tempo que tenho, mas também consegui chegar ao

mesmo tempo do Partido Socialista, ao menos nesta meta não fomos

ultrapassados.

Eu queria só dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro o seguinte, no pouco tempo

que tenho, naturalmente que o Presidente da SATA fará aquilo que, em termos

da sua função enquanto presidente de uma companhia aérea dirá aquilo que

acha que deve dizer. O que eu lhe posso dizer é o seguinte: os acorianos têm

uma tarifa, têm! Chama-se Tarifa Açores! Foi este Governo que a fez e é este

Governo que a vai manter, exatamente, contra a sua vontade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Depois, é naturalmente o mercado e os combustíveis e tudo o que estamos a

viver que irá alterar essa situação!

102

Número: 74

Só mais uma coisa, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que eu sei que não tem

tempo para me responder, mas sabe uma coisa, o senhor disse que não à

Comissão Europeia, disse! Disse que não e aprovou aumentos de capitais

ilegais, que a SATA teve que devolver e que levou a grande parte desta

situação.

E, portanto, mais uma vez, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor é que tinha

que dar respostas e não este Governo, porque é que isto tem que ser desta

maneira.

Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar este

debate. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar começo por referir sobre o sentido de oportunidade deste

debate, eu julgo que o próprio debate esclareceu o seu sentido de oportunidade.

Não só pelas questões colocadas, pelas posições de todos os Partidos aqui.

Seria, na nossa opinião, uma demissão das responsabilidades deste Parlamento,

não suscitar um debate sobre esta matéria neste mês.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E fez bem!

103

Número: 74

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

E, porquê? Porque esta é das mais importantes decisões para os Açores das últimas décadas. Concorde-se ou não com ela, concorde-se com a solução, concorde-se ou não com aquilo que foi decidido. E eu julgo que sobre isso não devem restar dúvidas.

Esta decisão terá consequências no futuro imediato, principalmente ao nível financeiro e terá consequências nas próximas décadas e no desenvolvimento dos Açores e não estou a fazer uma avaliação política daquela que é a nossa

Por isso, sobre a oportunidade deste debate, seria uma demissão das nossas responsabilidades, não o fazer.

posição, julgo eu, que essa afirmação ninguém aqui terá uma opinião diferente.

Em segundo lugar, e ainda a avaliação política sobre o debate, concluímos nós que o Governo não respondeu às grandes questões que aqui se colocam sobre o futuro dos Açores. Não é sobre o futuro da SATA, é sobre o futuros dos Açores. Sobre as ligações para três ilhas dos Açores com o exterior, não sabemos o que é que fará o Governo com uma empresa privatizada.

Sobre uma parte, não é uma pequena parte, é metade da SATA privatizada, a SATA Air Açores, aquilo que dizem que querem salvar, não estão a salvar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

O Orador: Estão a partir a meio e vão vender. E vão vender convictamente, não estão a ser obrigados porque essa é uma decisão, que aliás o Presidente do Governo saudou como boa, é uma decisão deste Governo. Partir a SATA Air Açores a meio e vender metade!

A SATA Air Açores privatizada e a outra parte privatizada da SATA Internacional correspondem a mais de 1000 trabalhadores. É a quase totalidade da empresa, os Açores não ficarão com SATA quase nenhuma.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

E depois, Sr. Deputado Paulo Estevão, quanto às soluções: digo-lhe, a ingerência política continua; os maus resultados continuam; os ACMIS que são mencionados aqui no plano de reestruturação que entregaram, que teriam de ser zero, continuam; continuam os alugueres de avião com tripulação incluída, até a SATA Air Açores, coisa que nunca acontecia!!!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

Este Governo tem a responsabilidade de um ano e meio de gestão e tem a responsabilidade de ter sido o cangalheiro da SATA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrado este debate de urgência.

Vamos prosseguir com os nosso trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados deu entrada na Mesa dois requerimentos para apresentação de duas iniciativas, ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, que são os pontos 17 e 18 da nossa Agenda. Vamos começar pelo ponto 17 Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XII – "Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros". É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É assumidamente público que o PAN rejeita de forma incansável todas as práticas que recorrem à utilização de animais como meio de entretenimento, constando esta missão da sua génese programática. Para nós, a manipulação de animais para "divertimento", termo que é usado no regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento municipal, para classificar a "variedade taurina popular", é efetivamente alheio às boas práticas de protecção e bem-

estar animal, impondo uma visão totalmente especista. Além disso, contraria ostensivamente as 5 liberdades basilares consignadas pelo Conselho de Bem-Estar de Animais de Produção.

Uma dessas liberdades que consiste em estar livre de medo ou stress é impugnada em qualquer ação que se revele ofensiva para a integridade física dos animais, causando-lhes dor ou sofrimento. Ora, na tourada, o touro, nascido e criado em liberdade no pasto, passa por diversas situações traumáticas desde o seu transporte, encarceramento, exposição a estímulos visuais e auditivos perturbadores, lidado, ferido de forma, muitas vezes, mortal e arrastado pelas ruas, além de ser vítima de atos de rudeza e violência.

O PAN/Açores já trouxe a esta Assembleia outras iniciativas da mesma índole e que têm como principal objetivo o fim do sofrimento animal, mas curiosamente, foram todas chumbadas, o que é sintomático da diferença como o nosso partido aborda de forma ímpar e persistente as questões relacionadas com a proteção de todos animais. E sim, é inequívoco, o PAN quer abolir todas as formas de tauromaquia.

O dia 7 de julho de 2012 constitui um marco histórico para desmistificar as teorias respeitantes à irracionalidade dos animais. Em Cambridge, na Conferência sobre a Consciência em Animais Humanos e Não-humanos, que comemora esta semana o seu primeiro decênio, com base em evidentes conclusões da neurociência, declarou-se que os animais não humanos têm os substratos de estados de consciência.

São inquestionáveis as inúmeras constatações à atividade tauromáquica que irrompem em vários países e que em Portugal e, nomeadamente nos Açores, não têm sido uma exceção. Os movimentos em defesa do bem-estar dos animais que refutam uma visão utilitarista dos mesmos têm ganho cada vez mais vozes, ampliando o seu alcance e produzindo efeito.

II Sessão Legislativa

Vejamos, em França a tourada foi retirada, por decisão judicial e pressão de movimentos abolicionistas, da lista de património cultural nacional em 2015, apenas após 4 anos de classificação. No México temos assistido ao cancelamento de tourada por via judicial em resultado da pressão por parte dos movimentos civis de proteção animal e pela própria evolução de uma mentalidade defensora da existência de deveres indiretos ou morais por parte dos animais humanos em relação aos não-humanos. Na Colômbia está em curso um projeto-lei para a abolição e na cidade de Carona e, também na Venezuela foram proibidas as touradas por decisão do Ministério Público e apoio de movimentos pelo bem-estar animal já em junho deste ano.

Em Portugal os movimentos e manifestações abolicionistas, também produzem os seus frutos, o município da Azambuja proíbe largadas de toiros este verão para financiamento público num cartaz realmente cultural. Bagunte recusou licenciar uma praça desmontável a fim de não implementar um costume que não é do interesse da comunidade e as praças de Póvoa de Varzim e Viana do Castelo arrancaram com projetos para se transformarem em espaços multiusos como reflexo da redução do interesse pela tourada.

Entre nós este ano e no âmbito das festas Sanjoaninas, as largadas de toiros e touradas são alvo, mais uma vez, de denúncia por violarem declaradamente determinações do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas relativamente ao evento "espera de gado Infantil".

Importa, ainda, enfatizar que a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a Amnistia Internacional reconheceram que a atividade tauromáquica pode colocar em perigo crianças e jovens além do referido Comité que enfatizou a determinação da idade mínima de 18 anos, sem exceções, tanto para participar como para assistir a touradas. Pois, nos Açores a exposição das crianças ao risco é imposta pelos adultos e, para agravar a

transgressão vemos o próprio Governo Regional a patrocinar ações que envolvem ostensivamente crianças.

São, pois, tentativas desesperadas para perpetuar uma prática que tem cada vez menos seguidores, usando mecanismos pouco éticos.

É crucial referir que as alterações ao Código Civil pelas quais os animais deixaram de ser considerados coisas para serem reconhecidos seres dotados de sensibilidade aos olhos da lei, e como tal, sujeitos a proteção jurídica veio abrir o caminho na direção do fim da tauromaquia. No seio da especialidade jurídica em direito dos animais as vozes são uníssonas em afirmar que é por demais evidente que deixa de ser possível haver espetáculos baseados em sofrimento de seres vivos providos de sensibilidade. Faz todo o sentido, como tal, afirmar que as normas legais que oponham a esta premissa devem ser revogadas.

Em suma, o aqui argumentado pelo PAN/Açores não constitui novidade. As touradas já haviam sido abolidas no século XVI, também no reinado de D. Maria II e é irresistível referir que em 1821, nas Cortes Constituintes, as touradas estiveram em debate. O Deputado Borges Carneiro apresentou um projeto de lei para a proibição dos espetáculos tauromáquicos, classificando-os como contrários "às luzes do século, e à natureza humana" e o Deputado Teixeira Girão classificou as touradas como um" bárbaro divertimento".

Já em 1911, o Deputado Fernão de Amaral Bouto, republicano socialista eleito à Assembleia Nacional Constituinte, apresentou mais um projeto de lei para abolir as touradas e no qual referia e passo a citar: "as corridas de touros, tais como se fazem entre nós, representam (...) uma sobrevivência bárbara dos costumes selvagens de outras eras, e já hoje se não admitem nas nações mais progressivas e civilizadas. Esse cruel e perigoso sport só é defendido, nos nossos dias, ou por interesses de exploração, ou por aficionados (...), mas sem fundamentos que o justifiquem"

Constata-se, assim, que há interesses difíceis de suprimir em Portugal. Mas quis

o devir da História que aqui nos encontrássemos de novo na mesma dialética.

É um absurdo alucinante negar que estamos perante um costume retrógrado que

não segue as solicitações de uma sociedade empática e civilizada que se

apresenta progressista na defesa dos direitos dos humanos, mas, igualmente, dos

não humanos.

Repito: sim, o PAN/Açores quer abolir as touradas, sem qualquer camuflagem

ou ato de irreflexão política nem tão pouco alheamento relativamente à

evolução positiva na abordagem sensível ao bem-estar dos nossos animais em

prol do qual todos os partidos nesta casa se levantam, prontamente, para

defender, ou aquilo que deve ser uma necessária reforma revolucionária no

direito que acompanhe a vontade da sociedade.

Finalizo esta apresentação, da iniciativa legislativa que "Determina o fim das

touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros

nos Açores, abraçando as palavras de Charles Darwin: - "A compaixão para

com os animais é das mais nobres virtudes da natureza humana".

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a Iniciativa.

Dispõe o nossos Regimento de um período de pedidos de esclarecimento.

Pergunto à Câmara e às Sras. e Srs. Deputados se há pedidos de

esclarecimento?

(Pausa)

Parecendo não haver, informo também a Câmara que, a pedido do proponente, a

outra iniciativa constante do Ponto 18 da nossa Agenda será apresentada

amanhã às 15 horas.

109

Sendo assim, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o Ponto 6 da nossa Agenda, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII — "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/A, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores". É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

- (*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
- O Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/A, de 20 de julho, aprovou o Regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores, passando assim a considerar as especificidades próprias da agricultura acoriana.

A Região assumiu que a pequena produção agrícola, em contexto familiar, assume particular relevância social, económica e ambiental, reconhecendo também com aquele quadro legal que se pretende um modelo agrícola sustentável, que assegure uma alimentação de qualidade e em quantidade, assente em produtos frescos, da época e locais, em cadeias curtas, por forma a reduzir a pegada ecológica e os custos de contexto associados.

A agricultura familiar contribui para um melhor aproveitamento e ordenamento do território, cuida mais aprimoradamente do meio ambiente, potencia a urgente fixação de populações nas zonas mais rurais da nossa Região, assegura a coesão social e territorial e possibilita uma inversão dos dados que comprovam a carência ao nível da autossustentabilidade alimentar do nosso arquipélago.

A estratégia europeia e as políticas de futuro para o setor visam uma agricultura cada vez mais sustentável, competitiva e inovadora, próxima do consumidor,

ligada ao território e ao que é endógeno, ciente dos desafios das alterações climáticas e das mudanças verificadas nos novos modelos de consumo.

Aliás, em toda esta crise sanitária que vivemos nos últimos anos, todo o setor agrícola – produção, distribuição, agroalimentar, comercialização – estiveram na linha da frente no que respeita ao fornecimento dos produtos aos consumidores, e isso foi notório não só ao nível da qualidade como da quantidade, fortalecendo a importância socioeconómico desta atividade e realçando a pertinência de se introduzirem mudanças na política agrícola regional.

O Estatuto da Agricultura Familiar, apesar de beneficiar de legislação recente na Região, carece já da aplicação de alguns ajustes e melhorias, pelo que se propõe uma simplificação da consulta legal relativa a esta matéria, ao concentrar numa única legislação todos os procedimentos necessários à atribuição do referido Estatuto, assim como clarificando conceitos e definições essenciais à boa prossecução dos objetivos que nortearam a criação desta legislação na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, tendo em conta as alterações introduzidas ao nível dos escalões do IRS, no Orçamento de Estado para o ano em curso, importa proceder à atualização dos níveis de rendimento coletável para efeitos de atribuição do Estatuto de Agricultura Familiar, impedindo que todos quantos já beneficiavam da atribuição do mesmo fossem prejudicados por alteração deste mesmo montante previsto nos escalões.

Até à dias o limite máximo do rendimento coletável para beneficiar dos apoios específicos atribuídos aos beneficiários do Estatuto de Agricultor Familiar, o 4.º escalão do IRS, era de 25.075€. Com as alterações introduzidas, ao nível do Orçamento de Estado para 2022, este valor baixou para 19.696€ perigando assim algum dos estatutos atribuídos.

Indexado aos escalões do IRS ficaríamos sempre dependentes de novos acertos ao nível das tabelas dos escalões e teríamos que alterar todas as vezes o Decreto Legislativo regional, sempre que houvesse uma modificação das tabelas na República (se fosse o caso de reduzirem mo valor do 4.º escalão).

O que a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal agora propõe é a indexação ao chamado salário mínimo regional, até ao limite máximo anual igual a 34 vezes aquele rendimento, o que perfaz em 2022 um total de rendimento coletável de 25.500€, ligeiramente acima do valor dos 25.075€ que o 4.º escalão anteriormente previa. Valor esse que será atualizado sempre que a remuneração mínima mensal garantida for alterada.

A IL pretendeu assim, uma simplificação do quadro normativo legal, tendo concentrado nessa proposta, que agora se apresenta, um conjunto de determinações que estavam dispersas por legislação nacional, regional e regulamentar, que tem a bondade de criar estabilidade ao diploma legal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conceber políticas públicas adequadas a esta estrutura de produção, potenciando a preservação ambiental, a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Estimular a agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e metidos de produção. Incentivar o papel da agricultura familiar, das economias locais e regional, conferindo um valor estratégico nas prioridades políticas de combate ao desperdício alimentar e de autoabastecimento familiar e apoiar a atividade agrícola em complementaridade cm outras atividades e profissões são objetivos fundamentais e preconizados pela Iniciativa Liberal e que devem nortear a ação política, definidora das linhas de futuro no principal setor da atividade económica da Região.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a Iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Patrícia Miranda tem a palavra.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

A agricultura é um setor fundamental na economia da nossa Região e um setor em que vale a pena apostar.

Representava, em 2020, 6,1% do PIB regional. Gera produtos de valor acrescentado, como o leite e lacticínios, as carnes, as hortofrutícolas, o mel, o vinho, as flores. Em 2020, era responsável por mais de 10% dos postos de trabalho, criados em toda a Região.

O hábito agrícola nos Açores perpetua-se de geração em geração e tem uma repercussão direta na promoção da coesão social, económica e territorial da nossa Região.

A Agricultura nos Açores teve, tem e sempre terá um forte cariz familiar!

Em toda a nossa Região existem explorações agrícolas criadas, desenvolvidas e mantidas no seio familiar, principalmente as pequenas explorações!

O amor à terra, aos animais e o respeito pelo trabalho, aliados a uma enorme capacidade de resiliência, de esforço e de dedicação, permitem aos nossos agricultores, a estes homens e mulheres, que dedicam a sua vida à terra e pela terra, ultrapassar os desafios próprios do nosso setor e que hoje, infelizmente, por várias razões, desde crises climáticas, à pandemia e à guerra na Ucrânia, se intensificaram.

Os produtores veem os custos de produção a aumentar, praticamente todos os dias, sem que este aumento seja refletido no preço final do produto. E sem, que por parte deste governo regional se veja que as medidas tomadas possam ser capazes de assegurar o futuro dos nossos agricultores.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: O rendimento de quem produz e a sua capacidade de investir são

cada vez menores ou praticamente nulos.

Sras. e Srs. Deputados:

A importância da agricultura familiar tem forte papel na resposta ao

autoconsumo e na diminuição da dependência de importações. E a nível social,

apresenta também uma forte simbiose, quer na manutenção do emprego e no

desenvolvimento rural, quer na preservação do ambiente, dos solos e na própria

proteção da biodiversidade.

A própria Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2019-2028 como a

"Década da Agricultura Familiar", ao mobilizar, e passo a citar "a comunidade

internacional para políticas sociais, económicas e ambientais que fortaleçam e

apoiem a Agricultura Familiar em todo o mundo" fim de citação.

Nesto momento, está em consulta pública o Plano de Ação Nacional para a

Agricultura Familiar para 2022-2028.

Por isto, a nível regional, importa valorizar, estimular e criar as condições

necessárias para promover este estatuto regional que visa diferenciar e

discriminar pela positiva as pequenas explorações agrícolas, criado e

desenvolvido pelo anterior governo do Partido Socialista.

E, a legislação, tal como a evolução das problemáticas e das necessidades, não

sendo um processo estanque, carece de atualizações sempre que a realidade

assim o justifique, é para isso que aqui estamos, é esse o nosso papel!

Por isso, o Partido Socialista acompanhará as propostas de alteração aqui hoje

debatidas e apresentadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (PS): Muito obrigada!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Temos plena consciência que apostar na quantidade não é a solução, devemos

isso sim, apostar na otimização da produção dos nossos produtos endógenos,

defendendo e salvaguardando os direitos dos nossos agricultores e tornando as cadeias de produção e comercialização mais curtas, permitindo o crescimento dos nossos mercados locais, retendo esse valor acrescentado na economia local. Fala-se na reconversão de outros setores de produção, por exemplo para o setor da carne, porque não estimular essa reconversão também para a hortifruticultura!?

Basta apenas apostar na nossa Agricultura, criar e desenvolver medidas para uma agricultura mais sustentável, mas ao mesmo tempo mais competitiva, mais atrativa, inovadora e dinâmica, capaz de dar resposta às tendências de mercado e acima de tudo de garantir um rendimento justo ao produtor.

É preciso termos os nossos agricultores assegurados, dignificando a sua função e atividade.

Este é o tempo de agir, o tempo de tomar as decisões certas para um futuro que, infelizmente, se avizinha incerto!

Sras. e Srs. Deputados:

As dificuldades que o setor agrícola está a sentir nos Açores não estão a receber a devida atenção, nem as necessárias respostas por parte do Governo Regional dos Açores.

Este Governo não pode continuar a anunciar promessas para a agricultura, para que nada aconteça!

Por exemplo, numa visita à Terra Verde, a Associação de Produtores Agrícolas dos Açores, percebesse claramente esta inércia:

O Governo está em dívida com mais de 570 mil euros aos produtores hortofrutícolas, relativos a apoios compensatórios à perda de rendimentos devido à COVID-19, apoios esses prometidos em janeiro de 2021, quando é que este governo pensa proceder a este pagamento?

O Governo está em falta com o apoio prometido à concretização de um armazém de frio para apoio à fruticultura e horticultura;

Outra promessa é o ajustamento dos seguros agrícolas às especificidades regionais, legislação que, segundo o Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, estaria em revisão e daria entrada na Assembleia Legislativa Regional, em agosto do ano passado o que, até hoje, nunca veio a acontecer.

Outra promessa, no início deste ano, o Sr. Secretario admitiu apoiar os produtores do arquipélago, e passo a citar: "Se, eventualmente, houver problemas e um aumento dos custos para os produtores, nós estaremos aqui para, num regime transitório, ajustar esses mesmos custos, até que o mercado corresponda" fim de citação.

Numa nota à comunicação social, a própria federação agrícola dos açores começa a reivindicar ajuda de Bruxelas para combater os custos de produção.

Então temos um Governo Regional para quê?

(Risos do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

A Oradora: A vossa incapacidade e inercia é de tal ordem que mais vale a pena recorrer diretamente a Bruxelas?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Que horror!

A Oradora: Qual é o valor de aumento, dos custos de produção, que este Governo espera que se atinja para então tomar medidas rápidas e capazes de mitigar esse flagelo em todos os setores da Agricultura?

Disse!

(Aplausos dos Deputados da Bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado a quem dou a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo na Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos permitir que o Sr. deputado Carlos Furtado faça a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Nuno Barata, representante do Iniciativa Liberal, o Projeto de Decreto Legislativo Regional que o senhor traz aqui para revisão do regime jurídico do estatuo de Agricultura Familiar dos Açores, segundo as suas explicações ali daquela tribuna, em boa parte, faz sentido e desde logo, porque o facto de as balizas que estavam indexadas aos escalões do IRS, obviamente, tem todo o meu apoio.

No entanto, Sr. Deputado, devo dizer que não concordo com boa parte da quase transcrição absoluta daquilo que é o Decreto de Lei nacional para a esfera regional.

E passo a explicar, enquanto na situação nacional e na realidade que conheço, que é pouca, existem grandes produtores de alimentos no nosso país e depois existe a agricultura familiar.

Na Região não temos grandes produtores, temos pequenas ilhas e muito pequenos produtores.

Deputado José Ávila (PS): Mas bons!

O Orador: E, sinceramente, trazer para a esfera regional uma quantidade de regimes que vêm identificado no seu DLR, a mim, só me leva a pensar numa situação, estaremos aqui a entrar num caminho, para mim, perigoso porque o que pode acontecer, fruto dessa interpretação do Decreto de Lei Nacional aplicado à Região é, a prazo o fracionamento das médias produções agrícolas na Região. E isso não é bom, Sr. Deputado, porque houve um caminho que foi

feito até agora de grande sacrifício, de alguns produtores agrícolas na Região para se especializarem, para assegurarem cadeias de distribuição eficazes à nossa dimensão e que depois agora da quantidade de regimes que o senhor prevê no seu diploma, podemos ter aquilo uma situação que é aquilo que eu disse precisamente, a desagregação de produções de média dimensão, a desresponsabilização das cadeias de abastecimento, o excesso de estado sobre essa produção e isso, no meu entender, não é saudável.

Eu devo dizer que aqui há uns anos vi isso acontecer na construção civil, aqui há 15 ou 20 anos atrás, houve uma clara imposição legal que os construtores civis tinham todos que ter o seu alvará e a sua equipa técnica e isso foi ano, após ano sendo suavizado e o que acontece é que isso não trouxe bons resultados na construção civil.

Na agricultura, Sr. Deputado, eu creio que a situação será mais grave e o tempo o dirá.

Eu vou aprovar o decreto de Lei que o senhor aqui apresenta, mas não queria aprová-lo sem antes fazer estas recomendações e deixar esse alerta. Eu acho que foi excessivo na transcrição do Decreto de Lei nacional, relativamente à esfera regional. O diploma que tínhamos antes de 2020, para mim, era mais adequado porque acautelava melhor as médias produções que temos na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Vitória Pereira a quem dou a palavra. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Vitória Pereira (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura familiar assume um papel de grande relevância no desenvolvimento económico, social, territorial e ambiental da nossa Região.

Número: 74

A crise pandémica a nível mundial e o conflito militar na Ucrânia, fez-nos fazer uma reflexão na importância da agricultura, no nosso modo de produção e a nossa dependência com o exterior, pelo que é necessário produzir, consumir e criar mercado interno nos Açores, ou seja, melhorar a autossuficiência alimentar e a redução das dependências externas.

O estatuto da matriz familiar valoriza o papel dos agricultores dos familiares do meio rural, pois a prática agrícola passa de geração em geração, permitindo impulsionar a autonomia alimentar, humana e animal nos Açores, combatendo o despovoamento, fixando jovens e incentivando o papel da produção em modo biológico, no qual tem havido um crescimento, quer a nível de área, quer a nível de novos produtores. Tendo por ano base o ano de 2019, podemos contatar um aumento de 630% e 130%, respetivamente.

É fundamental alavancar o rendimento e a sustentabilidade da agricultura familiar, os Açores tem que se afirmar pela sua qualidade, promovendo a excelência e a valorização dos nossos produtos.

É necessário aumentar a diversificação agrícola, através da formação profissional, sendo um promotor para além das explorações agrícolas existentes, pelo que os serviços de desenvolvimento agrário de cada ilha estão a promover formações para os agricultores e todos os Açorianos interessados na agrodiversificação. Até ao momento mais de 150 açorianos já receberam formação.

A agrodiversificação pode constituir-se como uma atividade principal e como um complemento do rendimento de muitas famílias da região, num caminho de progressiva autonomia alimentar.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: As alterações introduzidas ao Estatuto da Agricultura Familiar trazem benefícios aos beneficiários, o número de agricultores que podem vir a

beneficiar e que ainda se podem candidatar. Representando mais do que 50% dos produtores da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido a proposta por parte da Iniciativa Liberal constitui um contributo positivo para o estatuto da agricultura familiar.

No entanto, o grupo parlamentar do PSD considera importante também que seja do conhecimento da opinião pública a evolução que o estatuto da agricultura familiar está a ter nos Açores.

Neste sentido, vamos apresentar uma proposta de alteração na sua especialidade para que o Governo entregue, anualmente, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um relatório com os dados sobre a evolução da agricultura familiar nos Açores, sendo a agricultura familiar um assunto primordial de importância na Região.

Disse.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN, obviamente, que apoia esta iniciativa da Iniciativa Liberal porque também defende exatamente a Agricultura familiar, defende produzir localmente para vender localmente, cadeias cada vez menos curtas e descentralização, Sr. Deputado Carlos Furtado, o futuro e já se verificou de há seis anos para trás, não é a centralização, não é expandir relativamente aquilo que é inerente e que nós tínhamos como os nossos antepassados.

Número: 74

Agricultura familiar, temos a preparação que nós podemos produzir a nossa própria comida, podemos ter as micro e pequenas empresas que é a alavancagem de economia açoriana, são as micro e pequenas empresas, mais de 80% na Região e é com cadeias curtas que nós vamos lá.

Também porquê? E isto, o Sr. Deputado Paulo Estevão por acaso não está aqui, mas por acaso iria concordar comigo, por causa da volatilidade dos combustíveis. As cadeias estão cada vez a ser mais curtas, ao contrário daquilo que nós víamos há 5 e há 10 anos atras.

No fim dos anos 90, e eu trabalhei em várias empresas de cadeia de abastecimento, era centralizar tudo. As mesmas empresas, que são das maiores empresas em Portugal, agora fazem o contrário, cadeias cada vez mais curtas.

Centralização porquê? Ganha qualidade!

E daí, o PAN, obviamente, devido também à pegada ecológica que é tão determinante numa altura que temos as alterações climáticas no nosso ponto político de qualquer argumento, de qualquer partido, sem dúvida que esta iniciativa é um bem-haja para este Parlamento e, Sr. Deputado Carlos Furtado, eu não posso concordar consigo é produzir localmente, vender localmente. Esse é o futuro dos Açores ou de qualquer país.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves.

Dou a palavra, para participar no debate, ao Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em discussão a primeira alteração ao DLR n.º 18/2020/A, de 20 de julho, que aprova o regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores, trazido aqui pelo Sr. Deputado Nuno Barata, ao qual

devo agradecer pela apresentação do mesmos, pois não tinha conhecimento e parece-nos de elevada relevância para as nossas famílias da nossa Região.

Por isso, adianto que votaremos favoravelmente.

Este é um diploma que antes da sua existência, no seu conteúdo relativo à sustentabilidade, qualidade e época das culturas ou reduzida pegada ecológica era praticada a fundo pelos açorianos de outrora. Isto no tempo em que a agricultura biológica chamava-se agricultura, pois este regime jurídico visa apoiar quem tem explorações agrícolas a título particular, que não tenham um rendimento coletável, vulgo IRS, superior a 34 vezes a retribuição mínima mensal garantida, que totaliza o montante de 25.168, 50€.

Isto falando no conjunto do agregado familiar, ou seja, famílias com rendimentos até esses valores, possuidoras de explorações agrícolas que se insiram nas restantes condições de atribuição do artigo 5.º deste mesmo diploma, podem ter acesso a ajudas, por exemplo, às culturas arvenses, sendo esta uma cultura, até um ano de ciclo vegetativo, como o trigo, a cevada ou a batata.

Podem também ter acesso a ajuda da cultura da banana, ou mesmo à produção de hortifrutifloricúlas, onde se inserem as produções de hortícolas e frutícolas que são essenciais para a subsistência das famílias que, mesmo sem estas ajudas, os nossos antepassados geravam toneladas de vegetais e frutas dos nossos solos férteis.

Temos que voltar à produção agrícola na nossa Região.

Temos aqui um diploma que ajuda muitas famílias a conseguir ter condições para tal

Deixo duas perguntas para um melhor esclarecimento do diploma:

- Ao Sr. Secretário da Agricultura pergunto-lhe se tem dados relativos aos agregados familiares, por ilha, que usufruem atualmente deste Estatuto de Agricultura Familiar?

- Ao Sr. Deputado Nuno Barata pergunto se pode-nos esclarecer que benefícios fiscais e de regime de segurança social tem direito quem for consagrado com o

Estatuto de Agricultura Familiar?

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta alteração que a Representação do PIL Açores nos traz aqui, considero que é efetivamente uma clarificação importante, até porque ela vem no seguimento de alterações e, pese embora, este regime do Estatuto de Agricultura Familiar ser um diploma recente, efetivamente, carece de alterações e modificações que decorrem também de alterações do regime base que é o homólogo nacional.

Assim sendo, obviamente, a agricultura é um setor económico preponderante na Região Autónoma dos Açores. Todas as famílias açorianas têm, normalmente, nem que seja de forma paralela, atividade agrícola e, efetivamente, este estatuto vem de certo modo melhorar, ou pelo menos, assim se pretende, que mais famílias possam obter uma fonte de rendimento mais estável através da produção agrícola.

Assim sendo, consideramos que um dos grandes méritos desta alteração é a simplificação do regime e do Estatuto de Agricultura Familiar, sobretudo naquilo que concerne e como técnica legística, consideramos que melhora

bastante aquilo que é a indexação. Em vez de serem escalões de IRS, que depois periodicamente poderíamos ter que incorrer em alterações legislativas e assim, estando indexado à retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, isso faz com que cada vez que haja essa alteração, seja diretamente aplicável a este estatuto e, por sua vez, consideramos que isso foi uma boa medida, é uma boa simplificação. É isso que nós necessitamos nestes estatutos, é que efetivamente haja uma desburocratização e que as medias acabem por ser efetivas e que produzam efeitos e que transformem a agricultura como um setor mais atrativo e uma fonte de rendimento para as famílias acorianos.

Por isso, vamos acompanhar esta iniciativa da Iniciativa Liberal – passo a redundância – como iremos acompanhar, e passo já para a parte – com a permissão do Sr. Presidente da Assembleia – dizendo que acompanhamos aquela que é a intenção de haver um relatório que seja submetido a esta Assembleia.

Relativamente às outras propostas, há algumas que depois talvez, em sede de especialidade, poderei pedir uma clarificação porque não vejo relativamente a uma proposta de alteração do PAN, não me posso opor a que haja uma alínea que fale de discriminação de género mas, ao mesmo tempo, acabo por não atingir se haverá a discriminação de género no diploma original. Não percebo! No fundo, verter em letra de lei, essa alínea.

De qualquer das formas, julgo que é uma clarificação que depois o Sr. Deputado Pedro Neves poderá fazer, qual é que é a preponderância dessa introdução, sendo que, à partida, não merece oposição do CDS, mas é uma clarificação.

De qualquer das formas, assim acompanhamos esta iniciativa e consideramos que foi uma boa iniciativa, acaba por concretizar algumas alterações que já, e volto a dizer, que sendo um regime relativamente recente, mas que já se

impunham e, sobretudo, pela simplificação, relativamente à indexação, em vez de ser ao IRS, ser ao rendimento mínimo mensal garantido na Região

Por isso, acompanhamos esta iniciativa.

Muito obrigado.

Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Agricultura Familiar, pode ser entendida como um modo de organização da produção que é gerida pela família e que depende maioritariamente da mão-de-obra familiar.

Neste tipo de agricultura a produção é equilibrada entre os alimentos destinados à subsistência familiar e os vendidos no mercado. E, ao contrário das grandes propriedades, que geralmente se concentram na monocultura, os empreendimentos familiares produzem uma diversidade maior de culturas, o que gera um impacto positivo na qualidade dos produtos e reforça a soberania alimentar. Além disso, esta agricultura prima pelo respeito ao ecossistema, reduzindo o impacto no meio ambiente.

De acordo com dados do recenseamento agrícola de 2019 e do Instituto Nacional de Estatística (INE), a agricultura familiar representa mais de 80% da agricultura mundial, estando presente tanto em países desenvolvidos, como em desenvolvimento, e constitui-se como uma das principais atividades impulsionadoras do desenvolvimento sustentável.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) a agricultura familiar gere a ocupação de vastas áreas, modela a paisagem, favorece práticas produtivas ecologicamente equilibradas, um menor uso de fatores de produção industriais e a preservação do património genético, assumindo, assim, importância económica, social, ambiental e cultural.

Reconhecendo-se a necessidade de complementar em Portugal as medidas já existentes no âmbito da agricultura familiar, é estabelecido o Estatuto da Agricultura Familiar com o Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, contribuindo para que os diversos territórios rurais possam ser exemplos positivos da sua indispensável valorização, numa ótica de sustentabilidade e do reforço da coesão social e territorial.

A criação do Estatuto de Agricultura Familiar teve o intuito de distinguir este tipo de agricultura nas suas diversas dimensões, reconhecendo-a e valorizando-a através de adoção de medidas de apoio específicas, a aplicar preferencialmente ao nível local para atender à diversidade de estruturas e realidades agrárias, bem como aos constrangimentos e potencial de desenvolvimento de cada território.

Considerando a sua importância para a sustentabilidade económica, social e zonas rurais. ao seu potencial de incremento produção agrícola, ao seu papel na produção de alimentos saudáveis e seguros, na criação de emprego, na geração de rendimento, na diversificação produtiva, na gestão da terra e da água e na proteção e promoção da biodiversidade, a familiar atenção particular agricultura merece e a definição de políticas públicas diferenciadas.

A proposta em debate, da iniciativa do Partido Iniciativa Liberal pretende melhorar a legislação em vigor, clarificando conceitos e definições que facilitam a prossecução dos seus objetivos, e procedendo à atualização dos níveis de rendimento coletável para efeitos de atribuição do Estatuto da

Agricultura Familiar, com base nas alterações introduzidas ao nível dos escalões do IRS a partir de 2022, às quais o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda nada tem a opor.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho nesta fase do debate para clarificar a intervenção e as dúvidas do Sr. Deputado Carlos Furtado, que nas palavras de um comentador televisivo, deu um recado e um alerta à Iniciativa Liberal, e, portanto, aproveito também para esclarecer o comentador televisivo de que, aqui nada há de complicar; aqui nada há que venha trazer para a Região coisas que são da república e que não se aplicam à Região. Bem pelo contrário!

Há duas formas de legislar na Região Autónoma dos Açores e de traspor par a ordem jurídica regional aquilo que está legislado a nível nacional. Uma é remeter para legislação, como fazia o diploma anterior. Outra é transpor literalmente para o decreto legislativo regional.

Ora, na senda do desburocratizar, que é muito liberal! Sr. Deputado parece que também entrou naquela fase de querer demonstrar à sociedade de que o Deputado da Iniciativa Liberal não é assim tão liberal.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Tem dias, Sr. Deputado! Tem dias!

O Orador: Houve aí umas tentativas, mas vão caindo da burra e vão começando a perceber que não é bem assim.

E de medida legislativa em medida legislativa vão aprendendo que não é bem assim.

Ora, a técnica legislativa aqui utilizada foi precisamente desburocratizar e simplificar. Ou seja, o cidadão em vez de ir a três diplomas beber a informação,

Número: 74

agora vai a um só. Esta é que é a grande função do legislador na Região

Autónoma dos Açores, facilitar a vida dos cidadãos da Região Autónoma dos

Açores. Nada mais do que isto!

E, por isso, Sr. Deputado, o senhor elaborou no equívoco, até porque quis falar

de grandes tensões e de grandes propriedades e da forma como está organizado

os latifúndios no continente, quando, na verdade, neste Estatuto de Agricultura

Familiar, qualquer produtor com rendimentos acima de 25.500€ já não se

enquadra. Aliás, no anterior já eram 19.960€ e, por isso, não se pode falar aqui

nem de grandes produções, nem de grandes extensões. Estamos a falar de

pequena agricultura familiar que nos permite, em alguns casos, nos nosso

pequenos agregados populacionais rurais um acréscimo do rendimento das

famílias, muitas vezes de relevante importância para a sua sustentação, para

uma vida melhor, para ajudar a educar os seus filhos, para ajudar a viver um

bocadinho melhor.

Nesta fase também do debate, para dizer, que não nos choca acomodar a

proposta de alteração que veio da coligação, nomeadamente, apresentada aqui

pela Sra. Deputada Vitória Pereira, na medida em que, quanto mais informação

o Governo der ao Parlamento, para nós tanto melhor.

Obviamente que não era preciso estar aqui, este Governo tem anunciado bastas

vezes que está sempre disponível para dar informação ao Parlamento, mas se os

Grupos Parlamentares que suportam o Governo entendem que é preciso estar

aqui para obrigar o Governo a fazer isso, pois quem somos nós para dizer que

não queremos.

Claro que acomodamos esta proposta da coligação de obrigar o Governo, a uma

vez por ano, trazer este relatório aqui ao Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

128

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas apreciações, uma apreciação ao decreto legislativo e depois uma outra apreciação ao estado atual da agricultura e a responsabilidade desse mesmo estado atual.

Primeiro, para dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que aprecio a forma legislativa de propositura com que traz a esta Casa esta iniciativa, uma alteração ao decreto legislativo e, portanto, aprecio esta forma de atuar que, é verdade dá mais trabalho, mas é uma forma que altera aquilo que é a legislação em vigor e não se ficou por uma proposta de resolução remetente, impondo que o Governo atuasse. Não, é de facto o Sr. Deputado que a altera e propõe a debate neste Parlamento este Estatuto da Agricultura Familiar.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já viu as iniciativas da coligação?

O Orador: Depois, por outro lado, dizer que o Estatuto da Agricultura Familiar foi discutido pela primeira vez em 2018 na Assembleia da República pelos Deputados dos Açores. Foi por iniciativa dos Deputados do PSD dos Açores que nasce esse Estatuto da Agricultura Familiar na Assembleia da República. (Aparte inaudível)

O Orador: Sim, foi iniciativa minha, Sr. Deputado!

Depois, dizer-vos que esse Estatuto é aquele que irá permitir, no nosso entendimento, uma nova abertura para uma nova elegibilidade de apoio à nossa agricultura que deve ter, sim, uma matriz familiar, no âmbito daquilo que é a sustentabilidade, no âmbito daquilo que é a economia circular, no âmbito daquilo que é a bio economia, no âmbito daquilo que são as cadeias curtas de produção e comercialização, no âmbito daquilo que deve ser a progressiva autossustentabilidade alimentar.

E é nesse sentido que podemos encontrar aqui o apoio jurídico institucional e político para que o artigo 349.º do Tratado possa criar um novo instrumento de apoio para além do POSEI, ou seja, no âmbito da família, no âmbito da produção, sem ser necessário recorrer à mão de obra exterior que há falta, que é escassa, que está a um preço especulativo.

E, é nesse mesmo sentido que no âmbito do segundo pilar da PAC poderemos encontrar essa ilegibilidade. Essa deve ser a reivindicação do futuro, perante a União Europeia, ou seja, perante os fundos comunitários, perante a solidariedade que deve existir. Para as regiões ultraperiféricas importa encontrar este segundo pilar de apoio ao desenvolvimento da matriz familiar agroprodutiva nos Açores e isto é fundamental. Porque também é esse estatuto que poderá criar a diferenciação fiscal, é esse estatuto que poderá evoluir para a especificidade das nossas ilhas e a especificidade daquilo que é o agroprodutivo em cada ilha, no âmbito das suas potencialidades, no âmbito das suas fragilidades.

Portanto, nós temos aqui uma porta de entrada que poderá nos permitir uma diferenciação a todos os níveis: político, institucional, fiscal, criando uma nova vertente de apoio com objetivos sustentáveis daquilo que é a nossa agroprodução. E, portanto, é oportuno e nós concordamos com as alterações que são aqui apresentadas.

Bom, vamos agora ao estado da nossa agricultura. Naturalmente que a agricultura avalia-se e como é uma atividade de ritmos lentos, não é nenhum interruptor, deriva daquilo que são as políticas públicas, não do imediato, mas resultado de um conjunto de políticas públicas, ao longo dos anos, com objetividade para aquilo que se entende.,

E a questão é perguntar: que moral política tem o Partido Socialista para dizer que a agricultura está mal, e a agricultura vive um período difícil, tendo em conta, quer uma persistente pandemia e as suas consequências, quer uma nova

crise que resulta de uma ofensiva militar da Rússia na Ucrânia e também dessas mesmas consequências, mas a verdade é que, por exemplo, em 2018, aquilo que eram os apoios à sustentabilidade da agricultura açoriana, o PS, em 2018, cortou aos produtores acorianos 30€ por escalão.

Deputado Rui Anjos (PS): Não pagam desde janeiro!

O Orador: Nós, quanto tomámos posse, repusemos os 30€, ou seja, o PS travou, nós aceleramos.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que moral política tem o PS ...

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Acelera é contra a parede!

O Orador: ... para falar em mais apoios ou falar em apoios redobrados para a agricultura e os agricultores quando, nos últimos cinco anos, aquilo que anunciava de apoio público às agriculturas e aos agricultores, era diferente do que pagava. Com cortes de 30 e 50%!

Nos últimos cinco anos de governação do PS o Governo deixou de pagar aos agricultores 28 milhões de euros! Por opção política!

O Governo do PS, por opção política deixou de pagar, nos últimos cinco anos, aos agricultores dos Açores 28 milhões de euros!

Depois, que moral política tem o Governo do PS quando, em 2018, fecha o acesso às candidaturas ao modo de produção biológico nos Açores!

Estamos todos de acordo que queremos produtos com maior naturalidade, a naturalidade está de acordo com a sustentabilidade! Queremos afirmar e posicionar-nos nos mercados de forma diferenciada, com conteúdo nutricional diferente, para os novos consumidores, para consumidores mais sensíveis, mais atentos aos rótulos.

É esse o caminho!

Não tenhamos dúvidas que é esse o caminho!

Em 2018 o Governo do PS fecha as candidaturas ao modo de produção biológico nos Açores!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: Tomamos posse, abrimos as candidaturas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: De tal modo que a área em 2019 da agricultura biológica era 567.45 hectares.

Em 2022 corresponde a 3569.75 hectares.

Um aumento de mais de 600%!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo do PS o que fez foi castrar a vontade dos açorianos em posicionar-se no futuro, limitando o acesso e o desenvolvimento da agricultura biológica nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em cinco anos, de 2015 a 2018, o aumento de produtores da agricultura biológica foi 13. Em três anos, o aumento de produtores da agricultura biológica foi 100!

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Passamos de 46 para 165 produtores. Houve um atraso no desenvolvimento dos Açores, enquanto essas candidaturas estiveram fechadas,

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: ... por opção política do Governo que governava os Açores então, ou seja, do Governo do PS.

O PS quer mais exemplos daquilo que foi o travar do desenvolvimento de uma agricultura de futuro, de uma agricultura que cortou apoio aos produtores.

É importante falar nos apoios diretos, é importante falar no POSEI, mas é importante (mais um exemplo) que o Governo da República não trabalhou afincadamente no aumento da dotação orçamental do POSEI!

Aquilo que o Governo da República considerou ser uma batalha política, foi uma derrota. Nós temos um défice de cerca de 13 milhões de euros do POSEI e o Governo da República bateu-se pela manutenção e não pelo aumento da dotação orçamental.

Nos seis meses que Portugal presidia ao Conselho não debateu o assunto essencial quando detém duas regiões ultraperiféricas, limitou-se pela manutenção!" Uma perda política com consequências e económicas para a agricultura dos Açores.

Ora, poderei continuar a dar exemplos e mais exemplos, alguns até com contornos muito jurídicos, mas guardo, eventualmente, para uma segunda intervenção porque esses espelham aquilo que foram as opções para o desenvolvimento das agriculturas, enquanto governou o PS.

Aliás, a política do PS nesses últimos anos, foi a política dos resgates. A política dos resgates significa terminar com os agricultores e com as agriculturas. Significa terminar com os postos de trabalho.

Ora lança-se dinheiro ao problema para retirar o agricultor da sua atividade!

Aconteceu ano, após ano. Foi uma política que diminui a ligação à terra dos açorianos, uma política que diminui a ligação dos agricultores à terra, é uma política que diminui a produtividade, é uma política de concentração parcelar, é um apolítica de concentração produtiva, é uma política que não é o futuro dos Açores, porque nós estamos na pequena e média dimensão e somos nove ilhas. Ora, isto foi o mais fácil de fazer em política, isso foi o mais barato. Só que etirarem e diphoire ao problema não resolverem e problema a controllema e a problema e a problem

atiraram o dinheiro ao problema, não resolveram o problema e o problema continuou.

Nós fazemos diferente, nós incentivamos a ligação à terra, mas nunca resgates e incentivamos a mudança de agricultura, mas nunca a retirada das pessoas da terra e da produtividade agrícola! Essa é que foi a diferença!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Poderíamos continuar. Que política é esta, por exemplo, em que nos deparamos com uma dívida de seis cooperativas leiteiras, na ordem dos 63 milhões de euros, quando o Governo Regional, neste mesmo período, apoiou em cerca de 30 milhos de euros essas mesmas cooperativas.

Ou seja, onde é que está a responsabilidade do apoio? Devia ter tido um resultado positivo. Quando se apoia não é para continuar igual! Quando se apoio, em termos de política pública, com o dinheiro dos contribuintes, é para que haja um resultado diferente e o que aconteceu foi, ano após ano, essas indústrias afundaram-se em dívidas de maneira que tem um problema muito grave de laboração e de pagamento do preço do leite ao produtor.

Esta política de apoio sem responsabilidade, que assistimos nos últimos anos,

afundou um dos principais setores dos Açores e que nós nos devemos intitular

como a maior e melhor região produtora do país que é a bovinocultura de leite.

Temos dificuldades, mas não resultam de ontem, do ano passado, nem de há

dois anos! Resultam das políticas públicas que forma implementadas nos

últimos 24 anos!

Políticas que pretendiam diminuir o problema, políticas que pretendiam calar as

vozes das pessoas, políticas que pretendiam acabar com os postos de trabalho

de alineação à terra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

O Orador: Ora, nós vivemos uma difícil crise, é verdade, com consequências

para quem produz! Mas é verdade também que (e o PS parece que fica muito

chateado e irritado com essa postura) a Federação Agrícola tem estado, com

proposição, à altura, na procura de soluções ao lado de quem governa.

Deputado Carlos Silva (*PS*): E a terra verde?

O Orador: E tem apoiado todas essas soluções.

A Federação Agrícola é composta por mais de 30 associações, do Corvo a Santa

Maria! É representante de todos os agricultores e tem apoiado claramente este

Governo porque, grande parte das medidas, também vêm de baixo para cima, de

dentro para fora e não de uma forma autoritária que não leva a lado nenhum!

É uma política pública de conjugação e articulação com quem trabalha!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

135

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, por isso mesmo, é que não tem havido críticas

Deputado Nuno Barata (*IL*): E a agricultura familiar?

O Orador: Eu já falei sobre ela, Sr. Deputado! E até apoiei e concordei!

(Aparte inaudível do Sr. deputado Nuno Barata (IL)).

Sr. Deputado eu já vi coisas piores do Sr. Deputado, portanto, não me faça relembrar! (risos)

Deputado Nuno Barata (IL): Tem razão!

O Orador: Penso que ganhei razão agora!

Entretanto, perdi-me!

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Martins que pediu para esclarecer aquilo que eu não conseguia. Presumo que foi a palavra atingir. Não sei se foi, mas peço desculpa se não foi essa palavra.

Mas que não compreende porque é que o PAN quis dar o ar da sua graça na iniciativa da Iniciativa Liberal e é apenas dentro de um artigo de intenções. Neste caso temos: reconhecer, contrariar, intencionar, incentivar e nós queremos, obviamente, dar o ar da nossa graça e agora já percebi os apartes do

sr. deputado que está ao sei lado, sobre igualdade do género ou descriminação de género, mas aquilo que eu quis é o que está a acontecer também no próprio Governo dos Açores e V.Exa. até tem proximidade do Sr. Vice-Presidente, pelo menos são do mesmo partido e devia saber que é o responsável máximo, relativamente à tutela da Ciência e Tecnologia, que tem o projeto Athena. E o projeto Athena o que é? Fomentar, impulsionar igualdade do género dentro das entidades da administração regional e de todas as empresas dos Açores para que haja igualdade do género, a montante a jusante contra a discriminação do género, ou seja empresas na lavoura, da agricultura, seja dos mercados acionistas, seja daquilo que for. E, por isso, e que nós quisemos apenas fazer isso dentro deste diploma, porque acho que mesmo na agricultura familiar, se todos nós estivéssemos sensíveis, exatamente, como o Sr. Secretário Regional da Saúde pediu ontem, é uma unificação de todos nós como cidadãos para conseguirmos combater a discriminação de género, mas mais dúvidas pode pedir ao Sr. Vice-presidente que ele vai responder, relativamente ao projeto Athena que o Governo Regional está inserido.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os agricultores não vivem no passado, os agricultores vivem ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Os Açores nasceram agora!

A Oradora: ... e trabalham é no presente, a pensar no futuro.

Mas nós não temos problemas com o nosso passado! Temos consciência de que nem tudo teve o resultado esperado, mas muito foi feito!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António

Ventura): Mas deviam ter! deviam pedir desculpas aos agricultores pela vossa irresponsabilidade política!

Dizem e vão ouvir mais, pior ainda!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados permitam que a Sra. Deputada...

Sra. Deputada Patricia Miranda.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente,

Nós temos consciência de que nem tudo teve o resultado esperado, mas muito foi feito.

Mas, já que o Sr. Secretário gosta tanto de falar no passado, vamos falar no passado. É que o Sr. Secretário também já tem o seu, mas esquece-se.

Primeiro, devia estar mais preocupado em responder às questões que lhe foram colocadas, que o Sr. Secretário não respondeu a nenhuma. Por exemplo, por que não estimular essa conversão de outros setores, que por exemplo, hortifruticultura? Quando é que espera este Governo fazer o pagamento que anunciou, em janeiro do ano passado, dos 570 mil euros aos produtores hortofrutícolas, relativos aos apoios compensatórios à perda de rendimentos devido ao COVID 19?

E a outra questão: o gasóleo subiu já para o dobro, os adubos azotados triplicaram, os alimentos para os animais sofrem aumentos, praticamente, todos os meses. Nos últimos dois meses ficaram 60€ mais caros. Portanto, qual é que é o valor de aumento dos custos de produção que este Governo espera que se atinja para então tomar medidas rápidas e capazes de mitigar este flagelo em todos os setores da agricultura?

Sr. Secretário, quando se fala do passado – já que essa é a sua bengala – é preciso ser coerente com o que foi feito e com quem beneficiou dessas medidas e não esquecer que a sua governação também já tem passado.

Disse.

Deputado Rui Anjos (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Chegou, finalmente, o dia do Sr. Presidente me chamar Patrícia e também o dia de eu dizer que não ia intervir mais vez nenhuma, mas não posso deixar de intervir.

(Risos da Câmara)

Pois é, mas vou ter mesmo que intervir, devido à intervenção do Sr. Secretário, pelo qual tenho muito respeito, mas parece-me que ele omitiu aqui qualquer coisa. Porque é assim, ele diz que tem sido este Governo a ajudar a reestruturação das cooperativas e os produtores. Sr. Secretário o que é que se passou nas Flores?

O senhor foi lá, dias depois eles são obrigados a fechar a cooperativa.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António

Ventura): A senhora é tão irresponsável politicamente, até me assusta!

A Oradora: É bom que fique registado aqui...

(Diálogos na Câmara)

Sr. Presidente, eu sei que não é bem o assunto da proposta em si, mas tem que me permitir a latitude porque foi o Sr. Secretário que começou a falar no trabalho que este Governo tem desenvolvido nas cooperativas, a ajudar na reestruturação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Exatamente!

A Oradora: Sr. Secretário aquilo que se passou e que se passa nas Flores é uma vergonha! O que o senhor foi fazer lá foi outra vergonha!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Vergonha? Vergonha?

A Oradora: Apresentou, segundo as pessoas, que lá estavam, três propostas, ... **Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): V. Exa. não sabe nada!

A Oradora: em que uma delas era um bocadinho chantagista ou manipuladora. E foi isso que aconteceu! Foi com as mesmas pessoas que o senhor reuniu que chegou essa informação cá.

Não pode afirmar que tenha estado a ajudar a reestruturar as cooperativas, quando deixou uma cooperativa com o historial das Flores, com os produtos reconhecidos nacional e internacionalmente, o senhor o que lá foi fazer foi enterrar, foi o coveiro.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): A senhora queria enterrar era os contribuintes!

A Oradora: O senhor e o seu Governo foram os coveiros da Cooperativa Ocidental e da produção da manteiga e do queijo das Flores. Isto é dito por toda a gente.

Outa coisa, é evidente que tudo isto podia ter sido esclarecido pelo Sr. Secretário porque havia uma iniciativa dos Partidos da Coligação PSD e PPM que queiram fazer um grande plano para ajudar a salvar a cooperativa. No entanto, foram estes mesmos partidos que impediram a sua audição e as dúvidas continuam, Sr. Secretário! Porque foram exatamente os partidos que queria a salvação da cooperativa que retiraram a proposta, antes da audição do Sr. Secretário.

1101 ta, quai ta-terra, vo de junio de 2022

O Bloco também fez um requerimento para fazer uma pergunta e a resposta foi um zero! E eu por acaso gostava que o Sr. Presidente me permitisse a latitude, de me poder responder, afinal qual foi o negócio que o senhor fez nas Flores ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Negócio?

A Oradora: ... com os produtores e com a cooperativa?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António

Ventura): O Governo não faz negócios! Avalia situações!

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação vai no sentido de o Sr. Presidente informar a Câmara qual é a iniciativa que nós estamos a discutir, se faz o favor.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. A latitude que eu dei e, de facto, o erro inicial foi meu. A Sra. Deputada Patrícia Miranda que fez uma intervenção, mas com uma latitude bastante alargada, o Sr. Secretário responde, a Sra. Deputada Alexandra Manes continuou a latitude e, portanto, eu assumo esse erro inicial

Deputado Berto Messias (PS): Mas a culpa foi do Sr. Secretário!

Presidente: Mas, vamos recentrar o debate. Pedia a todos essa colaboração de recentramos o debate.

Sr. Secretário Regional faça o favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Isso significa, Sr. Presidente que eu não posso responder à Sra. Deputada sobre a cooperativa ou posso responder sobre a cooperativa e sobre o estado atual da agricultura?

Presidente: Faça favor.

O Orador: Posso responder, muito bem.

Ora, vamos começar pelas perguntas do PS.

Deputado Carlos Silva (PS): Finalmente!

diferenciação que é preciso efetuar.

O Orador: A horticultura, como outros setores foi construído um plano estratégico, a longo prazo. Um plano que foi cooperado, articulado com as associações relacionadas com este mesmo setor, com especialistas, com a Universidade dos Açores e com técnicos da própria Secretaria.

Deputado Berto Messias (PS): Foi igual ao Plano que a Secretaria publicou!

O Orador: O plano foi publicado este ano e o grupo de construção do plano estratégico passou a plano operativo. Todos os elos da cadeia, desde a produção à comercialização, sabem os próximos passos a dar no plano estratégico, no âmbito daquele que foi a passagem do grupo de construção, ao grupo operativo. Tudo está preparado, tendo em conta os próximos fundos comunitários, a

Mas, desde logo, já que se fala em horticultura, há duas questões fundamentais que eu também pergunto ao PS, enquanto governou essa Região como é que governou?

Eu gostava de perceber como é que o PS governou esta Região se, por exemplo, não sabia o que entrava e saía de alimentos da Região!? Por exemplo!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor também não sabe!

O Orador: E estamos a estudar, estamos a trabalhar para isso! Eu perguntava ao PS, como é que governou se não sabe a formação dos preços? Como é que governou, se não sabe quanto é que custa a cada elo a formação dos preços?

Nós já demos entrada na Assembleia Regional uma alteração aos estatutos do IAMA, que já foi à Comissão, está à espera de subir a Plenário, para o conhecimento da formação dos preços.

Mas, durante 24 anos não se sabia como é que se formava os preços. Não sabendo como é que se formava os preços, não se sabia quem é que ficava com a fatia de leão, nem se sabia como é que se irai atuar, em termos de políticas públicas.

Deputado Carlos Silva (PS): É por isso que o senhor não paga agora!

O Orador: Ora, não sabendo, como nós constituímos agora um grupo de trabalho, em que faz parte o Serviço Regional de Estatística, a Portos dos Açores, a Secretaria Regional da Agricultura para se ter uma base fidedigna do que entra e do que sai, para não haver excessos, nem défices.

E, portanto, a horticultura antes de avançar precisa de dados para se poder avançar. Nós não podemos trabalhar sobre aquilo que não se conhece. Trabalhar sobre aquilo que não se conhece é uma ignorância política, é governar às cegas, é governar sem saber para onde, é governar a olhómetro, é governar com um sensor, com amadorismo que a política hoje não perdoa. Nós não podemos governar com amadorismo, temos que governar com profissionalismo e, para isso, nós temos de ter dados.

E durante 24 anos ...

Deputado Berto Messias (PS): É como o Conselho Científico Agroalimentar!

O Orador: Eu gostava de continuar... Eu sei que isso incomoda, mas eu queria continuar! Terão oportunidade de se inscrever e voltar a falar.

Durante 24 anos esses dois, que aprecem pequenos pormenores, mas que são grandes bases para o desenvolvimento da política publica não sabia o Governo, e pior que isso, não sabia esta Casa os deputados.

Também os deputados sofriam dessa consequência e houve várias vezes, enquanto Deputado Regional, tive várias iniciativas para conhecer o grau de

autossustentabilidade dos Açores, para saber a entrada e saída de produtos alimentares, para se conhecer a formação dos preços. Foram bastas iniciativas chumbadas pelo PS!

Deputado José Ávila (PS): Mas quem é que lhe disse que as iniciativas estavam bem?

O Orador: Ora, se essas iniciativas tivessem sido desenvolvidas, nós estaríamos todos mais confortáveis para tomar decisões políticas. Decisões ao nível parlamentar, decisões ao nível do executivo, decisões com os nossos parceiros de decisão. São as próprias organizações de produtores.

Portanto, há aqui lacunas imperdoáveis, há aqui défices de irresponsabilidade política que têm que primeiro ser conhecidos. Não se pode coordenar, torno a repetir, sobre aquilo que não se conhece. Nós temos que ter bases.

Ora, este conhecimento não é com um estrelar de dedos. Este conhecimento exige, obviamente, a articulação, esse conhecimento exige, como está nesta Casa a alteração ao Estatutos do IAMA, para que o IAMA tenha a personalidade jurídica para poder mensalmente dizer quanto é que custa produzir um litro de leite, um kilo de carne ou um kilo de hortícolas. Para nós termos uma referência de preços porque falta é uma referência de preços no arquipélago, porque os preços e o custo de os produzir, não é igual em todos os Açores. Aliás, não há explorações iguais! Até entre conselhos, não há explorações iguais!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor precisa do IAMA para isso?

O Orador: E é preciso instalar esses sensores, tratar esses sensores, publicar esses sensores. Para quê?

Deputado Manuel Ramos (PS): E sobre a agricultura familiar?

O Orador: Para que qualquer produtor quando se senta à mesa da negociação, aí sim, os produtores sentarem-se à mesa da negociação possam não ir coxos,

tenham a mesma informação de quem está do outro lado da mês e nos compra o

produto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

O Orador: É isto que é preciso ter na Região. Criar o direito de igualdade do

conhecimento e de informação e na agricultura isso não existia. Vai passar a

existir, em 2023 será uma realidade. Espero que nesta suba o mais rapidamente

possível, as alterações do estatuto do IAMA, para que possamos implementar

no terreno esses sensores e esse conhecimento.

Deputado Nuno Barata (IL): Está quase resolvido! É apresentar uma iniciativa

legislativa a alterar!

Deputado Berto Messias (PS): E sobre o Conselho Científico Agroalimentar?

O Orador: Depois, relativamente à Cooperativa Ocidental. Ora. A primeira

reunião que nós tivemos com os produtores perguntámos qual é que era o futuro

da cooperativa e iríamos respeitar qual era o futuro da cooperativa. Palavras

cordiais de todos e de intenção de produção.

Passado um ano, quando se comprara a produção na ilha das Flores, ela reduziu

40%. 11 produtores, 4 produtores com 4 vacas, um com duas vacas e alguns dos

nomes restantes cm a intenção de querer abandonar. Com a redução da matéria-

prima, qualquer responsável político, e percebendo que a Cooperativa Ocidental

precisava de todos os anos de 300€ o futuro, para ser viável e que o Governo

Regional já tinha injetado cerca de 2 milhões de euros ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

145

O Orador: ... ou seja, nunca deu lucro, reuniu os produtores, disse: "meus amigos, o Governo terá o compromisso de apoiar esta cooperativa, se os senhores assegurarem a matéria-prima."

Não houve o compromisso de assegurar a matéria-prima e não havendo compromisso de assegurar a matéria-prima, o Governo não se pode responsabilizar como parte.

O primeiro compromisso é a existência de matéria-prima para laboração, ou seja, de leite. Não havendo um plano, não havendo asseguro da matéria-prima resta, obviamente, oferecer várias soluções á cooperativa. Foi mesmo a pedido dos produtores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso mesmo!

O Orador: E é isso que está a acontecer.

E, portanto, responsavelmente nós não estamos a alimentar o prejuízo, responsavelmente o que queremos é que as estruturas de produção e transformação sejam sustentáveis economicamente. Esta deve ser a responsabilidade de qualquer executivo.

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem que terminar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Muito mais teria a dizer, e tentando...

Deputada Alexandra Manes (BE): responda ao requerimento!

O Orador: ... só mais uma resposta, a questão dos seguros agrícolas ...

Presidente: Sr. Secretário! Sr. Secretário Regional eu vou lhe retirar a palavra

O Orador: ... com muito boa vontade que nós temos, é preciso perguntar ao Governo da República onde é que para?

Muito obrigado.

Termino, irão existir outras oportunidades.

Presidente: O Governo Regional esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor.

- (*) **Deputada Patrícia Miranda** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
- O Sr. Secretário continua a insistir sempre na mesma forma de atuar, continua a não responder a algumas das questões. Agora já não tem tempo, mas a verdade é que não respondeu e ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas posso responder em aparte!

A Oradora: ... ao não responder a mim, não respondeu aos horticultores, porque não respondeu quando é que vai pagar os 570 mil euros.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Está publicado!

A Oradora: ... não fala na questão dos aumentos de custo de produção. Era só para deixar registado que o Sr. Secretário não responde às questões que lhe são colocadas.

Continua na questão das cooperativas e a questão é que ao expor as fragilidades das nossas cooperativas de lacticínios, está a danificar o nosso setor todo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Criadas por vós! Levaram à falência as estruturas do setor!

A Oradora: E o nosso setor não precisa dessa sua atitude.

Sr. Secretário eu às vezes até me esqueço quem é o Secretário aqui da agricultura, exige-se rigor da sua pessoa, exige-se rigor nas medidas apresentadas e exige-se rigor naquilo que se deseja par aa nossa agricultura e infelizmente aquilo que nós vemos é um *olhar para o lado*.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Paciência! Quem deixou de pagar 28 milhões de euros aos agricultores e fala em olhar para o lado?

XII Legislatura Número: 74

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

A Oradora: Os problemas estão a acontecer, os problemas estão a passar e

atitude é a de olhar para o lado.

É lamentável, Sr. Secretário.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da Bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves eu nunca disse que era a favor das grandes cadeias

de distribuição e da centralização, aliás grandes cadeias de distribuição e

centralizar a produção dos Açores e com grandes distâncias, só se o produto nos

Açores for para o Corvo e depois voltar para trás, porque, caso contrário, isto é

tudo tão pequenino que estamos a falar de uma coisa que não existe.

Sr. Deputado Nuno Barata eu aprecio a sua prática legislativa, até porque

concordo integralmente com ela. É evitável reportar para outra legislação o

assunto que pode ficar perfeitamente no documento. Eu concordo com ela

integralmente.

No entanto, o senhor acho que percebeu mal. Eu não disse que aquilo que o

senhor pretende com esse diploma é trazer burocracia. Eu disse precisamente o

contrário, as benesses que podem ser consideradas ao abrigo da Agricultura

Familiar podem constituir uma concorrência desleal para os agricultores que

Número: 74

II Sessão Legislativa

praticam a agricultura, de forma permanente e profissional e isto pode causar

um problema nas cadeias de distribuição, a prazo.

Por isso, Sr. Deputado, tenha em atenção essa situação porque, se não, vamos

estar daqui a uns tempos a falar de mais cooperativas, de mais apoio às

cooperativas e depois ninguém se responsabiliza por produção nenhuma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste diploma.

(Pausa)

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII, que altera o

Regime Jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos

Açores.

Vamos começar por votar na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como

estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII foi aprovado

por unanimidade, votação na generalidade.

Presidente: Iniciamos debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

149

Não havendo, vamos então iniciar as votações na especialidade, começando por colocar à votação o artigo 1.º do diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar um conjunto de propostas de aditamento do PAN ao artigo 2.º do diploma. Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Sr. Deputado Rui Martins?

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, ia solicitar que fosse votado à parte a alínea j) e a alínea n). As outras poderão ser ...

Presidente: Então está à votação a proposta de aditamento da alínea j) ao artigo 2.º do DLR que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento à alínea j) foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação as propostas de aditamento lançadas pelo PAN da alínea k), l), m) e o), ao artigo 2.º do DLR que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas a votação foram aprovadas por unanimidade.

Número: 74

Presidente: Coloco finalmente à votação a proposta de aditamento a alínea n) apresentada pelo PAN ao mesmo artigo do DLR que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão:

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento à alínea n) foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados nós estamos numa votação.

Sr. Secretário Regional...

É difícil conduzir votações nesta Casa e com barulho essa dificuldade acresce. Eu pedia a vossa colaboração.

Sras. e Srs. Deputados pergunto à Câmara se posso colocar à votação o artigo 2.º do diploma, todo ele com estas propostas de aditamento que acabámos de introduzir.

Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*IND*.): Sr. Presidente, eu pedia que fosse votado em separado a alínea g), h), i) e k).

Presidente: K não existe, foi aditada.

Portanto, o senhor quer que votemos separado a alínea g), h) e i). **Presidente:** Podem ser votadas em conjunto essas alíneas?

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*IND*.): Em separado, Sr. Presidente.

Presidente: Está à votação a alínea g) do artigo 2.º do diploma que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Sr. Deputado que que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento à alínea g) colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a alínea h) do artigo 2.º do DLR que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Sr. Deputado que que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea h) colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação a alínea i) do artigo 2.º do diploma que estamos a alterar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea i) colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de contra do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação todo o artigo 2.º do diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: O artigo 2.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 3.º do diploma há uma proposta de aditamento de um artigo 9.º A apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM que coloco à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: A proposta de aditamento ao artigo 3.º colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 3.º do diploma com esta proposta de aditamento que acabámos de introduzir:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: O artigo 3.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 4.°, 5.° e 6.° não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Sr. Presidente vou pedir apenas a alínea e) do artigo 6.º para ser votada em separado.

Presidente: Sr. Deputado nós já votámos esse artigo.

O artigo 2.º do diploma prevê alterações ao artigo 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º.

Em relação ao artigo 4.°, 5.°e 6.° pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação o artigo 4.°, 5.ºe 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII, foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o sentido de voto do PAN foi favorável a este diploma e apenas lamentar as seis ou sete mulheres do Grupo Parlamentar do PSD que, se calhar, deviam ter liberdade de voto para votar relativamente à discriminação de género.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do BE: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto, faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, obviamente, votámos favoravelmente a esta iniciativa, agora, o que não podemos votar favoravelmente é propostas fora de contexto e que, inclusivamente, desconhecem aquele que é o pressuposto constitucional e estatutário que já existe.

E, portanto, votar inutilidades, que não fazem sentido, do ponto de vista daquele que é o diploma e a matéria em concreto que nós estamos a votar e, portanto, nesse sentido, obviamente, repudio a intervenção do PAN nesta matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira, faça o favor.

^(*) **Deputada Vitória Pereira** (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente.

Número: 74

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à alínea j) o nosso voto foi de abstenção porque esta alínea deriva da própria Constituição da República Portuguesa e tem sido aplicado este princípio, pois ninguém é aprovado ou reprovado por causa do género. Obrigada.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou convictamente a favor desta iniciativa proposta pela Iniciativa Liberal porque achamos que o setor primário da nossa economia, a agricultura, merece melhores regras para exatamente poder proporcionar melhores condições de vida às nossas famílias, aos açorianos e às açorianas.

A proposta do PAN de tentar colocar aqui à força a questão da discriminação do género é abusiva, é um desrespeito a este Parlamento, é um desrespeito ao tema que a Iniciativa Liberal trouxe a debate e nada tem a ver com a agricultura, muito menos com a agricultura familiar que, pelo próprio conceito de familiar, envolve todos os elementos do agregado familiar, independentemente do seu género.

E, portanto, o que é demais é demais, é abusivo, da parte do PAN, a iniciativa que apresentou, não acompanhamos. Pelos vistos, o PAN sente-se muito ofendido quando os partidos votam contrariamente às suas opções, ao ponto de fazer uma declaração de voto e fugir da sala para não ouvir a resposta dos outros grupos parlamentares.

XII Legislatura Número: 74

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

O Orador: É a atitude dele, é o que é!

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Vamos avançar na nossa Agenda (está encerrado este ponto) para o ponto 7 -

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – "Estabelece as regras

e procedimentos relativos ao processo de descongelamento da carreira

especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica". É

uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Para a sua

apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça

favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito

obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o Governo apresenta está integrada num processo global de

regularização e valorização de carreiras e renumerações de profissionais do

setor da saúde.

É um processo ao qual foi dado prioridade por este Governo Regional, no

sentido de corrigir um conjunto de injustiças e de justas reivindicações, algumas

delas de vários anos, um processo que envolveu de uma forma séria, leal,

transparente, os representantes dos trabalhadores. Aproveitando aqui para

saudar os representantes de um dos sindicatos aqui presentes que, de facto, o

XII Legislatura

que fizeram foi construir uma solução. Estávamos perante um conjunto de problemas e neste ano e meio de governação, desde o início das nossas funções que elegemos esta questão como prioritária da regularização de carreiras e renumerações dos profissionais da saúde e através de um conjunto vasto de reuniões, de participação, de contributos, de discordâncias, mas sobretudo, de um caminho positivo de construção de soluções.

Conseguimos, felizmente, avançar neste sentido e podemos dizer que parte deste processo já está concretizado. Já temos mais de 600 trabalhadores do setor da saúde que beneficiaram destes trabalhos de regularização e valorização de carreiras e renumerações, já foi gasto cerce de 3 milhões e meio de euros com este processo e estamos ainda a resolver todos aqueles assuntos que já estão com os princípios de acordo acertados entre as partes, mas encontrar os caminhos da respetiva concretização, quer seja por via de orientações à unidade de saúde e hospitais, quer seja por via legislativa, como é este caso. No fundo, estamos a concretizar aquilo que já estava celebrado.

Este processo relativamente aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, já há cerca de 50 com contrato individual de trabalho que viram a sua situação resolvida e restam cerca de 196 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas que ficam agora com a sua situação também ela, justamente, resolvida.

A carreira de técnico superior de técnico superior de diagnóstico e terapêutica foi revista em 2017, no entanto, não foi criado um subsistema de avaliação adequado e específico a esta carreira, mantendo-se em vigor o regime de avaliação dos técnicos de diagnóstico e terapêutica de um diploma de 1999.

Ora, não havendo esse sistema de avaliação diferenciado e específico estávamos perante uma avaliação de desempenho que não era adequada ao sistema de avaliação de desempenho na Região Autónoma dos Açores, o SIADRAPA e, por essa razão, não havia uma ligação com o regime relativo ao regime

XII Legislatura

mérito.

remuneratório aplicável, ao nível da contagem de pontos e da avaliação de

E é isto tudo que se está a corrigir com este diploma. Para além de que, havendo cerca de 50 trabalhadores com contrato individual de trabalho, com a sua situação resolvida, gerava-se a situação de injustiça de trabalhadores com maior antiguidade não terem a mesma renumeração adequada ao seu tempo de serviço.

São todas essas correções que se pretende fazer, através destes procedimentos que estão previstos no diploma, relativos ao respetivo e necessário descongelamento, atribuindo-se 1,5 ponto, entre 2004 e 2018. Isto é, estamos aqui a intervir relativamente a situações com esta dilação temporal. Estamos a chegar a 2004 para resolver esta situação.

Felizmente que chegámos a este ponto. É mais uma solução para um problema existente e, conforme, tenho dito, em sucessivas situações do género que envolve esta regularização de carreiras e de renumerações, não estamos a fazer favor nenhum a estes trabalhadores. Estamos, fundamentalmente a pagar uma dívida, a Região está a pagar a estes trabalhadores que, durante anos e anos, tiveram a justa expectativa da sua justa renumeração, de acordo com o seu tempo, com a sua qualificação, com o seu desempenho e, sobretudo, com o seu empenho no Serviço Regional de Saúde.

Por isso, o que estamos a fazer é exatamente isto, a pagar uma dívida, a repor justiça, a corrigir situações de injustiça e a fazer com que a motivação que fez com que os profissionais de saúde se mantivessem num tempo tão exigente como aquele que vivemos, tenha a correspondência pública que lhes é devida.

Deputado Gustavo Alves (PPM) e **Deputado Flávio Soares** (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem várias inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Durante anos ouviram-se grandes elogios aos profissionais de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Antes, durante e após a pandemia que atravessamos.

Elogios que todos nós acompanhámos, mas que, na prática, resultaram em muito pouco e o que os profissionais de saúde desta Região sempre precisaram foi de reconhecimento.

Reconhecimento pela sua atividade profissional, reconhecimento pelo seu esforço e reconhecimento pela sua dedicação aos cuidados de saúde que prestam aos açorianos.

O que os profissionais de saúde precisam, nomeadamente, os técnicos superiores de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, é de reconhecimento e de valorização das suas carreiras profissionais. Este é o maior elogio que podemos dar a estes profissionais de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Durante o período pandémico, também este profissionais não tiveram um minuto de descanso e todos os dias estão nos seus postos de trabalho para dar resposta às nossas necessidades.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Fazendo aqui uma pequena resenha histórica, devo dizer que a nova carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica foi aprovada já em 2017. Esta passou de carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, para

Número: 74

técnico superior de diagnóstico e terapêutica e merece o nosso reconhecimento, merece o reconhecimento da sociedade.

Foram estes profissionais que lutaram pela passagem da carreira técnica, à carreira técnica superior e conseguiram na academia o reconhecimento da sua formação, o reconhecimento da sua mais-valia e o reconhecimento da sua formação académica.

Venceram na academia, mas ainda não tinham conseguido vencer no Serviço Regional de Saúde.

A valorização que o CDS já propôs em 2020, pela mão do, então, Líder Parlamentar, Artur Lima ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que a maioria socialista chumbou, é da mais elementar justiça. É justo que os profissionais com mais anos de serviço sejam compensados pelo tempo de exercício, é justo que tenham uma diferenciação daqueles profissionais que acabaram de entrar e é justo progredir para que, no futuro, não nos faltem estes profissionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O CDS propôs 1.5 ponto por cada ano de serviço, a partir de 2009, e a harmonização da anterior carreira com a nova, permitindo uma redistribuição justa nas diferentes categorias.

O que tem que ser feito, tem de ser bem feito. É esse o nosso dever para com estes profissionais.

Propusemos na oposição e foi reprovado.

Chegámos ao Governo e reafirmámos o compromisso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Considerávamos que bastava a indicação do Governo para que a decisão se tornasse realidade.

Infelizmente, não o foi que sucedeu e a medida produziu efeitos apenas para os profissionais com contrato individual de trabalho e o mesmo não aconteceu com os profissionais com contratos em funções públicas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Assim, em boa hora, traz o Governo este Decreto Legislativo Regional que visa repor essa justiça.

É por isso que estamos aqui hoje, perante esta que é a última solução, que é transpor para a letra de lei a reposição da mais elementar justiça para com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Este é um tema que diz muito ao CDS, honramos os nossos compromissos, foi na oposição que propusemos e é no Governo que o cumprimos!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu diria que pela transparência do processo e pelo facto de ter superado as expetativas daqueles a quem se destina, que este é um daqueles diplomas que dispensa grandes explicações e muito menos debate, mas o respeito que os

técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica nos merecem, justificam que de forma cabal fique clara a paternidade desta solução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta proposta é sem dúvida o culminar de um processo negocial para cerca de 196 TSDT, de um total de cerca de 40 profissionais que exercem funções na Região Autónoma dos Açores, na sequência de dúvidas jurídicas relativamente aqueles em contrato de trabalho em funções públicas já que (como o Sr. Secretário também aqui já explicou) os técnicos que se encontravam em contrato individual de trabalho já haviam esclarecido estas questões.

Como todos os aqui presentes bem sabem, esta matéria foi largamente discutida e aprofundada nesta mesma Casa, num passado recente

Esta proposta, que esteve disponível para apreciação pública até ao dia 30 de junho, mereceu da parte do Sindicato Nacional dos técnicos superiores de saúde a sua total e inequívoca concordância com os termos do mesmo, afirmando mesmo que configura e cito *a concretização na sua plenitude dos compromissos assumidos pelo Governo Regional e o acordado com os representantes sindicais*. Estes que são os legítimos e melhores parceiros para serem envolvidos. E assim foi finalmente a justiça e a equidade entre todos os profissionais desta classe profissional, independentemente do seu vínculo laboral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Numa época em que se fala tanto da volatilidade das palavras e da necessidade de passar destas aos atos, este Executivo mostra assim que é possível, com diálogo, com negociação e com equilíbrio.

Após anos de reivindicações, greves, vigílias, caravanas e buzinões que foram ignorados pelo Governo do PS, após anos de iniciativas legislativas neste Parlamento que foram rejeitadas pelo Governo do PS, é com este

Governo e com esta maioria que suporta o Governo que estes profissionais veem reconhecida a sua justa valorização face às injustiças que se arrastavam há anos.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Resumidamente foi com este Governo e com este Secretário Regional da Saúde, depois de anos de reivindicações e de promessas, os TSDT veem assim resolvidas as assimetrias existentes e reconhecidos quatro aspetos fundamentais, que repito, correspondem totalmente aos anseios desta classe profissional:

- atribuição de 1,5 pts no período compreendido entre 2004 e 2018;
- a garantia de que o descongelamento se faz na tabela de 2019;
- a opção do descongelamento acontecer na tabela da carreira antiga se tal for mais benéfico para o profissional;
- a garantia de que até à adaptação do sistema de avaliação de desempenho mantém se a contagem do 1,5 pts.

Certamente que o futuro trará novas necessidades e este Governo estará (esperamos nós) cá para ser parte da solução, tal como esteve no presente, de forma responsável e conciliadora, tendo suprido as lacunas existentes através de um trabalho coletivo e exaustivo.

A preocupação do PSD para com os TSDT, profissionais altamente especializados e diferenciados cujas áreas de atuação, que vão desde a promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, reabilitação e reinserção das pessoas, não é de agora.

Relembro que o PSD Açores em julho de 2020 apelou ao Governo Regional de então que retomasse as negociações com os sindicatos representantes dos TSDT, por forma a resolver as injustiças já que no 1° semestre daquele ano nenhum avanço havia ocorrido.

Recordo ainda que em setembro de 2020 uma Resolução do Grupo Parlamentar

do CDS-PP recomendava ao Governo Regional que procedesse à contabilização

do tempo de serviço da carreira, tal como agora se vê atribuído e infelizmente

mereceu os votos desfavoráveis da maioria socialista de então!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

A Oradora: Finalmente, tendo em março de 2021, já com este Governo uma

iniciativa de igual teor foi então aprovada por esta maioria que suporta o atual

Executivo.

Reafirmo que neste, como em tantos outros processos, este Governo foi célere e

eficaz e quem o diz não sou apenas eu...mas os próprios TSDT pela voz dos

seus representantes.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional da autoria do Governo

Regional estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de

descongelamento da carreira especial de Técnico Superior das Áreas de

Diagnóstico e Terapêutica e na Carreira Especial Farmacêutica e vem

implementar parte da justiça e equidade que há muito estas e estes profissionais

reivindicavam.

164

Começar por cumprimentar estas e estes profissionais e agradecer-lhes a excelência do seu desempenho no Serviço Regional de Saúde.

Desta forma, a presente iniciativa pretende estabelecer as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento destas carreiras.

E, aproveito para cumprimentar e agradecer ao Sr. Deputado Rui Martins do CDS-PP que fez um histórico daquilo que se passou aqui nesta Assembleia, relativamente a esta questão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem!

A Oradora: Só que ele fez questão em omitir parte da história, porque a outra parte da história fazia referência a uma proposta que o Bloco apresentou, que foi a Comissão e essa sim, tinha a reposição da total justiça a que se referia, a dois pontos, entre 2004 e 2008, que ficam por contabilizar, porque nesta proposta do Governo Regional, a ser aprovada, ela não repõe a totalidade da justiça, ela repõe uma parte da justiça, que muito bem, o CDS na altura, fez entrar uma urgência para cobrir a proposta do Bloco que estava a ser analisada em Comissão e que, à altura, recebeu os pareceres favoráveis dos sindicatos. No entanto, não quero, de forma alguma, relançar aqui o debate e a história disto e voltarmos são debate outra vez porque, à altura e quando eu disse, disse-o bem, que aquela proposta do CDS ia limitar ou condicionar o espaço de tempo entre 2004 e 2008. E realmente, eu tinha razão por que foi isso que fez.

Embora, o Sr. Secretário, à altura, e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tenham dito o contrário, na verdade, o processo estava fechado. Não se previa outro desenvolvimento, se não esse.

E relembro as palavras que o Sr. Secretário disse, referindo-se aos 2 pontos que, e passo a citar "é uma porta que não está fechada, nem aberta, está entreaberta" ...eu tinha razão. Veio o vento encanado e fechou a porta, porque realmente foi isso que se passou. O CDS, com a sua proposta, fechou a porta com o vento encanado do Sr. Secretário.

Sr. Secretário, realmente dá-se aqui um passo importante para a reposição de parte da justiça, como eu disse.

No, entanto, não posso deixar de assinalar que a verdadeira reposição não é aqui feita, porque para ser tinha que ser 2 pontos, entre 2004 e 2008.

No entanto, como devem calcular, ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: E eu tenho razão, aos anos que foi!

No entanto, este Governo, com tudo o que se arroga de dizer e que faz, que repõe e que mete e assim e assado, podia muito bem ter corrigido esta situação, mas optou por não fazê-lo e eu retorno a dizer que afinal o vento encanado veio, a porta fechou-se e ficou mesmo assim,

Estes profissionais ficam a perder, mas como concordaram com esta proposta que está hoje aqui em debate, é evidente que não será o Bloco, neste momento, a dizer que não.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o Governo nos traz e que nós temos em apreciação, neste momento, nesta sessão plenária, vai ao encontro do projeto de resolução que foi aprovado, não por maioria, como disse a Sra. Deputada Salomé Matos, mas por unanimidade, nesta Casa, em março de 2021.

E, portanto, aprovada esta resolução, por unanimidade, em março de 2021, ficou este Governo mandatado por esta Assembleia para resolver efetivamente este assunto.

Desde março de 2021, os profissionais de saúde, neste caso os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica com contrato ...

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa (PSD))

O Orador: O Sr. Deputado João Bruto da Costa pode-se inscrever, penso que ainda tem tempo.

Mas estava eu a dizer que, aprovada esta resolução em março de 2021, ficou este Governo mandatado para resolver, efetivamente, este assunto, relativamente à contagem de tempo dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Fê-lo para os profissionais com contrato individual de trabalho e não o fez para os profissionais com contrato de trabalho em funções públicas, demorando mais de um ano, efetivamente, para resolver essa situação.

Com isso, como teve oportunidade de reconhecer também o sr. Secretário na sua intervenção de há pouco, foi criada uma injustiça que agora, neste momento, efetivamente com a eventual aprovação desta...

Deputado Joaquim Machado (PSD): 2004!

O Orador: Diga, Sr. Deputado Joaquim Machado! Pode-se inscrever também para falar, temos todo o gosto em ouvi-lo dissertar sobre esta matéria!

Deputado Joaquim Machado (PSD): 16 anos para resolver isso!

O Orador: Como eu estava a dizer, foi assim criada uma injustiça que demorou mais de um ano a ser corrigida por este Governo e que agora nos traz esta proposta de Decreto Legislativo Regional e que assim corrige esta desigualdade e esta injustiça criada entra profissionais com contrato em funções públicas e profissionais com contrato individual de trabalho.

Portanto, nessa medida, da parto do grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, nada teremos a opor relativamente aquilo que é proposto neste momento, pese embora, a demora verificada na sua apresentação.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PAN apoia totalmente esta iniciativa do Governo. Aliás, até tive a

oportunidade de ter uma reunião, foi a primeira reunião que eu tive como

parlamentar e neste caso com o Sindicato, onde eu estou habituado a quem

digam os erros os problemas existentes e fizeram uma reunião apenas para

dizer: "Sr. Deputado, por favor não mude nada. Fica exatamente como está". E

é isso que nos vamos fazer.

E é só isso que eu ia dizer, mas o Sr. Deputado atrás de mim, Tiago Lopes, tem

uma memória muito curta e então eu fui ao site do sindicato nacional dos

técnicos superiores de saúde das áreas de diagnostica e terapêutica e no dia 30

de julho de 2020 diz que o Governo Regional dos Açores falha compromissos

com os TSDT! E falha forte! E se alguém se lembra da campanha de 2020, em

agosto e em setembro, o Sr. deputado, outrora Sr. Presidente do Governo, teve

de ir a correr tanto para o sindicato dos enfermeiros, como para os dos TSDT

porque, se calhar, perdia votos numa altura em que estávamos aqui a contar os

votos para todos os partidos.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra, faça o favor.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

168

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar a velha frase "já não era para intervir", mas a Sra. Deputada Alexandra Manes chamou-me ao debate.

A Sra. Deputada Alexandra Manes também tentou aqui enviesar a história, é que em setembro de 2020 foi chumbada, com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, mas com os votos desfavoráveis da maioria socialista, a proposta do CDS que visava fazer esta reposição. Esse é que é o facto! Quando diz que o CDS tentou atropelar uma proposta do Bloco, isso não corresponde à verdade.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que veio depois!

O Orador: Posteriormente, relativamente aos nossos compromissos assumidos, se na oposição tínhamos um compromisso, obviamente que no Governo tínhamos que fazer e concretizar.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Mas qual era a proposta melhor para as pessoas? Era a sua ou era a nossa proposta!

O Orador: Se bem me lembro na altura, Sra. Deputada, o que dizia era que "assim abria-se a possibilidade de poder eventualmente ser mais do que 1.5 ponto, porque estávamos a dizer que era só 1.5 ponto e que assim poderia ser mais. E o foco da sua intervenção, na altura, e mesmo da iniciativa não era só 2004-2008 era, efetivamente, para reavaliação e reapreciação das carreiras e a valorização por cada ano de serviço.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Sr. Deputado, qual era a proposta melhor? Dar 2 pontos ou um ponto e meio?

O Orador: Por isso, não é exatamente como a senhora agora o descreveu e, por isso, é a clarificação!

A Sra. Deputada, já na altura tive a oportunidade de lhe dizer que, primeiro era a reivindicação dos próprios sindicatos, que era 1.5 ponto, no período de 2008-2018, essa era a reivindicação.

Além disso, também tinha a ver com uma questão de, já na altura, os enfermeiro tinham visto as carreiras serem valorizadas com 1.5 ponto e se nós começarmos a diferenciar, a distinguir e dar 2 pontos a umas carreiras, 1 ponto a outras e 1.5 ponto, estamos a criar iniquidades. E, na altura, aquilo que era a verdadeira justificação para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica terem 1.5 ponto, era porque, ao contrário, de outras carreiras, em que houve reposições salariais, em 2011, como o caso dos enfermeiros, que passaram a ganhar como licenciados, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica já o eram também e nunca viram a sua situação resolvida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E aqui, entro na intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes. O seu Governo estava mandato há 20 anos! Em 2004 podiam ter resolvido a iniquidade que estava a ser provocada.

Deputado Francisco César (PS): Também em 2012 era a altura ideal!

O Orador: E depois, também em 2011, quando reposicionaram os enfermeiros podiam ter feito o mesmo aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e não o fizeram!

E depois, em 2017, quando há a nova carreira, foi feita uma alteração no continente, foi feita na Madeira e o senhor, o seu Governo, do qual o senhor fazia parte, era diretor regional fez zero, nada!

Deputado Tiago Lopes (PS): Nada?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Nada! Agora não se lembra!

O Orador: Foi essa a compensação que os senhores deram aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica foi zero, Sr. Deputado, zero!

E depois, o Sr. Deputado Pedro Neves lembrou muito bem que foi em vésperas de eleições que o senhor, agora Deputado, Vasco Cordeiro, andou a correr com os sindicatos destas profissões. Foi com os enfermeiros, porque com os enfermeiros primeiro o acordo era só para os que eram do quadro. Depois, no

dia a seguir também já era para os CIT e, depois, a seguir a promessa aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica era: "se vocês votarem em nós resolvemos a situação a seguir". Este foi o facto!

E este foi o Governo do qual o senhor fez parte, numa tutela em que o senhor fazia parte e o que é que o senhor fez? Zero! Esse é que é o facto!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, é única e exclusivamente para repor aqui, fazendo esta resenha histórica, antevejo que, estamos a viver aqui o síndrome da unanimidade e vamos mais uma vez prolongar o debate para "chover um bocadinho no molhado", mas Sr. Deputado Tiago Lopes, deixe que lhe diga, não consegue refazer a história.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor também não!

O Orador: Os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica têm boa memória e sabem muito bem qual é que foi o compromisso e o trabalho desenvolvido pelo vosso Governo e aquilo que foi conseguido.

Pese embora, tenha havido este contratempo, em que foi possível para os contratos individuais de trabalho fazer logo esta reposição e para os contratos em funções públicas, por questões burocráticas da própria DROAP, teve que ser a Secretaria a fazer um DLR para efetivamente poder repor esta justiça e, por isso, a memória dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica está bem viva e, nesse particular, Sr. Deputado o seu histórico fala por si e, infelizmente, não diz muito bem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Este é um processo, cuja história é fácil de contar e eu vou cingir-me àquilo que é fundamental.

E aquilo que é fundamental é que esta injustiça, este ataque a esta classe foi mantida por parte do Governo do Partido Socialista durante todo o tempo em que teve de vigência. Mais do que isso, quando lhe foi apresentada uma proposta por parte do CDS-PP, essa proposta foi aqui inviabilizada pela maioria absoluta do Partido Socialista. É tão simples como isto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Este é o mesmo Partido Socialista que inviabilizou esta proposta quando era Governo, é o mesmo que agora se coloca se coloca a votar favoravelmente e a dizer que sempre concordou com este objetivo.

A prática e o passado demonstram que não, quando tiveram essa responsabilidade, quando tiveram essa capacidade votaram contra e inviabilizaram que fosse reconhecido a estes profissionais esta valorização da sua carreira. É tão simples como isso!

E, portanto, mais uma vez o Partido Socialista, nesta matéria, não faz *mea culpa*, não assume as suas responsabilidades, não diz "nós errámos". Não basta dizer que estamos a aprender muito e que estamos arrependidos de algumas coisas. Quando aqui são votados e discutidos temos específicos, o Partido Socialista diz sempre que já pensava assim, não teve foi tempo!

Não, não foi não terem tempo, tiveram 24 anos! Não quiseram fazer, não quiseram estabelecer esta justiça e restabelecer estes profissionais os seus direitos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, as pessoas sabem bem quem cumpriu os seus compromissos e quem lhes permite, finalmente, que tenham a viabilização das suas carreiras, que lhe seja reconhecida a valorização das suas carreiras. E estes são os partidos da coligação e que os apoiam. Não foi com o apoio do Partido Socialista que hoje, hipocritamente, se coloca atrás do Governo nesta matéria. Quando tiveram essa responsabilidade não o quiseram fazer e não o fizeram!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, obrigada.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra só para esclarecer o Sr. Deputado Tiago Lopes que na minha anterior intervenção não me tinha referido à resolução da Assembleia, onde, efetivamente, foi aprovada por unanimidade.

A questão é que, nessa altura, não é façanha nenhuma! Façanha era o Governo do PS quando pôde fazer alguma coisa, porque era Governo, tê-lo feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

A Oradora: Portanto, votar favoravelmente quando já não se é Governo, pois,

coragem foi que efetivamente nessa altura já o Governo do PSD e todos os

partidos que suportam a coligação, apoiaram e votaram favoravelmente e só

assim se conseguiu a unanimidade.

Considerar que um ano é demasiado para que este processo esteja concluído,

parece-me um bocadinho estranho, comparativamente aos anos anteriores. Mas,

essa pergunta, se calhar, poderemos fazer a qualquer técnico que conhecemos,

podemos perguntar ao Sr. Deputado Rui Martins ou a qualquer técnico que

conheçamos se acham que um ano foi muito tempo e não estão satisfeitos para

que hoje este assunto esteja resolvido.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

Eu vou começar a minha intervenção por aquela frase: "eu não era para intervir

neste diploma!". E, de facto, não era para intervir neste diploma, se bem que

174

intervim quando aprovamos a resolução, em março de 2021, e se os Srs. Deputados têm memoria, ao longo destes últimos 19 meses que levamos dessa legislatura, não raras vezes tenho falado precisamente da degradação dos rendimentos dos trabalhadores em funções públicas, dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores da educação. No fim de contas, todos aqueles que têm as suas carreiras congeladas há já bastante tempo e todos aqueles que têm vindo a ver degradar o seu rendimento, a cada final de mês, a cada mês que vence o seu rendimento.

Mas este diploma e esta reposição da justiça...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima))

Sr. Vice-Presidente, eu gostava que o senhor fosse um bocadinho mais cuidadoso, da forma como está aí na bancada enquanto um Sr. Deputado se está dirigindo à Câmara.

Isso é se o senhor quiser, se o senhor não quiser os Passos Perdidos são ótimos para esse tipo de conversa.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sr. Deputado, santa paciência para o aturar!

O Orador: Se não quer ouvir, não ouça! Eu não interrompo nada!

57 Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo todos sabem que eu sou talvez aquele que menos apartes faz.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor é dos Deputados que mais interrupções faz!

O Orador: Como eu ia dizendo, este é daqueles diplomas em que fica bem claro, para todos os açorianos perceberem, não só os técnicos de diagnóstico e não só as outras carreiras que nós aqui já resolvemos, mas fica bem claro para todos os açorianos o quanto é importante a alternância democrática, o quanto é importante um Parlamento mais plural, o quanto é importante ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o quanto é importante a representatividade de todos os açorianos nesta Casa.

Aquilo que nós agora vamos aqui fazer, que é aprovar por unanimidade este diploma que repõe justiça nas carreiras destes trabalhadores é resultado da alternância democrática, da representatividade democrática e da pluralidade democrática do Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (*PS*): E foi por isso que o PSD votou contra a última alteração da lei eleitoral, foi por causa da pluralidade democrática! Presidente: Muito obrigado, Sr. deputado.

Pergunto se há inscrições?

Deputado Francisco Coelho (*PS*): E foi por isso que o PSD votou contra a última alteração da lei eleitoral, foi por causa da pluralidade democrática!

(Pausa)

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, querer atribuir as culpas neste processo aos governos anteriores do Partido Socialista quando esta Assembleia, como eu disse há pouco, mandatou este Governo em março para cumprir uma recomendação desta própria Assembleia ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor veio contar uma anedota!

O Orador: ... é querer, ao fim e ao cabo, lançar aqui uma cortina de fumo, que já acaba por ser habitual por parte dos partidos que suportam este Governo.

Querer dizer que é culpa do Partido Socialista, o facto deste Governo nos apresentar uma proposta que propõe o pagamento dos acréscimos remuneratórios até 2024, mais de cerca de 29 meses, aos quais se juntam os cerca de 13 que, entretanto, também demoraram até chegar aqui a esta Assembleia esta proposta. Ao contrário da Região Autónoma da Madeira que apresentou, no ano passado, os pagamentos até 18 meses.

Quando se tenta lanar esta cortina de fumo e querer justificar por essa via esta inação com a inação de outros é, efetivamente, da parte deste Governo e dos partidos que o suportam, o assumir a incapacidade para fazer melhor.

É, ao fim e ao cabo, uma falácia política que nós, de certa forma, nos vamos acostumando a ver e a ouvir aqui nesta Casa.

Mas, como dizia o Sr. Deputado Rui Martins, ficámos a saber que a demora na apresentação que a demora na apresentação e na resolução deste problema teve origem no próprio Governo, foi a DROAP, segundo as palavras do Sr. Deputado Rui Martins que criou entropia para que esta proposta demorasse mais de um ano a resolver uma injustiça que foi criada entre profissionais com contrato individual de trabalho e profissionais com contrato de trabalho em funções públicas.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A injustiça não era essa!

O Orador: Mas, como diziam também aqui alguns senhores deputados a história, efetivamente, não se apaga!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nem prescreve!

O Orador: E a história não se apaga e importa relembrar. Relembrar que em 2013 a OCDE assinalou que o Governo de Pedro Passos Coelho, também na

altura de coligação, cortou o dobro daquilo que era exigido no memorando da Troika. Quando o Governo do PS tomou posse, entre 2015 e 2019, na área da saúde foram recuperados 1400 milhões de euros que tinham sido cortados no tempo do governo da coligação PSD, CDS do Governo de Pedro Passos Coelho.

Importa recordar que foi também o Governo de Pedro Passos Coelho que diminuiu o número de efetivos no Serviço Nacional de Saúde, procedeu a cortes salariais, aumentou o horário de trabalho, reduziu os subsídios e reduziu os períodos de descanso, mas, se calhar, foi graças a essa governação que entre 2012 e 2019 esta Região conseguiu atrair e contratar mais de 50 profissionais, neste caso, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que vieram exercer funções para o Serviço Regional de Saúde.

Importa referir só aqui uma pequena nota, porque passou pouco tempo sobre isso. Ainda há poucos dias houve uma greve e passo a citar: "Na Região ainda falta fazer a contagem do tempo de serviço que está despachado pelo anterior Governo". Ou seja, quando se diz que o anterior Governo não fez nada, vem um dirigente sindical, que este Governo ainda não cumpriu um compromisso assumido pelo anterior Governo. Isto foi dito por quem? Pelo Sr. Deputado na Assembleia da República, do PSD, Francisco Pimental, também, e curiosamente, dirigente sindical.

Portanto, por isso é que eu digo, quando este Governo tenta lançar esta cortina de fumo, querendo dizer que não se fez porque a culpa é do PS, volto a relembrar, esta Assembleia, em março de 2021, mandatou este Governo para resolver este assunto, que demorou mais de um ano a chegar aqui entre nós.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da Bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde, faça o favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Num momento positivo deste Parlamento, que está a repor justiça, está a fazer com que profissionais de saúde desta Região passem a receber a justa renumeração, em que os sentimentos deviam ser esses mesmos positivos. Notamos aqui uma, não estranha, - devo confessar – chateação, incómodo da coligação Bloco de Esquerda- PS.

A coligação Bloco de Esquerda-PS, mesmo quando as coisas são fitas e quando resolvemos, há sempre um "mas", há sempre uma coisa que corre mal, há sempre uma chatice.

Deputada Alexandra Manes (BE): OH! Eu não queria dizer mais nada!

O Orador: Abram o coração, abram a cara, com a responsabilidade e vontade que têm que isto corra bem. Todos estamos disponíveis para vos acolher nas soluções que são importantes para a Região e, no caso particular, do Serviço regional de Saúde.

Eu não vou entrar na discussão da paternidade, de quem é o "pai da criança" deste diploma. O pai disto são os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que andaram, anos e anos e anos há espera desta solução!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Estes sim, são os pais desta solução!

Porque a solução, quem a está a apresentar ao Parlamento é este Governo. Poderia ter sido o Governo anterior, mas não foi. É este Governo que está a apresentar. Poderia ter sido o Governo anterior, mas não foi!

Mas, os pais da coerência são o PSD, o CDS, o PPM, o Bloco de Esquerda....

XII Legislatura

Deputado António Lima (BE): Pais da coerência?

O Orador: ... que antes defenderam esta solução e agora continuam a defender esta solução! São sim os pais da coerência e em política a coerência e a incoerência dizem muito dos fundamentos da ação da cada partido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não falo do PN, nem do Chega porque não tinham Representação Parlamentar quando esses diplomas vieram aqui.

Mas, a verdade é que estes partidos defenderam isto, antes e depois. O PS antes estava contra por duas vias, no Parlamento porque votava contra as propostas e como Governo, porque não fazia nada para resolver um problema de tantos anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata ainda há pouco, e estava a pensar isso exatamente no início deste debate, também para os técnicos superiores de diagnostico e terapêutica desta Região a mudança foi importante! Também eles beneficiam da mudança!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS que corre aí bufando, também pelas redes sociais e pelos contactos de boa a boca: "temos que voltar ao Governo, temos que voltar ao Governo". Querem voltar ao Governo para continuar a não fazer aquilo que não fizeram, quando deviam ter feito. É para isso que querem voltar ao Governo, mas a mudança foi exatamente demonstrativa da relevância deste processo e da justeza das reivindicações dos técnicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A posição do Partido Socialista sobre esta matéria, hoje, não me surpreende. O que me surpreende foi quando ouviram os técnicos de diagnóstico e terapêutica, ainda há poucos dias atrás, e fizeram uma declaração pública que eu li duas vezes para perceber se aquilo era verdade.

Então diziam eles que deve ser uma prioridade! Sim, agora é uma prioridade! Mas porque é que já não foi antes!? Antes não era prioridade, mas o PS agora precisou ir para a oposição para perceber que isto era uma prioridade.

Depois, diz que "se tivesse vontade política já podia ter resolvido!" Homessa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde 2004!

O Orador: Se tivesse vontade política podia ter resolvido!? Os senhores tiveram tanto tempo e com nenhuma vontade política para resolver porque não resolveram! Mas tem a lata de vir dizer que se tivesse vontade política tinha resolvido!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor a falar de lata!

O Orador: E vem dizer que, desde abril, é preciso não saber do que é que estão a falar, porque a convenção coletiva de trabalho que aplica aos contratos individuais de trabalho este acordo negociado de forma séria, transparente e leal com os sindicatos foi publicado no Jornal Oficial de 22 de outubro de 2021. Por isso, dizer que era em abril é uma confusão tremenda.

Os contratos individuais de trabalho foram publicados em outubro de 2021, tivemos Plano e Orçamento, iniciou-se o ano ... estes processos implicam um

conjunto de levantamentos de posições remuneratórias, de tempos de serviço, que leva tempo e detetou-se que a forma mais eficaz de resolver era através do envolvimento Parlamentar e de uma iniciativa legislativa, concertado com os respetivos sindicatos.

Ainda bem! E é este Governo que está exatamente a resolver, por isso, eu percebo o incómodo, do Partido Socialista, fundamentalmente, de se perceber que tem que tem que ser este Governo a resolver uma coisa que o Governo anterior, efetivamente, não resolveu.

Podia ter resolvido, para além de que, diz o Sr. Deputado Tiago Lopes que o Governo devia ter apresentado uma proposta de Decreto Legislativo Regional antes, sim, o Governo do PS podia ter apresentado uma proposta de Decreto Legislativo Regional antes e não apresentou ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, podia ter apresentado um projeto de Decreto Legislativo Regional nesta legislatura e não apresentou. Mais uma vez, tem de ser o Governo a apresentar a proposta. Está apresentada e vai ser debatida.

O Governo do PS e peço perdão por não ter feito essa referência, mas vou fazêla, fez alguma coisa e o que é que fez? Fez, o Governo do PS de 24 anos, fez publicar em Jornal Oficial, no dia 25 de novembro de 2020, o acordo com os sindicatos em que diz que atribuía 1 ponto. Isto é, há eleições em outubro, este Governo toma posse a 24 de novembro e o Governo anterior faz sair um acordo coletivo depois de já não estar em funções! Isto diz muito da absoluta falta de fundamento do Partido Socialista, neste processo! Diz tudo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É verdade!

O Orador: De resto, percebe-se o incómodo do Partido Socialista. Vemos agora aqui o Sr. Presidente do Partido Socialista e anterior Presidente do Governo que nos debates da saúde está sempre muito recolhido, ainda ontem na Sessão de Perguntas estava na terceira fila ...

Deputado Tiago Lopes (PS): E o Sr. Presidente do Governo onde é que está?

O Orador: Eu percebo que para o presidente do PS as questões de saúde são sempre muito incómodas, pelo negativo património que deixou a esta Região e aos profissionais de saúde. Percebo tudo isso!

Mas, a verdade é que, também neste caso, para além de tantas e tantas situações e para falar na saúde, nos profissionais de saúde, nos enfermeiros, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, nos farmacêuticos, das carreiras gerais, como ainda hoje reunimos com mais um sindicato, é este Governo que está a resolver os problemas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Num ano e meio! Não é muito tempo, é num ano e meio! E, da parte do Partido Socialista o que se vê é um incómodo cada vez mais pálido, cada vez mais sem cor, perante aquilo que é o resultado do trabalho desta governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isto que nos distingue! E a distinção e a comparação são importantes porque o eleitor, que é o mais importante agente da vida democrática, que é cada eleitor, tem de decidir perante o confronto, perante a comparação, perante aquilo que distingue uns dos outros.

E, neste caso concreto, a distinção é bem clara, é bem evidente, ente uns que querem fazer e não fazem e uns que querem fazer e fazem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto

Legislativo Regional n.º 36/XII, que estabelece as regras e procedimentos

relativos ao processo de descongelamento ca careira especial de técnico

superior das áreas de diagnóstica e terapêutica.

Vamos iniciar aa votação pela generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como

estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII foi

aprovada por unanimidade na votação na generalidade.

Presidente: Iniciamos o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e os Srs. Deputados o diploma tem nove artigos, nenhum deles foi alvo de

proposta de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em

conjunto?

Estão à votação os nove artigos do diploma:

184

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII foi aprovada por unanimidade em votação final global.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, faça o favor, para uma Declaração de Voto.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Peço a palavra para uma declaração de voto porque no CDS consideramos que a provação deste DLR é o culminar de todo um trabalho e de um compromisso que era pessoal, do CDS e do Presidente deste Partido, que, para com estes profissionais, quando confrontados com a situação de discriminação ou de desigualdade que estavam vetados do ponto de vista de reformulação das carreiras e da correta e justa contabilização de serviço, assumimos o compromisso de trazer uma solução a esta Assembleia. Fizemos esse trabalho, na altura foi chumbada pela maioria socialista, mas não desistimos e a seguir às eleições, estando no Governo, este Governo de coligação fez, efetivamente, agora aprovar ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e é um culminar de um trabalho de todos e efetivamente o mérito deve ser dado à perseverança dos técnicos que não desistiram e das entidades sindicais representativas desta classe profissional que nunca desistiram desta justa reivindicação e que, quando chamados a colaborar com este Governo disseram "presente" e contribuíram para que tivéssemos agora aqui um Decreto Legislativo regional que repõe a justiça.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados informo que acompanha os nossos trabalhos, na Galeria, um antigo Deputado desta Casa, José Manuel Nunes, a quem saúdo, em nome deste Parlamento.

(Aplausos da Câmara)

Para uma Declaração de Voto, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente este diploma porque é fruto de um trabalho coletivo e que, volto a tomar a liberdade de citar o parecer do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores que respalda e espelha as posições defendidas por este sindicato: "hoje ficam a ganhar todos os técnicos superiores de diagnóstico e todos os açorianos!.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 45 minutos.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nosso trabalhos.

Eram 18 horas e 51 minutos.

Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Relativamente ao ponto 8 da nossa Agenda, o Governo retirou a iniciativa.

Avançamos assim para o ponto 9 - **Proposta de Resolução n.º 3/XII – "Conta**

da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020", apresentada pelo

Governo Regional dos Açores.

Regem o debate e a votação deste diploma os artigos 166.º e 168.º. Os tempos

são os que habitualmente utilizamos para os outros diplomas do processo

legislativo comum.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte

Gomes, relator da Comissão de Economia. Faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Vilson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

II Sessão Legislativa

RELATÓRIO E PARECER CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ANO DE 2020

PONTA DELGADA, 12 DE ABRIL DE 2022

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2020, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em relação à análise na especialidade, à Comissão, apresenta as seguintes considerações e notas:

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional, em 2020, atingiu o valor de 1.840,9 milhões de euros.

As receitas próprias apresentaram uma redução de 2% com as receitas fiscais a atingir os 660 milhões de euros.

Por sua vez, as transferências diminuíram 6%, tendo atingido os 367 milhões de euros, dos quais, 86% resultantes do orçamento de Estado e 14% da União Europeia.

Relativamente à despesa, a despesa global consolidada do sector público administrativo regional, atingiu o valor de 2.476,5 milhões de euros, sendo 69% de despesas correntes e 31% de despesas de capital.

Nas despesas correntes, destacam-se os 566,1 milhões de euros de despesas com pessoal e os 326,5 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços.

As Despesas de Capital, no valor de 768,4 milhões de euros, representaram 31% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1.582,4 milhões de euros, atingiram 65%.

No que concerne às despesas de capital, destacam-se as transferências, com 326,4 milhões de euros (42,5%), os passivos financeiros, com 323,8 milhões de euros (42,1%) e aquisições de bens, com 58,6 milhões de euros (7,6%).

Quanto à análise das despesas por funções, as funções sociais representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde e a Educação com 46.3% do total da despesa.

No que concerne ao plano de investimentos, o valor global do Investimento Público realizado em 2020, ascendeu os 567,1 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 75,7%.

Acresce que, no final de 2020, a dívida global da Administração Pública Regional Direta, serviços e fundos autónomos, entidades públicas reclassificadas, apresentada pelo tribunal de Contas ascendia a 2.208,6 milhões de euros.

Ao total da dívida financeira é deduzida a dos 3 hospitais pelo facto de ter sido assumida pela Região Autónoma dos Açores no valor de 79.2 milhões de euros.

Em relação ao património, o património não financeiro da Região Autónoma dos Açores é constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes e se o valor líquido, no final de 2020, atingiu o valor de 1.006,1 milhões de euros.

Além disso, os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras e por créditos resultantes de empréstimos concedidos e demais entidades controladas pela Região.

Por isso, no final de 2020, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 278 milhões de euros. Neste sentido o ativo era superior ao passivo, o que significa que o capital próprio global era positivo em mais de 320.1 milhões de euros.

Os resultados líquidos globais de 2020 foram negativos em 74 milhões de euros e no seu conjunto, as entidades do SPER e as entidades controladas pela Região, representaram, em 2020, cerca de 6.62% da população empregada na Região Autónoma dos Açores.

Relativamente às recomendações do Tribunal de Contas, o coletivo do Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de cumprimento do conjunto de recomendações formuladas anteriormente, tendo concluído que das oito recomendações anteriormente efetuadas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017 que se mantêm atuais, duas foram acolhidas parcialmente e seis não foram acolhidas, que se encontram em anexo a este relatório.

Após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2020, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, a Comissão de Economia entendeu por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções, com reserva de posição para Plenário, do PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, que a Conta da Região de 2020 está em condições de ser aprovada por esta Assembleia.

Refira-se ainda que este relatório foi aprovado por unanimidade.

Disse.

Graciosa, 12 de abril de 2022.

O Presidente, José Ávila

O Relator, Vílson Gomes

O relatório encontra-se disponível no seguinte link: http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR003_5.pdf

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado António Vasco Viveiros a quem dou a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Discutir e analisar a conta da Região relativa a 2020, após o debate de urgência promovido pelo Governo no Plenário do passado mês de maio, sobre a situação financeira da Região, no final de 2020, poderia afigurar-se extemporâneo.

Porém, o parecer do Tribunal de Contas sobre a referida conta acrescenta muita matéria, para além da discussão então realizada.

O juiz, sobre a conta de 2020, constante no parecer do Tribunal de Contas, tal como 2016, 2017, 2018 e 2019, menciona e citamos: "o tribunal considera que a conta da Região Autónoma dos Açores de 2020 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes." Esta valorização negativa do Tribunal de Contas, em cinco anos consecutivos, merece apreensão, sobretudo, porque apesar de melhorias pontuais, as recomendações mantêm-se em número elevado, sendo muitas delas reiteradas.

Relativamente ao acompanhamento das recomendações, anteriormente formuladas pelo Tribunal, quer no parecer de 2019, quer nos pareceres de anos anteriores, constatou-se que foram acolhidas duas recomendações reiteradas e quatro foram acolhidas parcialmente, sendo que não foram acolhidas nove recomendações.

O Tribunal formulou em 2020 apenas três recomendações com o objetivo do Governo se concentrar no seu esforço nas que são consideradas mais relevantes. Continua a existir uma linha comum nas recomendações por cumprir: falta de informação e de transparência na conta da Região. O tribunal vem manifestado um conjunto de preocupações, ao longo dos últimos anos, que desde sempre partilhamos.

Primeiro, a necessidade de controlar o crescimento do endividamento, fora do perímetro orçamental, cujas responsabilidades constituem final encargo da Região.

Segundo, a necessidade de continuar a reestruturação do Setor Publico e Empresarial e de alargar a reestruturação aos serviços e fundos autónomos.

Em, 2021, o atual Governo, reiniciou o processo de distinção de empresas públicas.

Terceiro, criar mecanismos que permitam uma distribuição equitativa de verbas pelas autarquias, corrigindo a prática até agora seguida que beneficia uns, em detrimento de outros, sem qualquer critério, para além do domínio partidário.

Por exemplo, os municípios da Praia da Vitória com 21%, Angra do Heroísmo com 17% beneficiaram em conjunto de quase 40% dos apoios atribuídos pelo Governo Regional ao conjunto das 19 autarquias dos Açores, sendo aquelas duas afetas ao Partido Socialista.

Ao nível das freguesias, quase 33,5% das transferências, cerca de 800 mil euros, concentraram-se em apenas 10, das 155 freguesias situadas nos Açores, concretamente: Capelas, Fajã de Baixo, Maia, Santo António, Arrifes, Pico da Pedra, Santa Bárbara, Calheta de São Jorge, Santa Cruz – Lagoa e Ginetes, na sua maioria, ou nove delas, afetas ao Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De acordo com o Tribunal de Contas a dívida total do Setor Público Administrativo Regional, financeira e não financeira, abrangendo as entidades do Setor Público Administrativo e entidades classificadas, no final de 2020, atingiu 2.489 milhões de euros, mais 368 milhões de euros que no ano anterior. Mas, na verdade, as responsabilidades totais da Região são superiores, se adicionarmos as responsabilidades do SPER, fora do perímetro orçamental, das parcerias público-privadas e contratos ARAAL no valor de 624 milhões de

euros, ultrapassando no seu conjunto das responsabilidades da Região, mais de 3500 milhões de euros.

Tem sido tema de discussão neste Parlamento o critério da divida pública, sendo que o anterior Governo e o Partido Socialista apenas consideram o critério da dívida bruta, adotado pela Eurostat. É uma forma redutora de encarar a realidade, por mera conveniência política e partidária, numa tentativa de esconder dos açorianos as suas responsabilidades financeiras futuras, desresponsabilizando deste modo a governação socialista.

Mas importa, em matéria de parcerias público-privadas, mencionar o que refere o tribunal de Contas e citamos: "Com a transição para o referencial contabilístico do Sistema Nacional de Contabilidade, a Administração Pública, com a aplicação das normas 4 e 18 as responsabilidades das parcerias público-privadas, com a aplicação destas normas, terão um impacto significativo a este nível, ou seja, na dívida ao Setor Público e Administrativo. Ou seja, as parcerias público-privadas, ao contrário do que disse o Governo anterior e ainda diz o Partido Socialista, passarão a ser consideradas dívida pública e não apenas responsabilidades futuras.

É nosso entendimento que deve ser considerada e equacionada, para além da dívida bruta, tal como consta do critério do INE também dívida não financeira e ainda todas as restantes responsabilidades, cujo pagamento ou reembolso será, de uma maneira ou de outra, encargo de orçamentos regionais presentes e futuros.

Relativamente às responsabilidades das entidades fora do perímetro orçamental afirma o Tribunal de Contas e cito: "Em contabilidade pública esta dívida não está contabilizada na dívida pública regional, mas é geradora de responsabilidades contingentes para a Região."

Em 2020 agravou-se a situação do Setor Público Empresarial, quer nas empresas reclassificadas, que nas que se encontram fora do perímetro

orçamental e, sobre este assunto cito apenas o Tribunal de Contas: "Em síntese, a generalidade dos indicadores evidencia que a posição financeira e o desempenho económico das entidades sob controle da Região Autónoma dos Açores se deterioraram, de forma significativa, mantendo a tendência observada em anos anteriores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2020 a taxa de execução de Plano de Investimentos baixou relativamente ao ano anterior, sendo de apenas 75.7%, ficando por executar 181 milhões de euros. Aliás, nos quatro anos da última Legislatura das verbas inscritas nos respetivos planos, ficaram por executar cerca de 508 milhões de euros.

O XIII Governo, em apenas 18 meses, em funções, já deu provas que acolhe muitas das preocupações do Tribunal de Contas, tendo tomado medidas concretas, designadamente em matéria de reestruturação do SPER ou na conta de 2020, no cumprimento relativamente ao fim do período complementar de inserção orçamental ou ainda no plano de investimentos para 2021 e 2022 transferindo algumas despesas do plano, com natureza de despesas de funcionamento, para o orçamento corrente, demonstrando assim que está no bom caminho.

Bem sabemos que este caminho é longo, sobretudo, na inversão do crescimento da dívida pública. Entendemos que as políticas incluídas no programa do Governo conduzirão os Açores para novos patamares de crescimento económico e melhor afetação de recursos públicos, condição essencial para a melhoria das nossas finanças públicas.

Concluindo, face às dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas, em matéria de fiabilidade da Conta de 2020, o voto do Grupo Parlamentar do PSD será de abstenção.

Deputado Rui Martins (CDS-PP) e **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Muito bem!

XII Legislatura Número: 74

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima faça o favor, tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje a conta da Região de 2020, num momento em que o atual governo já promoveu um debate que versou sobre grande parte das matérias que serão abordadas neste ponto da agenda.

Há por isso um ponto de partida para este debate que é uma análise à análise do governo regional à conta da Região.

- · O Secretário das Finanças anunciou recentemente, ao cêntimo, o valor das "responsabilidades financeiras futuras" da RAA 3,6 mil ME;
- Ao mesmo tempo que procedeu ao cálculo deste valor, ao cêntimo, numa manifestação de falta de rigor, introduziu o conceito de "responsabilidades futuras da RAA". Um conceito altamente discutível e não definido em nenhuma legislação ou normativo relativo a contas públicas.
- · A dívida pública, na ótica de Maastricht, de acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal e pelo INE relativa à RAA, ascende a 2,4 mil ME.
- Em termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC), um conceito mais abrangente relativamente à ótica de Maastricht, são incluídas as dívidas comerciais.
- De acordo com o parecer do Tribunal de Contas sobre a conta da Região Autónoma dos Açores o valor da divida comercial ascende a, pelo menos,

274M euros. Chega-se assim a um valor da divida (financeira e comercial – em linha com o SEC) de 2.679M euros.

- · Ao valor da dívida pública, calculado de acordo com os critérios do Sistema Europeu de Contas Nacionais, quis o secretário das Finanças somar o valor atualizado das responsabilidades / rendas futuras das PPP, bem como os passivos das empresas públicas não reclassificadas (EPnR).
- À soma de todas estas parcelas (dívida pública em contas nacionais, valor atualizado das rendas das PPP e passivos das EPnR) chamou "responsabilidade financeiras futuras" para dar a ideia que essa era a verdadeira dívida da RAA e que só agora era divulgada. O que é falso.
- É importante conhecermos os valores atualizados das responsabilidades futuras com as PPP, como é imprescindível conhecermos as demonstrações financeiras das empresas de que a RAA é "acionista".
- · Mas não é correto somar a divida publica com o Valor atualizado Líquido das PPP. São situações diferentes e não podem ser colocadas no mesmo "cesto".
- · O VAL das rendas futuras das PPP, de acordo com o parecer do TC sobre a conta da RAA, ascende a 604M. É um valor que devemos conhecer, divulgar, escrutinar, mas que não deve, nem pode, ser somado à dívida pública.
- Para além disso, o Secretário das Finanças, por sua iniciativa, e sem qualquer fundamento técnico, decidiu incorporar o valor, calculado ao cêntimo, de 251.870.645,35 euros de dívida financeira das entidades públicas não reclassificadas (EPnR), excluindo a EDA, no cálculo das "responsabilidade financeiras futuras" da RAA.
- · As EPnR são as entidades que fazem parte do Sector Público Empresarial, cuja produção é considerada mercantil de acordo com os critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC).

- · Em contraponto com as Empresas Públicas Reclassificadas EPR, as contas das Empresas Públicas não Reclassificadas não contam para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas;
- Não faz qualquer sentido somar os passivos das entidades publicas não reclassificadas ao que o governo chama de "responsabilidades financeiras futuras" da RAA. São empresas de natureza mercantil, assim classificadas pelo INE, e com capacidade para gerar receitas para cumprimento das suas obrigações.
- Se, porventura, este conjunto de empresas fosse incluído na listagem do INE como empresas publicas reclassificadas EPR, então, em termos de consolidação de contas, ter-se-ia de anular as dívidas da RAA a estas empresas. Assim, ter-se-ia de deduzir a dívida da RAA à SATA de 33,7M mais a dívida da RAA à Portos dos Açores de 44,1M num total de aproximadamente 78M euros. (estes valores estão incluídos nos 274M de euros de dívida comercial apurados pelo TC e detalhados pelo Sr. Secretário), que sub-repticiamente procura empolar o que chama de "responsabilidades futuras"
- · O rigor das contas ao cêntimo tem aqui um erro de 78 Milhões de euros, no seu critério:
- · Toda a análise aos passivos das EPnR, excluindo a EDA, revelam uma total falta de rigor e de critério.
- Finalmente a exclusão da EDA na análise dos passivos financeiros das EPnR: ? Sr. Secretário qual foi o critério, que suporte técnico, a que suporte normativo recorreu para considerar que a EDA devia ser a única EPnR que efetivamente devia gozar desse estatuto, em contraponto com todas as outras EPnR assim classificadas pelo INE?
- Faz todo sentido conhecer as demonstrações financeiras dessas empresas, onde se inclui a dívida financeira e comercial, das EPnR incluindo, e nunca excluindo, a EDA.

Não faz qualquer sentido somar os passivos financeiros e comercias, definidos não se sabe bem como, das EPnR excluindo a EDA, a um valor que se chamou "responsabilidades financeiras futuras "que não se conhece o critério nem qualquer normativo que o suporte."

Assim se demonstra a falácia que o governo quer criar em volta da dívida pública da Região.

Mas, façamos um exercício, supondo que o critério do Governo era legal e tecnicamente correto, comparemos a conta de 2020 com o que já se conhece e que é responsabilidade deste governo.

Foram recentemente publicados pelo Banco de Portugal os dados referentes à dívida da RAA no final do 1° trimestre de 2022. São 2.725ME.

No final de 2021 eram 2.685ME.

No final de 2020 eram 2.405ME.

Desde dezembro de 2020, a dívida financeira na ótica de Maastricht aumentou 320ME;

Os serviços já contratados e ainda não pagos relativos aos transportes aéreos inter-ilhas, para os próximos 5 anos são 140ME, uma responsabilidade futura, na ótica do Sr. Secretário Regional.

O Plano de reestruturação da SATA, já acordado com Bruxelas, prevê um acréscimo de dívida (em avales) de 135ME. Responsabilidades futuras, na ótica do Sr. Secretário e deste Governo.

Assim temos, um aumento de responsabilidades financeiras futuras, já conhecidas, desde que este governo tomou posse de 600ME.

Sr. Secretário, seguindo o seu critério, este governo em 18 meses aumentou as responsabilidades futuras da RAA em 600ME!

Sr. Secretário, em primeiro lugar, disse que ia fazer uma provocação: Sr. Deputado da Iniciativa Liberal o que é que tem a dizer a isto?

600 ME em 18 meses é obra!

Mas isso era se eu não fosse sério e quisesse usar um critério que não existe em lado nenhum, a não ser para este Governo.

Eu aconselhava o Governo a tentar deixar de criar critérios contabilísticos novos, porque daqui a alguns dias eles irão virar-se contra o próprio Governo.

É um conselho! Eu sei que os conselhos se fossem bons, não se davam, mas é um conselho.

Resta saber é o motivo por que o Governo inventa critérios sobre a dívida pública, Não acredito que seja só e apenas para atacar o Partido Socialista, há outros motivos e eu suspeito que vamos conhecê-los muito em breve, talvez já o próximo orçamento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Alerto que este debate é sobre a conta da Região de 2020,

Deputado António Lima (BE): Só falei da Conta da Região!

Vamos então dar continuidade ao debate.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a analisar a conta da Região do ano de 2020, em que pareceme que é necessário clarificar aqui alguns aspetos que foram identificados e foram pronunciados pela análise que foi feita por vários partidos, no caso, pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda, à conta da Região de 2020.

Nesse entendimento eu queria destacar o facto de que o Partido Socialista não adotou nenhum critério para a contabilização da dívida da Região, isso é um facto indesmentível e que o próprio Tribunal de Contas identifica e confirma que a dívida situa-se nos 2 milhões e 490 euros e que não houve qualquer critério que o Partido socialista tivesse em relação a esta matéria e são dados e são factos que o Tribunal de Contas confirma e identifica esta situação.

Mas, também e bom perceber aqui um aspeto essencial, no nosso entendimento, que tem a ver com a questão que em 2020 a dívida pública regional representava 57% do PIB regional, ou seja, praticamente metade do da Madeira, que se situa-se nos 114,5% e menos de metade do país que se situa nos 135,2%.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O mal dos outros não nos serve!

O Orador: Os Açores representam 0.008 da dívida pública do país, ou seja, quatro vezes menos, em termos per capita...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O homem do superavit!

O Orador: ... do que o resto do país.

E é neste seguimento que é importante clarificar e compreender a questão que é essencial, que em 2020 por passarmos por momentos excecionais é que a divida da Região, sim aumentou. Aumentou, mas também foi apenas nesse sentido e nessa forma excecional que, como todo o mundo, a dívida pública nos Açores, por exemplo, cresceu 14%.

Mesmo após 2020, e esse é um dado relevante, na sequência da Covid 19 todos os países do mundo aumentaram. Não há aqui qualquer exceção. Todos os países do mundo aumentaram substancialmente a dívida pública, para fazer, naturalmente, face aos desafios que a pandemia nos trouxe e esse é um dado que deve ser relevado.

Também neste sentido, na redução da dívida pública, importa evidenciar que a dívida pública na região continua a ser inferior ao objetivo final da redução pública da dívida para a Europa em 2030. Portanto, a Região, em 2020, tinha um caminho definido para que a redução da dívida pública continuasse e que tivesse os resultados que estamos aqui hoje a clarificar.

Mas há aqui um dado que penso que importa não esquecer e importa relevar que tem a ver com 2021.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não estamos a falar de 2021!

O Orador: Só em 2021 este Governo já aumentou a dívida bruta, (segundo o

Instituto Nacional de Estatística, não é segundo dados do Partido Socialista) em

12%, em relação a 2020.

Ou seja, este aumento é quase o dobro do crescimento anual verificado entre os

anos 2015 a 2019.

Em 2021, destaco mais uma vez e repito, o ano do início da retoma dos

impactos gerados pela Covid 19 este Governo aumentou a dívida da Região em

280 milhões de euros.

Sras. e Srs. Deputados são dados do Instituto Nacional de Estatística, não são

dados nem referidos ou identificados pelo Partido Socialista, o INE evidenciou

estes dados.

E importa perceber se a Região continua neste caminho, em que dívida nós

vamos parar e essa herança pesada, sim, que nos vão deixar para a Região, para

o Partido Socialista um dia poder resolver.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima as suas contas estão erradas e é fácil demonstrar

isso.

Em primeiro lugar, quanto às empresas não incluídas no perímetro orçamental.

Se lesse os relatórios do Tribunal de Contas com cuidado, de anos anteriores, a

questão e esta: é evidente que não entram para a dívida bruta, agora a dívida

bruta é um critério do Eurostat que se adapta a países com determinadas caraterísticas.

(Apartes inaudíveis do Deputado António Lima (BE))

O Orador: O Sr. Deputado quer ouvir ou não quer ouvir?

Se adaptar à Região deixa de fora responsabilidades da atual e das futuras gerações e é uma forma de enganar as pessoas, é uma forma de não praticar a democracia financeira.

E aquilo que tem a ver com as empresas não reclassificadas tem a ver com o seguinte, é que há empresas que se são autossustentáveis, e se o Tribunal entende que elas geram receitas para as suas despesas e para aquilo que é o serviço da dívida que tem no presente e no futuro, não são preocupação, como é o caso da EDA., que para além disso, é uma empresa que em 49% é privada e em 51% do seu capital é que é pública. Foi um critério que o Tribunal adotou, no sentido que essa empresa não constitui responsabilidade ou preocupação futura naquilo que é a responsabilidade do orçamento da Região.

Deputado António Lima (BE): Isso é uma avaliação política!

O Orador: Mas se, nessa matéria, Sr. Deputado, se ler o relatório de anos anteriores (eles não são sempre iguais, do ponto de vista dos critérios), mas se ler três ou quatro anteriores tem lá as explicações relativamente a isso.

Por exemplo o caso da SINAGA, que toda a gente percebia que a sua atividade não gerava meios para o pagamento da dívida, o tribunal sempre considerou que aquilo no fundo era uma responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mas, relativamente à dívida de 2021 e aqui também, Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, vamos lá ver uma coisa: nós temos, relativamente a 2021, a notificação por défice excessivo, a primeira notificação de 2021 e que diz o seguinte: "saldo em contabilidade pública em 2020 – 264 milhões de euros. Saldo em 2021 – 89.8 milhões de euros". Que era, exatamente, aquilo que estava no orçamento da Região. Quando o Sr. Deputado, e mal, fala nos 280, nesses 280 estão incluídas responsabilidades da SATA que o Eurostat considerou que passaram a ser responsabilidades da Região, que já tinham aval da Região

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor era obrigado saber isso!

O Orador: Fez confusão, não foi por má-fé, mas fez confusão, quando não tinha necessidade nenhuma, tecnicamente, de mostrar uma cosia e outar e a verdade é essa, é que em 2020 — ano de covid — o saldo em contabilidade pública foi 264 milhões de euros e o tribunal o que disse foi que as despesas do Governo em Covid, em 2020, foram 77.7 milhões de euros, ou seja, nem tão pouco pode argumentar com as despesas de Covid!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Em 2020 aconteceram no montante de 77.7 milhões de euros e, portanto, nós estamos a falar de 264, Sr. deputado e as despesas do Covid foram 77! É só isso, é uma questão de interpretar.

E em 2021, há uma melhoria substancial em termos daquilo que é o saldo da contabilidade pública. O que há é a contabilização de responsabilidades da SATA que entraram para o cálculo da dívida pública da Região por critérios do INE e bem, tal como tinha entrado, por exemplo, em 2018, um aval que a SATA recebeu do Governo, ilegal, de 65 milhões de euros e que o INE considerou que era responsabilidade da dívida pública e, portanto, os critérios são idênticos, o que aconteceu em 2021, em 2018 e em 2020. Portanto, Sr. Deputado Vílson Gomes, se tiver o cuidado de estudar isso com mais profundidade verá que não cometerá o mesmo erro. **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Agora, aquilo que nos sempre defendemos e mantemos, agora poderia ser mais cómodo, esquecer um conjunto de dívidas e o exercício que deve ser feito e o seguinte: se a Região não tivesse as responsabilidades para as

II Sessão Legislativa

parcerias público privadas, financeiramente estava melhor ou pior? Estava pior! Porque é um encargo que tem até 2040 e, portanto, de alguma maneira e com algum critério nós temos que ter em conta isso. Nem que seja por uma questão de previdência. Perceber que aquele encargo será pago pela atual e pelas futuras gerações.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É tão simples, quanto isso! E nós defendemos isso no passado e vamos continuar a defender no futuro. Aquilo que disse o Sr. Secretario, a preocupação deste Governo, nesta Legislatura, em princípio no próximo orçamento é não aumentar a dívida publica, porque para os a dívida pública é uma forma redutora do crescimento económico. Nós temos exemplos de países do leste da Europa, que cresceram

(Apartes inaudíveis da Deputada Andreia Cardoso (PS))

O Orador: E a Sra. Deputada Andreia Cardoso nunca se cala aqui à frente, incomoda, fica-lhe mal a si, estar permanentemente nessa ladainha. Fica mal, mande um aparte, agora estar permanentemente incomoda e fica mal, sobretudo a si. Esse programa é transmitido na televisão, se calhar já passa das 6h, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A si também fica mal esse exercício!

O Orador: Mas fica mal-estar permanentemente... quando fala nunca estive a interromper as suas intervenções!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Fica-lhe mal!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fica-lhe mal é a si!

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estevão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nesta análise das contas da Região refugio-me sempre naquela que é a análise do Tribunal de Contas, em relação a esta matéria.

Eu devo dizer que o Tribunal de Contas, da análise que faz das contas de 2020, fundamentalmente, acentua que há uma trajetória de progressivo endividamento, de progressivo desequilíbrio que se acentua.

E, por isso, obviamente o tribunal, nas recomendações que faz é que é necessário inverter esta trajetória.

O tribunal também refere, de forma previdente, como agora se vê, que é preciso ter em conta que a inflação e os vários indicadores apontavam que poderia vir a crescer e é isso que está a acontecer. E que isso significaria também uma alteração significativa, no âmbito das taxas de juro e todas as implicações também nas políticas monetárias e isso é algo que também era preciso ter em conta e, fundamentalmente, o Tribunal de Contas também refere a crescente situação de desequilíbrio da SATA como um perigo para o equilíbrio da Região.

E também essa afirmação, esse cuidado que é preciso ter, essa chamada de atenção também se veio a revelar certíssima. Ou seja, o Tribunal de Contas considera que esta trajetória, que estava a ser seguida pelos anteriores governos do Partido Socialista, colocava a Região numa situação de vulnerabilidade perante um conjunto de indicadores que eram, mais ou menos, previsíveis.

E a verdade é essa: é que esses indicadores que eram previsíveis, concretizaram-se e a situação da Região, nesta matéria, mostrou que essa vulnerabilidade existia.

Por isso, é uma tarefa acrescida para este Governo, inverter esta tendência e conseguir, através de políticas diferentes, políticas com outro sentido de responsabilidade, inverter esta tendência.

Não é fácil porque o tribunal já tinha avisado que existia um conjunto de indicadores e que a Região estava extremamente mal preparada para enfrentar esta nova conjuntura, como se está a ver.

Eu considero também que é importante fazer referência aqui ao que o Tribunal de Contas chama de ênfase e há três pontos: O primeiro ponto é que não foi observada a regra do equilíbrio orçamental estabelecida na lei de enquadramento do orçamento da Região Autónoma dos Açores, quer em termos previsionais, quer a nível da execução, tendo sido apurado, neste último caso, um défice global ou efetivo de 246 milhões de euros.

Um segundo ponto que diz: os limites anuais para a contração da dívida fundada em recursos a empréstimos, incluindo créditos bancários e para o aumento do endividamento líquido fixados pela Assembleia Legislativa, foram ultrapassados em pelo menos 155 milhões e 16 milhões de euros.

Ou seja, o Tribunal de Contas coloca o ênfase nestas duas matérias de forma específica.

Depois faz aqui referência aos contratos de locação financeira e mobiliária celebrados em 2020, envolvendo responsabilidades na ordem dos 7 milhões de euros, mas é evidente que esta matéria tem menor impacto.

Fundamentalmente, da parte do PPM, eu gostava de sintetizar o seguinte: é evidente que estamos a enfrentar um contexto difícil, que os governos anteriores não nos deixaram, uma situação equilibrada, que nos permite enfrentar agora toda a situação provocada por um contexto internacional muito desfavorável e que, evidentemente, diminui a autonomia das nossa decisões.

Não ficámos bem preparados, mas o que é necessário é que, mesmo neste contexto, as afirmações que vêm sido produzidas pelo Sr. Secretário das Finanças e pelo Governo, é de que vamos inverter, até ao final desta Legislatura, esta tendência. Isto é que é muito relevante, mesmo num contexto tão difícil como este, mas com muito sentido de responsabilidade vamos

inverter e vamos deixar a Região mais bem preparada para quando, no futuro, tiver que enfrentar crises da dimensão que estamos a enfrentar, a Região já esteja preparada para ter outra autonomia de decisão.

Uma autonomia de decisão que nós, por exemplo, não tivemos no assunto Sata e eu gostaria de ter tido toda a autonomia, mas o governo anterior, com a sua gestão ruinosa, não nos deixou essa autonomia.

O que é importante é que a Região fique preparada no futuro para enfrentar todas estas condicionantes de uma forma mais autónoma e isso só se consegue com maior saúde das finanças públicas regionais.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente sobre a conta de 2020 e sobre os critérios da dívida pública regional o debate foi já há alguns dias, meses, mas importa deixar claro que as contas certas são a única forma de garantirmos que num futuro, perante aqueles percalços que providencialmente o Sr. Deputado Paulo Estevão vai dizendo que vão acontecer, como que adivinhando que isto não vai correr bem e, portanto é preciso dizer já que o problema são os juros

Deputado Berto Messias (PS): Claro!

O Orador: ... a subida dos combustíveis e mais umas outras coisas. É importante, as contas certas são precisamente para quando acontecem esses infortúnios estarmos preparados para eles.

Ora, entre o debate dos critérios e o debate dos não critérios, há uma coisa que me parece que o Sr. Deputado António Lima precisa de ser esclarecido e esteve desatento no debate que aqui fizemos sobre a dívida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tarefa inglória!

O Orador: É que o Deputado da Iniciativa Liberal, aqui, na altura, o que disse foi que se erma 2400 milhões e os critério era um, ou eram 3600 e o critério era outro, o que interessava era quando chegássemos ao final de 2021 e ao final de 2022 o Governo usasse o mesmo critério que estava a utilizar agora.

Uma coisa é certa, com rentings ou sem rentings, com futuros ou sem futuros, com compromissos ou sem compromissos, isso é como nas nossas famílias, quando se compra um carro em leasing, temos que arranjar dinheiro todos os meses para pôr lá a renda, a renda tem que ser paga. Apesar, dessa renda não aparecer no banco de Portugal como divida que nos temos. É um facto!

Também é um facto que a dívida são 2.4 mil milhões de euros que o Tribunal de Contas diz que é, mas é para clarificar, Sr. Deputado António Lima.

Para a Iniciativa Liberal um critério ou outro, não interessa. O que interessa é que seja sempre utilizado sempre o mesmo critério! E o senhor não tenha dúvidas nenhumas que a Iniciativa Liberal vai estar aqui para cobrar, quer seja um critério, quer seja o outro! Porque o critério do Governo foi o critério que o Governo aqui anunciou no último debate que tivemos sobre este assunto. São todos os compromissos da Região e do SPER.

E é isto que nós vamos ter de fazer, vamos ter de fazer esse exercício daqui para a frente.

Eu peço perdão ao Sr. Presidente por não estar discutindo a conta de 2020, mas o Sr. Deputado António Lima já é a segunda vez nesta Sessão Legislativa que me vem com esse tipo de desafio, fora do contexto daquilo que estamos a discutir.

O que é certo é que a Região não pode deixar de acomodar, acatar as recomendações do Tribunal de Contas que, mais uma vez, vêm dizendo que a dívida da Região está a aumentar e que não pode continuar a aumentar a este ritmo. Todos nós sabemos que não pode continuar a aumentar a este ritmo e

todos nós sabemos que vamos ter que fazer sacrifícios, uns mais do que outros e parece que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não está disposto a fazer alguns sacrifícios, mas já vai avisando que é preciso termos cuidado, que as taxas de juro vão subir, os combustíveis estão a subir ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado ouviu?

O Orador: Os combustíveis estarem a subir até é bom, Sr. Deputado, em termos de recita fiscal até traz aqui uma mais-valia ao Governo. Quisesse o Governo resolver o problema dos açorianos, baixando a taxa de ISP e aí baixava a receita fiscal, mas deixava algum dinheiro no bolso dos açorianos.

Relativamente ainda à conta de 2020, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai, obviamente, abster-se nesta votação porque não foi ouvida, nem achada, nem para o orçamento de 2020, nem para a gestão corrente da Região Autónoma dos Açores durante o ano de 2020. Felizmente, fui chamado a ter essa participação no final de 2020.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, de grosso modo, obviamente, subscreve aquilo que em parte já foi avançado tanto pelo Deputado António Vasco Viveiros, como pelo Deputado Paulo Estevão porque se centraram em muito do que são as conclusões do Tribunal de Contas e não é o Grupo Parlamentar do CDS que vai, de certo modo, desafiar ou contrariar aquilo que são as apreciações. Até porque, muitas delas são recomendações que se reptem, muitas delas há muitos anos e por isso, consideramos que é importante ir ao encontro daquilo eu é a

avaliação que o Tribunal de Contas faz, sobre a maneira como devem ser consolidadas as contas da Região.

Também importa referir que estamos a falar na última conta de 24 anos de governação socialista, por isso é importante, aquilo que foi avançado pelo Sr. Secretário das Finanças quando foi conhecido o relatório e fizemos este debate aqui na Assembleia e é efetivamente importante saber qual é que é o compromisso da Região neste momento. Ou seja, fazer um reset, sabermos de onde e que partirmos, para depois poder podermos —e aí estou com o Sr. Deputado Nuno Barata — que é usar o mesmo critério e depois vamos ver qual é que é a evolução. O critério é saber o que é que são os compromissos.

O que eu vejo é que o Deputado António Lima é pupilo do antigo Sr. Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila, que veio tentar dizer que até os salários, na lógica do Sr. Secretário das Finanças, deviam fazer parte dessa dívida.

Deputado António Lima (BE): As pensões são responsabilidades futuras!

O Orador: O Deputado António Lima esquece-se é que as pensões o senhor não sabe durante quanto tempo é que as vai pagar, os salários pode haver alterações...

Deputado António Lima (BE): Mas são ou não são?

O Orador: E é muito diferente daquilo que são compromissos financeiros. Aliás, como o Sr. Deputado Nuno Barata explicou muito bem, tem a ver, exatamente, como por exemplo uma questão de renting. Ou seja, a dívida fica comprometida...

Deputada Ana Luís (PS): Diz isso com uma felicidade!

O Orador: ... faz um leasing de um automóvel, a senhor sabe que vai ter de todos os meses ter ...

(Aparte inaudível)

O Orador: ... as duas são para pagar, é um compromisso que a Sra. Deputada, se incorrer nele, vai ter que o pagar e que já sabe que, durante um determinado

período, esse é o valor total que vai ter que pagar. E o que nós sabemos é que este Governo herdou uma Região com uma dívida de 3 mil e 600 milhões de euros. Uma parte consolidada que são os 2460 mil milhões de euros e o resto em compromissos que perfaz o total de 3 mil e 600 milhões de euros. Isso é um facto.

E o que é um facto, uma vez que esta é a conta do fim de 24 anos de governação socialista, é a última relativamente a esse reinado, importa dizer, Sra. Deputada Ana Luís, que em 24 anos o governo socialista conseguiu aplicar mil milhões de euros por ano e isso apenas contribui para a convergência de 4 pontos percentuais e isso é um facto e é por isso que nós também nos vamos abster relativamente à conta de 2020.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu realmente não era para fazer esta intervenção, mas a pedido do Sr. Deputado Nuno Barata cá estou.

- Sr. Deputado Nuno Barata interpreta todas as minhas intervenções como salvaguarda, como já preparando o caminho!
- Sr. Deputado Nuno Barata os açorianos conhecem-me pela honestidade e integridade das minhas intervenções. Não tenho o sentido maquiavélico que V. Exa. coloca, em relação a estas matérias, nem esse sentido previdente, preparar com um ano ou dois de distância a defesa do Governo. Nada disso!

Eu sempre tive esta postura e também não tenho esta postura tremendista do Bloco de Esquerda, dizer mal de tudo. Do Bloco de Esquerda que é assim uma espécie de adaptação parlamentar dos filmes de catástrofe da década de 70. É tudo uma catástrofe e o Bloco de Esquerda tem sempre essa postura. Navios a afundar, os aviões a cair, é sempre uma postura... Por isso é que eu digo que o

senhor é uma adaptação parlamentar desses filmes de catástrofe da década de 70, que é o que o Bloco de Esquerda é, neste momento.

Soluções? Nenhuma!

Mas, Sr. Deputado Nuno Barata, é evidente que quando se faz uma análise, e as minhas análises eu tento que sejam sempre equilibradas. Se ler nos anos anteriores, obviamente, que eu tenho referências menos positivas a questões que se estavam a desenvolver com menor eficácia, obviamente também tenho referências em relação o futuro porque isso é essencial.

Diz-me V- Exa: "é necessário alterar este comportamento!" Mas veja, isto é como uma munição que foi disparada, é preciso diminuir a velocidade a que essa munição se está a deslocar, mas, obviamente, isso não se consegue de um momento para o outro e esta e uma tendência que é preciso inverter.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Sabe porquê?

O Orador: Em segundo lugar, continuando a utilizar a imagem da munição, é preciso também ter a ideia de que não há uma resistência que essa munição possa encontrar no final. Porquê? Porque há um conjunto de vulnerabilidades que o Tribunal de Contas, ano após ano, aponta. Há um conjunto de vulnerabilidades e o que eu lhe acrescentei é um conjunto de indicadores que são conjunturais — e espero que seja uma conjuntura curta -, mas não sabemos, eu não sei, verdadeiramente ninguém sabe. Só o Sr. Putin, verdadeiramente, é que saberá, os mais altos responsáveis, mas nós não sabemos o sentido de gravidade com que as coisas vão evoluir.

E, portanto, o Tribunal de Contas, sem o saber, sem ainda prever que poderíamos ter uma crise político-militar já aponta para as questões da inflação, já refere essa tendência, já refere as tendências em relação à evolução e ao comportamento das taxas de juro, que V.Exa. diz que não tem nada a ver com a guerra. Tem a ver com a guerra, são tendências anteriores que são intensificadas com esta conjuntura político-militar.

E, é por isso, Sr. Deputado que eu considero que é importante, quando se analisa qualquer cosia, não temos só de olhar para o passado. Eu nunca o fiz, mesmo quando estava na oposição.

O que é necessário é olhar para o passado, verificar indicadores, as variáveis que se mantêm ou que se agravam e também perspetivar o futuro porque é isso também que os políticos têm que fazer, perspetivar aquilo que pode acontecer no futuro, no sentido de desenvolver as políticas que respondam às questões que vamos enfrentar no futuro.

Por isso, é que eu lhe digo, não tem nada de previdente, não tem nada de preparar um discurso para o futuro porque nós sabemos perfeitamente que esta é uma conjuntura evidente, ninguém irá fazer um discurso diferente.

Agora, o que eu lhe disse é um compromisso que nós assumimos, é que no final deste legislatura, estas tendências já terão sido invertidas. Ninguém espera que o Governo ao fim de 5 meses, 6 meses, 1 ano, 2 anos, consiga inverter este comportamento do orçamento da Região e das nossas contas, ninguém espera que o consiga fazer. Agora, no final da Legislatura já existe este compromisso, apear de uma conjuntura tão difícil, de se inverter o comportamento destas variáveis.

E é isso, Sr. Deputado, e não essa sua tese maquiavélica. Sr. Deputado vê sempre um comportamento maquiavélico. Se é o PAN é porque está a fazer concorrência ao PAN nacional e, portanto, está a disputar a liderança nacional. Se é o Bloco de Esquerda é porque o Bloco de Esquerda tenta sobreviver, em relação ao Partido Socialista, embora o Sr. Deputado não faça muito por isso, cola-se completamente ao Partido Socialista ...

(Risos do Deputado Rui Martins)

Número: 74

O Orador: ... e até constrói um discurso para retirar responsabilidades ao Partido Socialista.

O Sr. Deputado vê sempre um comportamento maquiavélico em toda a gente, pois em relação ao comportamento e ao discurso do PPM, veja integridade e honestidade de análise.

É só isso!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa por fazer outra vez um bocadinho de arqueologia parlamentar, mas será importante para revelar a coerência.

Sabe, Sr. Deputado António Lima, a primeira vez que foi aqui, nesta Casa, falado de responsabilidades financeiras futuras? Sabe quando é que foi?

Deputado António Lima (BE): Foi o PSD que falou!

O Orador: Foi em novembro de 2010. E eu explico-lhe o contexto, porque nessa altura começou-se a criar investimento público fora do orçamento. Através de empresas públicas, através de PPP's...

Deputado António Lima (BE): Isso já existia!

O Orador: ...já existia algum, mas, a partir dessa altura, de uma forma muito mais enfática!

Razão pela qual...

Deputado António Lima (BE): Já existia há muito tempo!

O Orador: Ó Sr. Deputado, mas nos Açores não!

Razão pela qual, Sr. Deputado, o Sr. Presidente do Governo de então, em vez de falar de investimento público para o orçamento de 2011, falou de investimento de temática pública e ao investimento de temática pública, que era aquele que estava no orçamento mais o que estava fora do orçamento, a nossa resposta foi, então vamos falar de responsabilidades financeiras futuras, que inclui aquilo que está no orçamento, mais aquilo que não está no orçamento, mas vamos ter que pagar.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Esta é a razão de ser histórica! Eu estou consciente da minha coerência e na primeira oportunidade que tive de intervir, como Secretário das Finanças usei os mesmos critérios que usei em novembro de 2010 e, na altura, foi bem mais difícil, porque agora tinha os dados ao cêntimo. Na altura sabe o que é que tive que fazer?

Deputado António Lima (BE): Não estava no Governo!

O Orador: Tivemos que pagar os IES, as informações empresariais simplificadas porque não tínhamos essa informação do Governo. Pagámos os IES das empresas todas do Setor Público que estavam registadas, para obter os dados e fizemos o trabalho e apresentámos os números.

Admito que a fiabilidade, na altura, não era a que hoje pude dizer, porque tinha ao cêntimo. Agora todos os números, na altura tivemos que andar a catar, mas repare ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E outras coisas!

O Orador: ... a questão das responsabilidades financeiras futuras é não só coerente, da minha parte, em relação ao passado, como vai ser em relação ao futuro. Como já lhe expliquei qual é a razão de ser.

A investimento de temática pública, corresponde responsabilidades financeiras futuras, também fora do orçamento.

E, portanto, peço desculpa por fazer um bocadinho de história e recua a este tempo. Algumas das pessoas que aqui estão e desse lado também, recordar-seão.

E até posso dizer mais, a certa altura, até houve aqui um debate, que o próprio Secretario das Finanças da altura, disse o que era isso de investimento de temática pública, ao que agente teve que dizer: é o que ao Sr. Presidente do Governo falta.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Tal e qual! Lembro-me bem!

O Orador: Foi a este ponto e a minha memória que é muito má para outras coisas, felizmente, ainda não me vai atraiçoando demasiado, tanto de um lado, como de outro ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): bem lembrado!

O Orador: ... penso que estão cientes e lembrados do que se passou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, a investimento de temática pública, fora do orçamento, tem que se contar também aquilo que vai representar de responsabilidades financeiras futuras.

Porque vamos ter que pagar, Sr. Deputado António Lima, vamos ter que pagar! **Deputado António Lima** (*BE*): Não é bem assim!

O Orador: Faz-me lembrar aquele jovem que dizia, eu ganho 500€ e gasto x, y e z, dá 490€, isto dá para aguentar por ano. E à pergunta: e não gastas mais

Número: 74

nada? O resto é no cartão de crédito. E quem é que paga o cartão de crédito? São os açorianos! Pagamos todos o cartão de crédito.

Agora, diz e com razão, tem que se seguir sempre o mesmo critério. Está aqui a pessoa que segue o mesmo critério há 12 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E que vai continuar a segui-lo!

Quero dizer-lhe ainda mais uma questão, Sr. Deputado, porque ainda vou acabar por compreender, o senhor está com uma ânsia de falar, de apresentar coisas de protagonismo, de se colar ao PS, de se fazer aqui, não é de advogado, é de solicitador do PS.

A prazo perceberemos porquê e a prazo perceberemos e isso lhe é conveniente ou não. Olhe que aos seus colegas da República funcionou ao contrário!

Deputada Alexandra Manes (BE): É melhor o Chega! O Chega é que é bom!

O Orador: A terminar, Sr. Deputado António Lima, aquilo que nós temos responsabilidade aqui é de assegurar que a Região é sustentável, que em face de uma espiral inflacionista e de subida das taxas de juros, conseguimos assegurar as incertezas que temos pela frente, sem prejudicar aquilo que é fundamental para a nossa Região.

É esse o desafio! É o desafio para mim, para nós, para todos e cada um de nós nas nossas vidas, mas também na vida social e pública com as responsabilidades acrescidas que temos. E nestas responsabilidades acrescidas eu serei sempre coerente e atenção, o senhor, ainda estou à espera que me venha reconhecer, em relação ao Contratar. Peço desculpa agra derivar um bocadinho.

O senhor sabe quantos contratos o Contratar fez?

Deputado António Lima (BE): Ó Sr. Presidente!...

O Orador: É só para lhe explicar, em relação à coerência, que eu estou à espera, mais uma conta já lhe digo! O Contratar é o maior programa da história da autonomia de combate à precaridade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Contratar já permitiu que mais de 2700 açorianos tenham contratos estáveis.

Presidente: Sr. Secretário Regional.

O Orador: E sabe quanto o Contratar Estável? 78% já, começou em 66%, já está em 78%! Isso é mais do que o senhor fez e de que algum dia fará nos Açores e o seu Partido nos Açores e em Portugal.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário Regional esta última parte fugiu à total abrangência do debate.

Tem a palavra para uma interpelação o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, para perguntar se me apetecer falar de pescas se posso? É que estamos a falar de contas e o Sr. Secretário... (Ruído na Câmara)

Ainda não terminei a minha interpelação!

E o Sr. Secretário veio nos trazer uns números sobre contratos de trabalho.

O que não diz é que o nível de contratação está a dizer estável através do Contratar, é inferior à percentagem de contratos a prazo que nós já temos na Região. O que está a fazer o Contratar é aumentar a precaridade.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): O seu problema é que quanto menos precários houver, menos votos ganha na Região!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Atingimos a nossa hora regimental.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

Uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Sr. Presidente peço uma interpelação para perguntar à Mesa quem é que está inscrito a seguir.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva, mas o debate não encerra aqui, Sr. Deputado. Continuamos amanhã.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Mas o senhor permitiu que o Governo falasse para esgotar o tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, se o Governo tem tempo, pode usá-lo com o bem entender.

Para uma interpelação o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pergunto ao Sr. Presidente se o Governo se inscreveu na sua vez e lhe foi dada a palavra na sua vez, ou se, por alguma maneira, ultrapassou o Sr. Deputado Carlos Silva, se o Sr. Presidente ultrapassou aqui e deu prioridade ao Governo, em vez do senhor...

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins é evidente que o Governo se inscreveu quando entendeu inscrever-se, na ordem certa, tem tempo para intervir e, portanto, eu nem admito esse tipo de desconfianças relativamente à condução dos trabalhos.

XII Legislatura Número: 74

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 06 de julho de 2022

Sras. e Srs. Deputados muito boa noite, continuamos os nossos trabalhos

amanhã.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Manuel José da Silva Ramos

Rui Filipe Vieira Anjos

Vasco Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Ricardo Beato Gomes Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

A redatora: Sara Azevedo